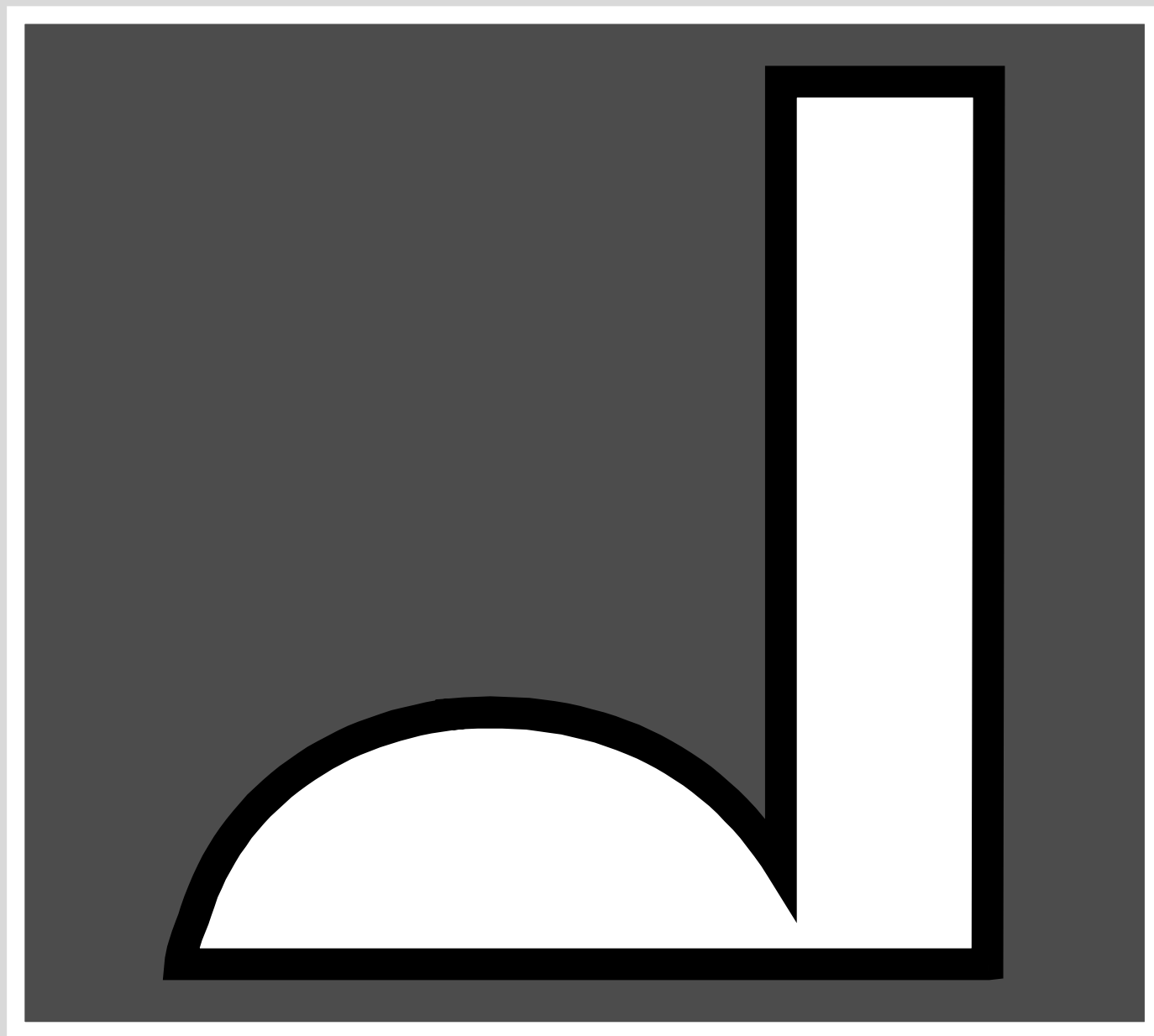




**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LVI - Nº 076 - TERÇA-FEIRA, 05 DE JUNHO DE 2001 - BRASÍLIA-DF**

---

**Mesa não disponível!**

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 65ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 4 DE JUNHO DE 2001

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

#### 1.2.1 – Avisos do Presidente do Tribunal de Contas da União

Nº 2.169/2001, de 23 de maio último, encaminhando cópia da Decisão nº 295/2001, referente à solicitação de auditoria feita através do Requerimento nº 43, de 2001, do Senador Renan Calheiros, sobre os negócios realizados pelo Sr. Rubens Galegari com a administração do Senado Federal. Ao Arquivo..... 11503

Nº 603/2001, de 25 de maio último, informando que a solicitação constante do Requerimento nº 667, de 2000, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, referente ao resultado das providências determinadas à Agência Nacional de Petróleo na Decisão nº 351/99, da qual a Corte, foi enviada ao Senhor Ministro Ubiratan Aguiar, Relator da matéria. O Requerimento aguardará, na Secretaria-Geral da Mesa, o resultado das providências determinadas pelo referido Tribunal. 11503

#### 1.2.2 – Ofício do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Nº 28/2001, de 28 de maio último, encaminham as informações em resposta ao Requerimento nº 62, de 2001, do Senador Roberto Requião. Ao Arquivo..... 11503

#### 1.2.3 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Aviso nº 88, de 2001 (nº 2.191/2001, na origem), de 25 de maio último, do Tribunal de Contas da União, encaminhando do cópia do Acórdão nº 323, de 2001 – TCU (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada na Caixa Econômica Federal nos processos licitatórios e dispensas de licitação referentes aos serviços de publicidade e vigilância, abrangendo o período de 1990 a 1995 (TC

nº 016.304/95-0). À Comissão de Fiscalização e Controle. .... 11503

Recebimento do Ofício nº S/18, de 2001 (nº 366/2001, na origem), da Procuradoria-Geral da República, encaminhando, nos termos dos arts. 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Ministério Público da União, referente ao primeiro quadrimestre de 2001. À Comissão de Assuntos Econômicos. .... 11503

Despacho à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Requerimento nº 287, de 2001, de autoria do Senador Pedro Simon, que solicita um Voto de Louvor e Gratulações ao Grupo Gerdau, por ocasião da celebração do 1º Centenário de sua fundação. .... 11503

#### 1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Aspectos da falta de planejamento para a crise energética no País. .... 11504

SENADOR ROBERTO SATURNINO – Apelo para apuração das responsabilidades governamentais na crise energética no Brasil. .... 11506

SENADOR ROMERO JUCÁ – Considerações sobre o relatório apresentado por S. Exª em projeto que regulamenta a previdência complementar privada. .... 11508

SENADOR OSMAR DIAS – Apelo às autoridades para elaboração de políticas destinadas ao desenvolvimento turístico da cidade de Foz de Iguaçu. .... 11511

SENADOR GILVAM BORGES – Análise sobre o resultado do Brasil na avaliação anual da Organização Não-Governamental Transferência Internacional – TI, sobre o índice de corrupção, IPC, em nível mundial. Conclusão da sociedade brasileira para implantação das reformas necessárias ao desenvolvimento do País. .... 11514

#### 1.2.5 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR JOÃO ALBERTO SOUZA – Rejoizo pela reestruturação do Ministério das Re-

lações Exteriores para ênfase à diplomacia comercial. ....	11517	Nº 1.049, de 2001, referente ao servidor Otto Fernandes da Silva. ....	12082
<b>1.2.6 – Comunicação da Presidência</b>		Nºs 1.050 e 1.051, de 2001. ....	12083
Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária, quinta-feira, às 10 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. .	11518	Nº 1.052, de 2001, referente ao servidor Dolair Julião da Silva. ....	12085
1.3 – ENCERRAMENTO		Nº 1.053, de 2001. ....	12086
<b>2 – EMENDAS</b>		<b>4 – ÓRGÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO EXTERNOS DA POLÍTICA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA (OCFEPNI)</b>	
Nºs 16 a 20, adicionadas à Medida Provisória nº 2.128-10, de 2001. ....	11519	<b>5 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR</b>	
Nºs 151 a 699, adicionadas à Medida Provisória nº 2.131-5, de 2001. ....	11530	<b>6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES</b>	
<b>3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL</b>		<b>7 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)</b>	
Nº 1.046, de 2001. ....	12079		
Nº 1.047, de 2001, referente ao servidor Pedro Rodrigues Soares. ....	12080		
Nº 1.048, de 2001, referente ao servidor Gustavo Antonio Mendonça de Freitas. ....	12081		

## Ata da 65ª Sessão Não Deliberativa em 4 de junho de 2001

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

*Presidência da Srª Maria do Carmo Alves*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Maria do Carmo Alves) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Gilvam Borges, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

### EXPEDIENTE

#### AVISOS

#### DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Nº 2.169/2001, de 23 de maio último, encaminhando cópia da Decisão nº 295/2001, referente à solicitação de auditoria feita através do Requerimento nº 43, de 2001, do Senador Renan Calheiros, sobre os negócios realizados pelo Sr. Rubens Galeranni com a administração do Senado Federal.

*O Aviso foi encaminhado, em cópia, ao Requerente.*

*O Requerimento vai ao Arquivo, sem prejuízo de futuras informações do Tribunal de Contas da União.*

Nº 603/2001, de 25 de maio último, informando que a solicitação constante do Requerimento nº 667, de 2000, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, referente ao resultado das providências determinadas à Agência Nacional de Petróleo na Decisão nº 351/99, daquela Corte, foi enviada ao Senhor Ministro Ubiratan Aguiar, Relator da matéria.

*A informação foi encaminhada, em cópia, ao Requerimento.*

*O Requerimento ficará na Secretaria Geral da Mesa aguardando o resultado das providências determinadas pelo Tribunal de Contas da União.*

### OFÍCIO

#### DO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

Nº 28/2001, de 28 de maio último, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 62, de 2001, do Senador Roberto Requião. Ao Arquivo.

*As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.*

*O Requerimento vai ao Arquivo.*

**A SRA. PRESIDENTE** (Maria do Carmo Alves) – O Expediente lido vai à publicação.

**A SRA. PRESIDENTE** (Maria do Carmo Alves) – A Presidência recebeu o Aviso nº 88, de 2001 (nº 2.191/2001, na origem), de 25 de maio último, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 323, de 2001 – TCU (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada na Caixa Econômica Federal nos processos licitatórios e dispensas de licitação referentes aos serviços de publicidade e vigilância, abrangendo o período de 1990 a 1995 (TC – 016.304/95-0).

O expediente vai à Comissão de Fiscalização e Controle.

**A SRA. PRESIDENTE** (Maria do Carmo Alves) – A Presidência recebeu o Ofício nº S/18, de 2001 (nº 366/2001, na origem), da Procuradoria-Geral da República, encaminhando, nos termos dos arts. 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Ministério Público da União, referente ao primeiro trimestre de 2001.

O expediente vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

**A SRA. PRESIDENTE** (Maria do Carmo Alves) – A Presidência comunica ao Plenário que despatchou o Requerimento nº 287, de 2001, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do art. 222, do Regimento Interno.

**A SRA. PRESIDENTE** (Maria do Carmo Alves) – Há ora dores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara por cessão do Senador Leomar Quintanilha

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** (Bloco/PSDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o assunto que me traz à tribuna é aquele que tem tomado espalço em grande parte da imprensa, dos jornais, das televisões, dos rádios e está sendo debatido pela sociedade como um todo, especialmente pelo Congresso Nacional: o racionamento de energia.

Não abor da rei to dos aspectos do problema, por que é vasto, muito complexo, e não é esse meu objetivo. Entretanto, eu gostaria de fazer alguns pontos que merecem a atenção do grupo encarregado de gerir o racionamento. O dano inicial já ocorreu: a imprevidência, a falta de planejamento. Aliás, acredito que muito disso pode ser creditado ao desprestígio que, nos últimos anos, emprestamos ao planejamento no Brasil, o qual passou a ser coisa de uma atividade dispensável.

A questão importantíssima do ajuste fiscal e da estabilidade da economia – não vamos desconsiderar esse fato – terminou por roubar a cena, e o planejamento passou a ser algo descartável.

Os planos quinquenais e as grandes programações que se elaboraram, inclusive o próprio Avanço Brasil, que parecia ser um enfoque novo para a questão do planejamento no País, enfrentam atualmente grandes dificuldades em virtude da conjuntura e da escassez de recursos. Deve-se voltar a valorizar a atividade de planejamento de médio e de longo prazo.

Houve, de fato, falta de previsão. Estamos em um momento de transição. Deixamos aquela fase em que o Estado brasileiro cuidava de gerar e distribuir energia, para participarmos de nova fase, em que, em princípio, tudo se iria privatizar, mas se privatizou apenas a distribuição. Não houve investimentos na geração e na produção de energia. Por outro lado, por força de controles entre os investidores e as autoridades do setor elétrico do Governo, não se definiu um novo modelo inclusivo para estabelecer tarifas e o preço do gás para o problema emergencial de termelétricas geradoras de gás. Então, vimos-nos nessa circunstância de uma pequena ajuda de São Pedro, o que não justifica, entretanto, o que ocorreu, por que, de fato, a falta de investimento em transmissão e em geração de energia acabou levando a esse problema. Precisamos atentar agora não apenas para a questão do racionamento, mas para o fenômeno e o estímulo da geração de energia.

É preciso distinguir duas coisas. A primeira é a crise em que estamos mergulhados, que é conjuntural, ou seja, de circunstância; a segunda é a necessidade de tomar medidas de ordem estrutural e definir o modelo que pretendemos para o futuro. Amanhã, na Comissão de Assuntos Econômicos, que tenho a honra de presidir, haverá, após a Ordem do Dia, audiência pública para instruir o Projeto do Senador Roberto Freire, que determina a proibição de privatizar as geradoras brasileiras que pertencem à União. O Relator, Senador José Agripino, convidou o Dr. Afonso Henriques Santos, Secretário de Energia do Ministério das Minas e Energia, e o empresário Antônio Ermírio de Moraes, que também dará a sua opinião sobre esse assunto. É uma colaboração que estamos dando ao debate.

É preciso, pelo menos, haver uma gestão eficiente da crise com a adesão, a colaboração do povo. Aliás, a imprensa apreço a todos os dias o que está acontecendo, as restrições ao consumo, a sua redução.

Ao lado disso, não podemos aceitar pacificamente alguns pontos desta questão. Queremos referir ao chamado tarifaço, ao aumento das medidas tarifárias que se quer impor àqueles que consumam acima de 200 kw. Aumentos de 50% e 200% são inadmissíveis, não há como aceitar isso. Primeiro, por que tudo o que é provisorio no Brasil termina sendo permanente, princípio que se trata de carga tributária sobre o contribuinte. Não podemos concordar com esse tarifaço.

A **Gazeta Mercantil** desta segunda-feira, 4 de junho de 2001, publica um artigo de Klaus Kleber, em que ele diz: "Tarifários são para sempre. Nasce o esquema de tarifas por classe de consumidores". Quer dizer, o que se deseja agora é criar uma tarifa diferenciada para uma determinada classe de consumidores. Ora, no meu modo de ver, de ver-se-ia impor reduções para quem consome mais energia – estou falando de consumidores residenciais. Por quê? O consumidor de 100 kwh, de 200 kwh, não tem mais o que cortar. Como é que ele vai reduzir, se o seu consumo já é tão baixo? Ele realmente não tem o que reduzir. O que ele está consumindo de energia elétrica é o mínimo para uma sobrevivência razoável. Agora, quem consome mais, acima de 500 ou de 1000 Kwh, evidentemente pode sacrificar o seu conforto e reduzir o consumo. A restrição não deveria ser o preço, por que esses consumidores de grande porte geralmente têm boa condição econômica e não vão se importar de pa-

gar mais. Eles deveriam ser obrigados a reduzir, talvez 30% ou 35% do seu consumo.

Aceitar tranquilamente essa tarifa é que nos parece injusto. O articulista que mencionei faz referência a uma situação que existe no Paraná, a chamada "tarifa amarela". Segundo ele, "por esse sistema a concessionária faz um contrato com o consumidor, estabelecendo o seu patamar de consumo, de acordo com o qual são fixados preços diferenciados".

Aqui não há contrato nenhum. Há uma decisão de cima para baixo, subindo esses preços. Não podemos aceitar isso. Todos sabem, e eu já falei várias vezes aqui da tribuna, que o que mais subiu no Brasil, nos últimos anos, foi a tarifa de serviços públicos.

Eu li nesse fim de semana – já não me lembro em que publicação – que as tarifas de energia elétrica, no Brasil, de 95 para cá, aumentaram 175%. O que foi – pelo amor de Deus! – que aqui no Brasil subiu 175% nesse período? A inflação esteve muito abaixo disso, os salários não subiram e certas mercadorias, em função da competição e da liberdade de importação, até caíram de preço. Isso é um sinal de que as elevações de tarifas estão se tornando insustentáveis para a população. As empresas distribuidoras estão na Justiça contra a Aneel, porque acreditam que ela não lhes está dando aqueles reajustes que os contratos, celebrados por ocasião da venda das empresas, autorizam a fazerem. O aumento é alto, parece inaceitável, a população reclama, mas as empresas entendem que os contratos lhes dão direito a mais; por isso acionaram na Justiça a Aneel. Agora, vem uma tarifação dessa ordem, que realmente é inaceitável.

Sinto-me à vontade por que tenho falado sobre isso desde o primeiro dia, mas parece que o Governo tenta dar outra solução para o problema.

No Nordeste, as coisas estão caminhando para um grande risco: o Brasil ficará na penumbra, e o Nordeste, na mais negra escuridão. Há tentativa de se elevar a quota de racionamento do Nordeste de 20% para mais. Não podemos aceitar isso, porque seria um sacrifício muito além do que uma região pobre e sacrificada como o Nordeste pode sofrer.

O Governo tem que entender que estamos em uma situação de crise grave, com repercussões no emprego, na economia, nas relações sociais, no humor da população. É hora de o Governo entender que precisa tomar uma série de providências imediatas, enérgicas, ou liberar a importação de empresas, de termoelétricas flutuantes, liberar impostos que incidem sobre certos produtos de energia alternativa, até

so bregeira do res. Se ele libera por um lado, vai ganhar pelo outro. Esses geradores vão ser adquiridos, vão consumir óleo diesel, enfim, criar outro ciclo na economia. Não dá para adotar um tratamento rígido, estritamente financeiro em relação a esta questão que transcende o problema de ordem econômica, porque envolve e desestabiliza as próprias relações dentro da sociedade. É uma questão da maior gravidade.

Ao mesmo tempo, é necessário, também, que se estimulem outros usos de energia. O Nordeste tem um potencial para instalação rápida de grandes usinas de geração de energia eólica, mas esse tipo de energia é mais cara do que a energia convencional, a hidroelétrica. Então, é preciso acertar esses preços. Dentro de seis meses, poderemos ter uma grande quantidade de usinas eólicas implantadas no Nordeste, onde está relativamente levantado esse potencial de ventos e de produção de energia. Os Estados do Ceará e Paraná elaboraram um grande mapa chamado Mapa Eólico do Estado, com toda a definição da velocidade dos ventos.

No que se refere às indústrias que produzem alumínio, temos que reexaminar a questão. Apenas a usina da Alcoa consome o equivalente ao que consomem três Estados juntos – Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte. É claro que temos que entrar em acordo com essas empresas. Elas investiram, precisam produzir, têm empregados, mas o Governo tem de encontrar uma forma de equacionar o problema. Esperamos que a situação não dure muito, que sejam adotadas medidas eficazes. Há uma incerteza, uma insegurança adicional à própria escassez do produto.

Os assuntos não se referem somente a medidas judiciais. A Justiça pode dar tudo, só não entrega a energia, pois não tem. Precisamos encontrar uma forma para que os direitos dos cidadãos, os contratos constituídos, sejam respeitados, desde que haja disponibilidade de energia para ser entregue. Esta questão precisa ser vista com bom senso, pois não se trata de formalismos jurídicos apenas. Longe de mim querer, de qualquer forma, afastar os pilares, os fundamentos do Estado de Direito estabelecido pela Constituição Federal e pelas leis. Precisamos, no entanto, observar o que é possível fazer nesta situação de grande escassez.

Espero que o bom-senso prevaleça, e que o Governo demonstre, de um lado, que adotará medidas de racionamento, e que, de outro, estimula como pode – até com certo sacrifício, pela rigidez que a política financeira e fiscal impõe – a produção de ener-

gia, pelo menos durante o período de enormes cascas que enfrentamos.

Assim, gostaria, mais uma vez, de deixar claro o que manifestei desde o início com relação ao tarifaço: é injusto, inaceitável. O Governo não pode se aproveitar dessa situação para embutir nessas medidas reajustes do preço de energia de até 200%; não há como aceitarmos; que aumente a exigência de redução para os consumidores acima de 500 Kw, mas não implantando tarifas absurdas como essa.

E por último a questão do Nordeste, que requer, de fato, um tratamento especial. Nós só temos uma fonte hidrelétrica, que vem do Rio São Francisco, uma empresa, que é a Chesf, contra a privatização da qual eu me insurigi quando votamos aquele projeto do Senador José Eduardo Dutra, por que penso que seria uma temeridade. Mas o Governo não pode impor uma penalização adicional em cima da pobreza, da desigualdade, da miséria já existentes no Nordeste. Agora há uma secarível que se abate sobre a região, além das medidas de racionamento que estão acima da quilha que o resto do País está já sofrendo. Seria injusto, e eu espero que esses pontos sejam revisados pelo Governo.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Maria do Carmo Alves) – Com a palavra o Senador Francelino Pereira. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Roberto Saturnino, por vinte minutos.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (PSB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Maria do Carmo, Srªs e Srs. Senadores, escutei com muita atenção o pronunciamento do Senador Lúcio Alcântara sobre a questão energética; um pronunciamento inteligente, lúcido, judicioso, como todas as intervenções de S. Exª nesta Casa. A colocação de que agora nos resta colaborar na gestão eficiente sob todas as formas – até sob a forma da crítica construtiva que S. Exª fez aqui – e não prejudicar com nenhuma ação uma situação que já é de extrema gravidade para a Nação e para todo o povo brasileiro. Estou de acordo com S. Exª também, quando diz que houve uma imprevidência muito grande, consequência do próprio desprestígio do planejamento como filiofia do Governo, abandonando em detrimento das decisões de mercado, como se o mercado tivesse essa capacidade de previsão de longo prazo, que é exatamente a característica do planejamento, e é o que faz dele, planejamento, uma necessidade na vida das nações.

Porém, a par dessa visão da imprevidência, agora é o próprio Governo – por meio de um órgão seu, que é o BNDES – que informa à Nação, em um trabalho oficial intitulado “Cenário Macroeconômico e as Condições de Oferta de Energia Elétrica no Brasil”, que esta crise tão grave, com todas as consequências que ainda não podemos avaliar com precisão – temos apenas o sentimento de sua gravidade – resultou de uma imposição do Fundo Monetário Internacional, acatada pelo Governo, que proibiu investimentos em setores que deveriam ser privatizados, como era o caso do setor de energia elétrica; investimentos em geração de energia elétrica, para que houvesse a geração de superávits primários nas contas governamentais.

Quer dizer, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que houve sim imprevidência. Mas, na medida em que as instâncias decisórias maiores, mais elevadas do Governo até o Senhor Presidente da República foram informadas da necessidade de descontrole entre o crescimento da demanda e o crescimento da oferta, ao fim de alguns anos, exatamente entre 2001 e 2002, haveria a completa renúncia de energia elétrica e, por conseguinte, necessidade de racionamento. O Governo estava avisado e tomou a decisão consciente de acatar a imposição do Fundo Monetário Internacional em detrimento dos interesses da Nação e do povo brasileiro, que agora estão sendo profundamente prejudicados pela inevitabilidade do racionamento. Quer também dizer, fazendo minhas palavras do Senador Lúcio Alcântara, que o Brasil – e com toda a certeza o Rio de Janeiro, o Centro-Sul – não irá aceitar uma discriminação do Nordeste, não irá aceitar que se exija daquela Região, que já é a mais pobre e sacrificada do País, um esforço de racionamento maior do que as demais regiões.

Agora, tudo isso fica claro. Para nós da Oposição já estava claro, pois repetidas vezes viemos a esta tribuna denunciar esse fato, essa submissão completa das decisões de natureza econômica do Governo brasileiro aos ditames do conjunto dos grandes capitais financeiros internacionais que o FMI representa. Ou seja, para o Governo brasileiro, a palavra do FMI vale mais que o interesse nacional, que todo o processo de desenvolvimento que venha a oferecer, pelo menos, as mínimas condições de vida para a população, população essa que será afetada pelo racionamento. Tudo isso ficou para trás numa decisão consciente. Pelo estudo do BNDES e pelos avisos – que, certamente, receberam os Ministros e o Presidente – isso fica claro. E vários outros males que

afetam o País também de rivam desamasma submissão, dessememo acatamento à palavra, à exigência do FMI.

Quando discutimos a concentração de renda no País, a persistência da pobreza, a falta de investimentos sociais, a devastação de grandes setores da nossa indústria e o desemprego multiplicado resultante dessa devastação, a venda de patrimônio nacional a preços vis, aumentando, inclusive, o passivo externo brasileiro, que vai comprometer a economia do País por longo prazo, com remessas de lucros e dividendos resultantes da alienação indiscriminada e malfeita, com dimensões de corrupção que precisam ser apuradas, tudo isso vem da mesma fonte: da exigência do Fundo Monetário e da submissão do Governo brasileiro a esses interesses, que estão acima do País.

Inclusive, na sexta-feira, tive oportunidade de fazer um pronunciamento sobre o loteamento irresponsável do mar brasileiro, a formação da da como se estão fazendo os leilões de áreas de exploração petrolífera, quando a prudência mínima exige um pouco mais de planejamento, de especulação sobre o futuro da produção e preço do petróleo, a conveniência ou não de o Brasil passar de importadora exportadora, de retirar mais recursos sob a forma de **royalties** e participações dessa exploração e de estimular a fabricação de equipamentos para a produção petrolífera no Brasil. Tudo isso está sendo posto para trás, porque o FMI – Fundo Monetário Internacional, exige que o Brasil complete o loteamento das áreas promissoras que os brasileiros conhecem. Se fizermos a terceira e a quarta rodada de leilões neste mês de junho e no ano seguinte, teremos com essas áreas e estaremos assumindo com promissos por trinta anos em condições que absolutamente não correspondem às condições vigentes no mercado internacional.

Tudo isso, o aluguel da Base de Alcântara, no Maranhão, a aceitação da Alca – Área de Livre Comércio das Américas, para 2005, constitui em imposição dos grandes interesses financeiros coordenados pelo FMI – Fundo Monetário Internacional, que o Governo Brasileiro está acatando sem informar e sem discutir com a sociedade brasileira, prejudicando profundamente os interesses da Nação.

**O Sr. Ramez Tebet** (PMDB – MS) – Concede-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (PSB – RJ) – Ouço com muita atenção o aparte do Senador Ramez Tebet.

**O Sr. Ramez Tebet** (PMDB – MS) – Senador Roberto Saturnino, V. Ex<sup>a</sup>, sem dúvida nenhuma, está na tribuna com o assunto mais relevante da atualidade brasileira: o racionamento e os percalços disso decorrentes – como V. Ex<sup>a</sup> bem está acentuando –, ou seja, recessão e desemprego, atingindo a economia brasileira. Eu queria que V. Ex<sup>a</sup> me permitisse cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento e aproveitar a presença de V. Ex<sup>a</sup> na tribuna para dizer que não só tudo há um fato altamente alvissareiro e que deve ser comemorado por nós: a conscientização da sociedade brasileira. No entanto, Senador Roberto Saturnino, que a sociedade brasileira é realmente dotada de características altamente positivas. Deve ser ressaltada a confiança da população brasileira na nossa pátria, seu espírito de colaboração, seu espírito cívico. Entendendo que essa é matéria de interesse nacional, a sociedade está emprestando aspecto cívico a isso. Basta ver que hoje teríamos início as medidas anunciadas pelo Governo e a sociedade brasileira já registrou quase 18% de economia. Quer dizer, as famílias estão fazendo de tudo para colaborar não só que chamo de estado emergencial da economia por que passa a Nação brasileira. Sei que foram cometi dos equívocos no passado, alguns deles, concordo com V. Ex<sup>a</sup>, naturalmente haverá de ser corrigidos para o futuro. E que isso nos sirva de lição! Mas, sobretudo, quero aproveitar o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> para pedir ao Presidente da República – parece que Sua Excelência está atento a isso e ocupará os meios de comunicação hoje – para abrandar as medidas do Conselho que Sua Excelência mesmo nomeou para tratar do assunto, pois essas medidas atingirão em cheio a sociedade brasileira. A meu ver, com essa colaboração da sociedade, podemos aguardar um pouco para saber se há necessidade de impor esse tarifação à população, principalmente à classe média, já altamente sacrificada, e também à classe mais humilde. Se há possibilidade – como acredito que há, sinto em mim um espírito no povo brasileiro tão disposto à colaboração que não me parece necessário aplicar medidas tão drásticas assim –, urge, talvez, aguardar mais um pouco, porque o povo está colaborando. Há espontaneidade – em contrio ter mo adequado – cívica do povo brasileiro. E isso precisa ser ressaltado. A população sabe que houve equívocos, está consciente disso. O próprio Governo reconhece que, de uma forma ou outra, equívoco cou-se. Mas a população não quer saber mais do passado. Quer, sim, que os erros não se repitam e encontrar a melhor maneira de colaborar com o menor sacrifício possível. Essa população está disposta a dar tudo de si. Por tanto, o mais

importante é o Governo estar atento a isso. V. Exª da tribuna faz uma análise de acordo com seu modo de ver e com o espírito amplo de colaboração que tem norteado a sua vida pública. Aproveito o pronunciamento de V. Exª para transmitir esse apelo para a Presidência da República, para o Governo, para que a sociedade não seja atingida por um tarifaço ou por determinadas medidas rigorosas antes da hora. Sei que é melhor prevenir do que remediar, mas às vezes não é preciso castigo nenhum. É o que espero.

**O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) –** Obrigado Senador Ramez Tebet. Agradeço o aparte de V. Exª que traz, à luz da circunstância em que estamos vivendo, isso que V. Exª ressaltou com muita propriedade: uma reação muito sadia da sociedade brasileira, a colaboração cívica, a espontaneidade cívica, como disse V. Exª. Considero isso muito positivo, muito bom e indicativo de virtudes da população brasileira que nem sempre são consideradas e avaliadas na sua dimensão verdadeira. Os brasileiros estão imbuídos realmente do espírito de colaboração.

Comecei o meu pronunciamento reforçando o que disse o Senador Lúcio Alcântara, ou seja, que temos de colaborar de todas as formas na gestão eficiente para que o País ultrapasse esta crise. De outro lado, Srs. Senadores, eu também vim a esta tribuna para informar o Senado do estudo feito no BNDES que mostra claramente que toda a crise se originou da submissão às exigências do Fundo Monetário Internacional quanto aos investimentos no setor de energia elétrica. Acredito que, passada a crise, não devemos tumultuar o quadro que está instalado e que é grave: devemos colaborar na gestão eficiente.

Entretanto, ultrapassada a crise, penso que a Nação vai pedir apuração de responsabilidade, sim. Parece-me que, mais do que uma imprevidência ou mero equívoco, na medida em que houve aviso e uma decisão consciente respeitando o que disse o Fundo Monetário e não o interesse nacional, caracteriza-se um crime de responsabilidade, sim.

Eu não quero falar em improbidade administrativa. Isso parece que o Ministério Público já começou a investigar, mas no fundo nós todos sabemos que, em se tratando de autoridades de alto escalão, isso tudo vai bater na cúpula do Ministério Público, no seu Geral do Brindeiro, que tem a maior gaveta do País e lá nessa gaveta vai ficar tudo encerrado.

Mas acho que a população do Brasil, os brasileiros, a Nação brasileira, o Congresso Nacional, que estão colocando a exigência da apuração e da responsabilização e contra a impunidade dos atos de

corrupção, também têm que olhar essa questão. É um crime de responsabilidade gigantesco que jogou o País em uma crise de dimensões incalculáveis. Ainda não temos a avaliação precisa desta crise. Passado o momento em que a colaboração da gestão eficiente é necessária, será preciso apurar as responsabilidades, sim. Quem foram os responsáveis por esta decisão que, em vez de respeitar os interesses do Brasil, acatou a imposição do Fundo Monetário?

Srª Presidente, creio que vai chegar o tempo da apuração e da responsabilização. Estou certo de que a opinião pública, a Nação e a população do Brasil, assim como o braço punição dos responsáveis por atos de corrupção, vai cobrar, deve cobrar, terá de cobrar a punição dos responsáveis por essas decisões absolutamente irresponsáveis que acataram os interesses financeiros internacionais em detrimento dos grandes interesses da Nação e do povo brasileiro.

Era o que eu tinha a dizer, Srª Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE (Márcia do Carmo Alves)** – Concede o palavrão ao Senador Romero Jucá, pelo prazo de vinte minutos.

**O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR.)** Proponho o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho à tribuna hoje fazer um registro que considero extremamente importante. Há alguns dias, nesta Casa, relatei dois projetos de lei complementar que tratavam da previdência complementar. Eles estruturam a previdência complementar do País a fim de que tenhamos condições de ampliar esse tipo de intervenção, regulando as previdências pública e privada e fazendo com que milhões de brasileiros possam se inserir num sistema vencedor em muitos países.

Em um dos projetos – o de nº 63, na Câmara dos Deputados, e de nº 010, no Senado Federal, havia um aspecto extremamente importante para a definição do perfil de investimento dos fundos de pensão. Tratava-se do art. 70, que definia o diferimento tributário como a forma de pagamento de imposto de renda dos fundos de pensão. Essa é uma questão pendente há mais de uma década no País. Existem ações no Supremo Tribunal Federal e o sistema previdenciário complementar fica varado de viés à indefinição. Bilhões de reais ficavam sem ser poupados ou encaminhados para investimentos no nosso País.

Como Relator, procurei encaminhar favoravelmente ao art. 70, porque entendia, como entendo, que a tributação dos fundos é um instrumento perverso para a competitividade. Também pretendia dar

aos fundos condições de alcançar o patamar de investimentos de longo prazo, o que é fundamental para o desenvolvimento do nosso País.

Aprovamos ambos os projetos. Discutimos muito no Ministério da Fazenda, na Receita Federal e no Ministério da Previdência e Assistência Social. Tendo em vista discordâncias quanto à forma de definir o processo de diferimento tributário, o art. 70 foi vetado pelo Presidente da República, que fez questão de explicitar a prioridade que dá ao assunto e a determinação de buscar mecanismos legais apropriados para definir o perfil tributário dos fundos, acabando com a tributação, e aprovando o diferimento tributário.

Na Mensagem nº 494, enviada ao Senado Federal, ao traçar especificamente do veto ao art. 70, o Senhor Presidente da República divulgou a seguinte informação que passo a ler:

Razões do veto.

Acreditamos que a proposição do diferimento do imposto de renda neste artigo poderá levar a interpretação dúbia, na medida em que se entenda que o referido diferimento aplique-se não apenas aos benefícios ou resgates recebidos, como também aos investimentos e aos rendimentos provenientes das aplicações dos recursos das reservas técnicas, provisões e fundos constituídos com recursos das contribuições.

Ademais, não há por que versar a matéria em questão no seio de lei complementar, mesmo porque a sanção presidencial, no particular, poderia ser interpretada como anuência do Poder Executivo a eventual – e desarrazoada – tese no sentido de que a matéria toca àquela espécie legislativa.

A lei complementar não é a norma própria para dispor sobre o tratamento a ser dispensado aos Fundos de Pensão, mormente quando fere questões que se inscrevem no domínio da legislação isencional.

Resalta a Mensagem do Senhor Presidente:

Isto posto, estou nesta oportunidade determinando ao Ministro da Fazenda que elabore, no mais breve prazo possível, através do apropriado ato normativo a ser submetido ao Congresso Nacional, que disponha sobre o adequado tratamento tributário a ser conferido aos Fundos de Pensão, porquanto representam instituições indispensáveis à constituição da poupança nacional e,

por conseguinte, merecem atenção prioritária e diferenciada, particularmente no que diz respeito ao diferimento da tributação em relação ao imposto de renda, comparativamente a outras formas de captação e investimento.

Portanto, o Presidente da República faz questão de, ao mesmo tempo em que veta o art. 70, por uma questão de incongruência de matéria legislativa, de tratar de especificar e determinar ao Ministro da Fazenda a priorização da elaboração de uma medida provisória, conforme anunciou o Ministro Roberto Brant na matéria publicada em 1º de junho, quando diz:

“Ministro garante tratamento tributário igual para fundos”

Medida provisória vai garantir reivindicação antiga do setor.

O governo vai assegurar, por medida provisória, o diferimento do Imposto de Renda sobre os recursos acumulados pelos fundos de pensão, disse ontem o ministro da Previdência Social, Roberto Brant. Esta é uma velha reivindicação do setor e significa dar às entidades fechadas de previdência privada o mesmo tratamento tributário das abertas, ou seja, garantir que o Imposto de Renda seja cobrado na hora do pagamento dos benefícios e não durante o período de acumulação da poupança.

Nessa matéria, manifesta-se também o Dr. Carlos Caldas, Presidente da Abrap – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada, que reconhece o esforço do Governo e o caminho da priorização do Senhor Presidente no tocante à edição dessa medida provisória.

Srº Presidente, como Relator das duas matérias, acompanhando esta questão há muito tempo, registro a satisfação de ver a determinação do Governo Federal no sentido de, urgentemente, por medida provisória, resolver uma pendência que se arrastava há mais de uma década nos tribunais. A solução do perfil tributário dos fundos de pensão fará com que eles possam crescer e que tenhamos a condição de ampliar o volume de recursos para investimento a longo prazo, gerando alternativas para o nosso desenvolvimento.

Ao encerrar as minhas palavras, peço que seja transcrita não só a matéria do Ministro Roberto Brant,

garantindo o tratamento tributário igual para os fundos, como também da Mensagem nº 494 do Senhor Presidente da República ao Senado Federal.

Muito obrigado, Sr<sup>a</sup> Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU  
PRONUNCIAMENTO, INSERIDOS NOS  
TER-  
MOS DO ART. 210 DO REGIMENTO  
INTERNO:**

MINISTRO GARANTE TRATAMENTO  
TRIBUTÁRIO IGUAL PARA FUNDOS

*Medida Provisória vaigar reintrodução antigado setor*

## BATALHA JUDICIAL SE ARRASTA HÁ ANOS

Brasília — O governo vai assegurar, por medida provisória, o diferimento do Imposto de Renda sobre os recursos acumulados pelos fundos de pensão, disse ontem o ministro da Previdência Social, Roberto Brant. Esta é uma verdadeira vitória do setor e significa dar à entidade desfecho das previsões previdenciárias privadas o mesmo tratamento tributário das abertas, ou seja, garantir que o Imposto de Renda seja cobrado na hora do pagamento dos benefícios, e não durante o período de acumulação da poupança.

O ministro disse que já comunicou essa decisão à Associação Brasileira das Entidades de Previdência Privada –

(ABRAPP), explicando os motivos do veto presidencial ao artigo 70 da Lei Complementar 109, que tratava justamente desse dispositivo.

“O go ver no en ten deu que não de ve ria tra tar de um as sun to de lei or di ná ria numa lei com ple men tar”, dis se Brant. Além do mais, a Se cre ta ria da Re ce i ta Fe de ral ar gu men tou que a for ma como a ques tão foi co lo ca da po de ria in flu ir con tra o in te res se da União em ques tão que se en con tra em jul ga men to no Su pre mo Tribunal Federal (STF).

De acor do com o mi nis tro, a MP es cla re ce rá a ques tão tri butá ri a da qui pa ra a fre nte. “O pas sa do está em a ber to”, ad mi tiu. Os fun dos de pen são e o go ver no tra va m uma ba ta lha ju dí ci al há anos, que ain da não teve uma de ci são de fi ni ti va. “Esta mos dis pos tos a ne go ci ar”, dis se Brant.

Abrapp – O veto do pre si den te Fer nan do Hen ri que ao ar ti go 70 não signifi ca uma solu ção fi nal para a ques tão. Além dos trâ mi tes nor mais, o go ver no pro põe a edi ção de uma le gis la ção espe cí ca para o se tor.

Para o presidente da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada (ABRAPP), Carlos Caldas, as razões apresentadas pelo governo para veto são compreensíveis. “O presidente acredita que uma lei complementar não é suficiente para tratar de um assunto tão importante. Pelo texto do veto, fica claro o compromisso assumido pelo governo para que se apresente, o mais breve possível, uma regulamentação específica para a questão”, disse ele.

O projeto de Lei Complementar 109, da qual o artigo faz parte, volta agora para o Congresso, onde será votado novamente, retornando depois para o Presidente da República. Com tu do,

[illegible]

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO	SUBTÍTULO/PRODUTO
		F	G R N F
		S N	O C T
		D	D E
		VALOR	
<b>0043 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL</b>			
		<b>12.000</b>	
		<b>ATIVIDADES</b>	
12.363	0044 2992	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	
12.363	0044 2992 0061	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO AMAPÁ	
		F	G R N F
		S N	O C T
		D	D E
		VALOR	
<b>TOTAL - FISCAL</b>		<b>12.000</b>	
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>		<b>0</b>	
<b>TOTAL - GERAL</b>		<b>12.000</b>	

espera-se que o veto não seja derrubado. (Cláudia Ribeiro e V.C.)

Presidência da República

MENSAGEM Nº 494

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do artigo 66 da Constituição Federal, devida de votar parcialmente, por contrariar o interesse público, o Projeto de Lei nº 10, de 1999 – Complementar (nº 63/99-Complementar no Senado Federal), “Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências.

Ouvindo, o Ministro da Previdência e Assistência Social se manifestou quanto aos dispositivos a seguir vetados:

incisos I e II do parágrafo único do art. 48:

“Art. 48. ....

Parágrafo único. ....

I – a extinção de proci na dor ou ins tit u i dor, tratando-se de entidade singulares;

II – a perda do objeto para o qual o te ve a au tori za ção de funcionamento; e

.....”

Razões do veto

“O inciso III do parágrafo único em causa consiste em cláusula aberta que remete ao órgão regulador e fiscalizadora o estabelecimento das condições mínimas a serem observadas para o funcionamento de entidade de previdência complementar.

Em assim sendo, a boa técnica legislativa aponta a desnecessidade de a lei complementar explicitar outras condições, porquanto – existem na cláusula aberta – as condições específicas pontualmente indicadas pelo órgão regulador e fiscalizador de vem estar em um mesmo grau hierárquico e compendiadas em um mesmo diploma normativo.

Resalte-se que o veto aos incisos I e II não impede que o órgão regulador e fiscalizadora te, como condições mínimas para o funcionamento de entidade de previdência complementar, aquelas constantes dos dispositivos ora vetados.”

O Ministro da Fazenda acrescentou veto ao dispositivo a seguir vetado:

“Art. 70. Os investimentos e rendimentos provenientes das aplicações dos recursos das reservas técnicas, provisões e fundos, constituídos com recursos das contribuições e que geram os benefícios, poderão ser investidos, na forma da lei, e deverão ter a tributação diferenciada em relação ao imposto sobre a renda.”

Razões do veto

“Acreditamos que a proposição do diferimento do imposto de renda neste artigo pode gerar a interpretação dubia, na medida em que se entende que o referido diferimento aplica-se não apenas aos benefícios ou resgates recebidos, como também aos investimentos e aos rendimentos provenientes das aplicações dos recursos das reservas técnicas, provisões e fundos constituídos com recursos das contribuições.

Ade mais, não há por que ver sar a matéria em questão no seio de lei complementar, mesmo porque a sanção presidencial, no particular, poderia ser interpretada como anuência do Poder

Executivo a eventual – e de sar ra zo a da – tese no sentido de que a matéria toca àquela espécie legislativa.”

A lei complementar não é a norma própria para dispor sobre o tratamento a ser dispensado aos Fundos de Pensão, mormente quando fere questões que se inscrevem no domínio da legislação insencional.

Isto posto, estou nesta oportunidade de determinar ao Ministro da Fazenda que elabore, no mais breve prazo possível, através do apropriado ato normativo a ser submetido ao Congresso Nacional, que disponha sobre o adequado tratamento tributário a ser conferido aos Fundos de Pensão, porquanto a representação institucional dispensáveis à constituição da poupança nacional e, por conseguinte, merecem atenção prioritária e diferenciada, particularmente no que diz respeito ao diferimento da tributação em relação ao imposto de renda, com paritativamente a outras formas de captação e investimento.

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

**FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

**A SRA. PRESIDENTE** (Mariana do Carmo Alves)

– V. Exª será atendida na forma regimental.

Com a palavra o Senador Osmar Dias, por 20 minutos.

**O SR. OSMAR DIAS** (Bloco/PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, sem dúvida nenhuma, um dos motivos de orgulho para o Paraná e para o Brasil é a cidade de Foz do Iguaçu, no extremo oeste do Paraná. É lá que ficam as Cataratas do Iguaçu, desdobradas em 1542 pelo navegador espanhol Álvaro Nuñez Cabeça de Vaca. E aquela maravilha toda, Srª Presidente, é uma cidade de mais de 200 mil habitantes, com 275 que das d'água, numa largura de 2.700m, entre o Brasil e a Argentina, uma cidade que fica na fronteira triplíce Brasil, Argentina e Paraguai, e que conta, num raio de 20 quilômetros, com três aeroportos, o que transforma a cidade, já muito bem servida de vias de acesso por terra, bem servida também de transporte aéreo. Do lado do Paraguai, está a Ciudad del Este, onde há um comércio bastante agressivo, que é o maior centro comercial latino-americano, com mais de dez mil lojas de eletrônicos, roupas, bebidas e brinquedos importados da Ásia, Europa e América do Norte. Do lado argentino, está Puerto Iguazú, que agora sofre os reflexos da crise argentina, mas conta com um hotel-cassino que tem atraído muitos turistas.

A Unesco, em 1986, declarou o Parque Nacional do Iguaçu patrimônio da humanidade. E lá, como eu disse, estão mais de 275 saltos, cerca de trezentos saltos, aproximadamente, com altura de 72 metros. É uma demonstração da maravilha e da força da natureza presente naquela região, ao lado de um parque que tem 185 mil hectares de florestas tropicais que abrigam mais de dois mil tipos de vegetais e mais de setecentas espécies de mamíferos, aves e répteis.

Temos a onça-pintada, as antas, os veados, os jacarés-de-papo-amarelo e temos o quati, símbolo do nosso Parque Nacional do Iguaçu e das Cataratas. Temos, ainda, a Usina Hidroelétrica de Itaipu, responsável por 88% da energia consumida no Paraguai e 32,1% da energia consumida no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. Não fosse a Usina Hidroelétrica de Itaipu, a maior do mundo em operação, essa crise que hoje é batida no Brasil seria muito mais profunda.

É evidente que, para a construção da Usina Hidroelétrica de Itaipu, mais de trezentos mil hectares das terras mais férteis do mundo foram cobertos pelas águas. Este sacrifício que o Paraná teve é que proporciona, hoje, a garantia do fornecimento de 32% da energia das regiões importantes do Brasil.

Mas não é só da beleza de Foz do Iguaçu que o turismo vive. Temos, hoje, o terceiro parque hoteleiro do Brasil, com mais de vinte e cinco mil leitos em Foz do Iguaçu e 65% da economia local depende do turismo.

Dos entrevistados, 96% das pessoas que frequentam Foz do Iguaçu dizem que estão lá para fazer turismo e 90% respondem que querem voltar a Foz do Iguaçu. Então, qual é o problema? O problema é que o Governo Federal – isso é histórico – jamais teve os olhos voltados para o potencial enorme que representa Foz do Iguaçu em termos de renda e de emprego.

To dos sabem que Foz de Iguaçu se localiza estrategicamente em relação ao Mercosul e é considerada a capital do Mercosul. To dos sabem que lá estão as Cataratas que formam a beleza natural mais requisitada do Brasil, porque é Foz do Iguaçu, hoje, a cidade que tem o maior número de visitantes, atrás do turismo ecológico, à frente até do Pantanal e da cidade de Manaus. Foz do Iguaçu tem mais visitantes, por ano, que a cidade de Manaus. No último ano, tivemos a presença de mais de um milhão e duzentas mil pessoas. Calcula-se que cerca de um milhão de pessoas, em média, visitam Foz do Iguaçu todos os anos.

Só que, diante de tudo isso, desse potencial enorme, quando visitamos os hotéis de Foz do Iguaçu – e são mais de duzentos –, a realidade é uma só: 40% de ocupação dos hotéis. Diante da realidade dos empresários e dos trabalhadores da cidade de Foz do Iguaçu – porque, na verdade, quando cai o número de visitantes, cai também o número de empregos ou de postos de trabalho à disposição dos trabalhadores de lá –, chegamos a uma conclusão bastante clara: Foz do Iguaçu precisa da atenção do Governo Federal no que se refere a três questões fundamentais. Primeiramente, a questão da segurança.

A revista **Veja**, no dia 9 de maio, publicou uma notícia que, evidentemente, não faz bem para a economia do Paraná, do Brasil, mas cum priu a sua obrigação de alertar. O título da reportagem é **A Muamba Dá Um Baile**. E a revista, em uma reportagem que traz números alarmantes, diz:

”Os esforços do Governo para conter a criminalidade ligada ao contrabando e às remessas ilegais de dólares na fronteira com o Paraguai foram enormes nos últimos anos.

Foi sancionada uma lei para combater a lavagem de dinheiro. A utilização das chamadas contas CC-5 foi proibida e criou-se uma repartição pública para receber denúncias sobre movimentações financeiras suspeitas. Grandes operações policiais provocaram baixas pesadas na delinquência. A descoberta de máfias envolvidas na lavagem de dinheiro e remessas ilegais resultou na abertura de mais de 250 inquéritos e na identificação de cinco mil pessoas envolvidas com os crimes. Imaginou-se que o banditismo financeiro havia levado um baque. Estudo recente das autoridades de Foz do Iguaçu, no Paraná, revelou um cenário desolador. Os bandidos já encontraram formas de burlar as novas barreiras.

Com o fechamento das casas de câmbio usadas em operações ilegais, o grosso dos negócios foi transferido para bingos e imobiliárias. O volume de operações suspeitas envolvendo casas de sesram aumentou 40 vezes nos últimos dois anos. Foz do Iguaçu é a porta por onde entra grande parte das mercadorias ilegais que circulam pelo Brasil. A maioria do dinheiro que deixa ilegalmente o País passa pela rede bancária da cidade, metade dos CDs “piratas” vendi-

dos no Brasil chega por Foz, mais de 30% dos carros roubados no País cruzam a fronteira para o Paraguai por meio de Foz do Iguaçu e quase 100% do cigarro contrabandeado para o Brasil atravessa a cidade."

Portanto, Sr<sup>a</sup> Presidente, é uma notícia que nós, do Paraná, gostaríamos que não fosse verdadeira; mas é. E o que aterroriza os habitantes da cidade, do extremo-oeste do Estado, é a falta de segurança em que vive Foz do Iguaçu, o que não afeta seus habitantes apenas pelo medo, mas, sobretudo, porque afasta o turista, significando de sempre, hotéis e restaurantes vazios, casas de **shows** vazias, menos dinheiro circulando em Foz do Iguaçu e menos trabalho para as pessoas que lá vivem.

Então, não há nenhum projeto de desenvolvimento para a região de Foz do Iguaçu que possa ser respeitado, Sr<sup>a</sup> Presidente, se não contemplar a questão "segurança", que deve ser a prioridade número um de qualquer projeto que se queira desenvolver na região de Foz do Iguaçu. E a segurança numa cidade de fronteira deve ser e é responsabilidade do Governo Federal, que, então, está deixando de cumprir a sua função.

Quando faço este alerta aqui, sei que milhares de pessoas que estão ouvindo este pronunciamento podem estar pensando: mas essa não é uma propaganda positiva do Estado que o Senador representa. Não, essa é uma defesa que faço do meu Estado. A propaganda positiva é feita pelas Cataratas, que, por si, atraem milhares de visitantes; pelo Parque Nacional do Iguaçu, pela Usina de Itaipu, pelo terceiro parque hoteleiro do País e pelas condições de infraestrutura que Foz do Iguaçu apresenta, com mais de sessenta locais para a realização de convenções, inclusive contando com um centro nacional de convenções, construído exatamente para receber delegações estrangeiras e que tem abrigado a realização de eventos internacionais de extrema importância para o Paraná e para o Brasil.

Agora, tenho a obrigação, o dever de alertar o Governo Federal – que, repito, é o responsável por essa área numa cidade de fronteira – para o fato de que estamos dispensando milhares de turistas que poderiam estar visitando Foz do Iguaçu se contássemos com um programa de segurança local.

Sr<sup>a</sup> Presidente, vou me referir agora ao segundo problema, sobre o qual lerei alguns dados: mais de três milhões de brasileiros acorrem anualmente a Foz do Iguaçu com a intenção de aproveitar os preços

convidativos da vizinha Ciudad del Este, terceiro pólo comercial do mundo, depois de Miami e Hong Kong. São os saqueiros. A Ciudad del Este, devido de produtos sem impostos, suja e mal-estruturada, recebe semanalmente cerca de 150 mil brasileiros. Sr<sup>a</sup> Presidente, vou repetir: 150 mil brasileiros! Em cada viagem semanal, cada um desses brasileiros deixa naquela cidade paraguaia cerca de US\$1,5 mil, numa burla escandalosa à nossa legislação, que permite o gasto de apenas US\$250 por pessoa. A utilização de "mulas" ou "formigas", como se denominam aqueles que carregam a compra dos saqueiros, permite que estes gastem muito além de sua cota. O movimento anual gira em torno de US\$12 bilhões, Sr<sup>a</sup> Presidente! A Receita Federal brasileira calcula que, nos dias de maior movimento, cerca de US\$39 milhões em mercadorias atravessam a fronteira para o Brasil. Estamos falando de um comércio que desvia para a economia paraguaia US\$12 bilhões, dos quais estamos perdendo, em divisas líquidas e certas, cerca de US\$10 bilhões.

Então, quando apresentamos aqui um projeto de lei para a criação da Zona de Livre Comércio em Foz do Iguaçu, não pretendíamos que o Governo Federal tivesse, de forma alguma, perda de receita, como disse o Secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, que não se dispôs, na época, a debater o projeto em Foz do Iguaçu. Neste momento em que reapresentamos o referido projeto, estamos convidando o Secretário para debater com os trabalhadores e empresários iguaçuenses os verdadeiros objetivos da instalação de uma Zona de Livre Comércio. Poderemos atrair para aquela cidade não os visitantes eventuais, que atravessam a fronteira, fazem as compras no Paraguai, deixam o dinheiro do outro lado e partem dali sem gastar um centavo no lado brasileiro. Nossos hotéis não vêem a cor do dinheiro da queles que vão para o outro lado apenas para fazer compras, gastando quantias muito acima da cota estabelecida. Atravessando a fronteira por meio das "mulas" aqueles que atravessam a fronteira com as cargas dividadas, para que estas fiquem dentro da quota, não deixam do lado de cá sequer um centavo nos hotéis, restaurantes, casas de **shows**. Enfim, não geram um benefício em preço do lado de cá. Estão, na verdade, contribuindo para as 10 milhões de calorias do outro lado.

Srs. Senadores, se houvesse boa vontade por parte do Governo Federal, a instalação de uma Zona de Livre Comércio em Foz do Iguaçu permitiria a transformação e montagem de produtos naquela re-

gião, com a conseqüente multiplicação de receita e em prejuízos do lado de cá. Não teríamos uma cidade apenas de passagem para milhares de brasileiros que se deslocam – como os daqui de Brasília mesmo, onde existe a famosa Feira do Paraguai para fazer suas compras do outro lado, sem deixar um centavo em Foz do Iguaçu.

Não estou fazendo aqui uma pregação contra a Feira do Paraguai localizada em Brasília, mas um alerta, um apelo em favor de Foz do Iguaçu, do Estado do Paraná e da economia nacional, que estão sendo burrada em função do despejo de dinheiro desnecessário às compras feitas do lado paraguaio.

Sr<sup>a</sup> Presidente, metade dos CDs piratas vendidos no Brasil atravessaram a fronteira do Paraguai. Praticamente a totalidade dos cigarros contrabandeados fez o mesmo caminho. O Brasil está perdendo quase R\$10 bilhões anualmente, pela atuação criminosa dos bandidos em Foz do Iguaçu. Além de CDs, cigarros, eletrônicos, drogas e armas, existe o comércio de carros roubados, conforme publicado pela revista **Veja** no dia 9 do corrente.

Finalmente, depois de ter falado sobre a segurança e a Zona de Livre Comércio, condições que poderiam atrair turistas diferenciados, que iriam a Foz do Iguaçu realizar seus negócios, permanecendo por um ou vários dias na cidade e irrigando a economia local, multiplicando-se, assim, os postos de trabalho, faço um terceiro apelo: que a Embra tur olhe para o grande potencial turístico representado pela cidade de Foz do Iguaçu, que reúne todos os requisitos para ser promovida internacionalmente, tais como o Parque Nacional, as Cataratas e a Usina de Itaipu.

Pode-se verificar que, em geral, os países que estão no contexto internacional do turismo preocupam-se em divulgar seu potencial turístico. Em um país da Europa, vê-se propaganda de outros países da Europa. A Itália, por exemplo, que tem no turismo grande fonte de arrecadação, não se descuida: em qualquer parte do mundo, ela divulga seus pontos turísticos. Outro exemplo: estive por um tempo em Israel e pude verificar a divulgação cuidadosa, em todos os países do mundo, de sua grande indústria, o turismo religioso, essa força que atrai milhares de dólares para aquele país, gerando milhares de postos de trabalho.

Muitas vezes, já ouvimos, não só desta tribuna, mas em reportagens, manifestações de políticos respeitadas no Brasil afirmarem que o turismo será uma grande fonte de receitas para o País num futuro muito próximo. Acredito nessas afirmações, mas, para se

concretizarem, Sr<sup>a</sup> Presidente, não podemos desprezar o enorme potencial de Foz do Iguaçu.

Por isso, apelo ao Presidente da Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo), Dr. Caio Luiz de Carvalho, e ao Ministro do Esporte e Turismo, Carlos Melles, para que S. Ex<sup>as</sup> olhem para Foz do Iguaçu e vejam, naquela beleza proporcionada por Deus, esse grande potencial que pode transformar não apenas Foz do Iguaçu, mas toda a região oeste, todo o Paraná num grande centro de turismo. Evidentemente, quem for a Foz do Iguaçu acabará visitando outras regiões do Estado, outros centros de turismo a serem desenvolvidos. E o Paraná, que tem uma fortíssima vel na sua agricultura e na sua agroindústria, poderá se transformar num centro de turismo invejável, que trará, evidentemente, riquezas para o Brasil.

Este é o apelo que faço, Sr<sup>a</sup> Presidente, nesta tarde de segunda-feira. Outros mais experientes já disseram que segunda-feira é o dia de se falar do Estado. Aproveito, depois de toda essa turbulência que vivemos nos últimos dias, para deixar as três propostas ao Governo Federal: cuidar da segurança em Foz do Iguaçu, aceitar a instalação de uma zona de livre comércio em Foz do Iguaçu e divulgar o grande potencial que tem Foz do Iguaçu para o mundo, para que possamos extrair riqueza, desenvolvimento e empregos para os nossos trabalhadores. Tenho certeza de que aqueles que visitam Foz do Iguaçu entendem muito bem o que estou dizendo, pois constatarem como é desprezo do esse enorme potencial que temos em nossas mãos.

Não se deve proceder como fez o Governo do Paraná que, ao divulgar a criação da Costa Oeste, de um centro internacional de turismo, desviou recursos, sendo hoje objeto de uma denúncia no Ministério Público. Depois, houve apenas a propaganda, pois isso interessa a uma e a outra empresa de publicidade. O Governo do Estado simplesmente se esqueceu dos compromissos com a Costa Oeste e com Foz do Iguaçu.

Sr<sup>a</sup> Presidente, este é um apelo de quem conhece Foz do Iguaçu, de quem vive ao lado da sua população, de quem trabalha lá e de quem tem por Foz do Iguaçu um enorme carinho e orgulho por ser Foz do Iguaçu uma cidade do Estado que represento.

Orgulho-me de ser do Paraná e de estar no Estado que abraça as Cataratas do Iguaçu, que precisamos, Sr<sup>a</sup> Presidente, da atenção do Governo. Deus de tanta atenção, tanta generosidade àquela região que precisamos só um pouco dos olhos do Governo

Federal para colocar em prática esse projeto que acaba de descrever.

Era o que tinha a dizer.

**A SRA. PRESIDENTE** (Maria do Carmo Alves) – Concedo a palavra ao Senador Gilvam Borges, por 20 minutos.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, a história da administração pública no Brasil está intimamente ligada a escândalos, ineficiências, desvios de verbas, subornos, propinas em licitações, enriquecimentos ilícitos e favorecimentos indevidos com o dinheiro público.

A cada instante, é descoberto um escândalo envolvendo o dinheiro do contribuinte, e quase sempre encontramos a figura de um homem público com prometi do até o pescoço com falcatruas vergonhosas. Toda essa situação põe a nu a insatisfação e a desconfiança do povo brasileiro em relação aos seus respectivos governos e representantes políticos eleitos com o voto popular. Portanto, é alarmante a manifestação de pessimismo e a decepção da sociedade quanto ao desempenho atual e futuro de magistrados, legisladores, policiais, burocratas e governadores, incluindo, é lógico, todos os chamados políticos profissionais. Essa situação de asaltos aos cofres públicos já se tornou uma verdade irrefutável de reputação, e o povo assiste a tudo isso com a certeza de que o cotidiano brasileiro é um verdadeiro caos.

Podemos afirmar, com certeza, que as críticas são as mesmas em todo o território nacional. Para o povo, como já pude perceber, os setores públicos e privados já estão completamente tomados pelo individualismo, pelo egoísmo, pela mentira, pela impunidade, pela lerdeza judicial, pela preguiça burocrática e pela incompetência. Todas essas deformações têm origem nos altos índices de corrupção que o País exige, e que parece não se abalar com os seus resultados altamente negativos.

Aliás, no que se refere aos níveis de roubalheira, lamentamos dizer que somos percebidos como corruptos neste ano de modo ainda mais contundente em termos de América Latina. Somos vistos como um dos piores exemplos.

Recentemente a Organização Não-Governamental Transferência Internacional, TI, divulgou os resultados de sua avaliação anual sobre o Índice de Corrupção, IPC, em nível mundial. Nessa avaliação realizada em 90 países, o Brasil apareceu com um péssimo resultado. Numa escala de zero a dez, o nosso País foi categoricamente reprovado com nota

3,9 e colocado como país de baixo conceito. Portanto, nessa escala, estamos no 49º lugar entre os países avaliados. É importante ressaltar que, no ano passado, pela mesma avaliação, ocupávamos a 46ª posição.

Segundo os especialistas que realizam anualmente esse estudo, se o Brasil fosse um País considerado limpo, ou seja, se representasse Índice de Corrupção semelhantes ao do Canadá, da Islândia, da Noruega, de Singapura ou da Holanda, que registram um mé dia de IPC em torno de 9,1, o nosso Produto Interno Bruto, PIB, do brasileiro no período entre 15 a 20 anos. Na opinião dos especialistas, isso seria conseguido em virtude do aumento significativo dos investimentos sociais e de sua aplicação correta, sobretudo em educação, saneamento básico, saúde e prevenção, que teriam inegáveis repercussões positivas sobre a produtividade e os investimentos privados.

Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, infelizmente constatamos que não vamos dobrar o nosso PIB no período mencionado, apostando na diminuição de nossa corrupção e na aplicação de centenas de verbas públicas, que poderiam tirar milhões de brasileiros da miséria e da ignorância.

No que se refere à educação, por exemplo, grande parte das verbas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, Fundef, está sendo criminosamente desviada por administradores inescrupulosos. O próprio Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, estarrecido com o montante dos desvios, resolveu, no último mês de setembro, que brar o sigilo bancário das contas que recebem esses recursos e propôs que igual medida fosse adotada em relação a todos os outros programas sociais do Governo.

De acordo com os primeiros levantamentos feitos pelo Ministério da Educação, 115 Municípios, em 20 Estados, foram levados à Justiça pela prática de irregularidades na aplicação do dinheiro do Fundef. Em consequência, pelo menos cinco Prefeitos foram afastados de suas funções.

Entre as práticas mais detestáveis no uso das verbas, está a declaração de realização de cursos que, na realidade, nunca existiram e a apresentação de listas intermináveis de alunos fantasmas, que nunca foram treina dos por nenhum programa. A aberração é tão grande que até as listas telefônicas foram inventados alunos para justificar treinamento e concessões de diplomas falsos. Como a mentira tem pernas curtas e a irregularidade nunca é eterna, finalmente

des cobriu-se que essas pessoas jamais recorreram a qualquer inscrição para esse fim.

Sr<sup>a</sup> Presidente, em meio a esse mar de lama de corrupção que infelicitiza o nosso País, devo admitir com tristeza que o meu Estado também aparece na lista negra das irregularidades a que nos referimos. Lamentavelmente, não posso esconder que ele é sujeito ativo nesses escândalos vergonhosos com as verbas públicas destinadas a promover a educação dos mais pobres. Todavia é importante ressaltar que o povo do Amapá, em sua quase totalidade, não está conivente com essa situação. Muito pelo contrário, ele está, sim, revoltado e envergonhado.

A má fama que ultrapassou as nossas fronteiras atinge o Sr. João Capiberibe, Governador do meu Estado, que não está conseguindo dignificar o seu mandato popular por improbidade administrativa, em outras palavras, por traíra a confiança popular.

É lamentável, Sr<sup>a</sup> Presidente, que tenhamos de, neste momento, assomar à tribuna para chamar a atenção e lamentar com o País a desconfiança generalizada que está presente na alma do povo brasileiro. Em cada bofeço, em cada esquina, em cada parada, a discussão se estende. E nós, homens públicos, estamos na berlinda.

Apesar dos pesares, o País avançou nestes últimos dez anos. Fatos antes nunca vistos ocorrem agora, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal.

Presenciei, quando Deputado Federal, processos de cassação de mandatos, o que não ocorria há mais de 30 anos. Hoje, assistimos a juízes indo para a cadeia. A sociedade brasileira se mobiliza, protesta e cobra soluções. E o Congresso Nacional, pilar da democracia – a Câmara dos Deputados, representando o povo, e o Senado Federal, os Estados -, haverá de dar uma resposta a essa sociedade.

Estamos confiantes, haveremos de construir um Brasil próspero. Sr<sup>a</sup> Presidente, acredito realmente nisso, porque sempre fiz política com a convicção de que, a partir do momento em que nos submetemos à apreciação e à censura pelo voto popular, temos a obrigação de defender os interesses do País.

É verdade: mundialmente, o Brasil ainda apresenta um péssimo desempenho; mas as grandes reformas que estão sendo implantadas são motivo de orgulho e de alegria, pois estamos preparando este País para o futuro. Exemplos já estão sendo dados pela Câmara Alta, pelo Congresso Nacional. No Judiciário, os homens de bem da quele Poder também articulam-se, preparam-se em seminários para partici-

par da sua ampla reforma. Já implantamos a reforma administrativa. As reformas previdenciária e tributária devem acontecer, e com urgência; mas, mais urgente ainda – chama a atenção do Senhor Presidente e dos Srs. Líderes – é a reforma política.

Este País não parou, avança. Quer o dar o testemunho do meu otimismo e da minha confiança diante de todas as situações e dificuldades que atravessamos.

Está na pauta o apagão. É verdade, o País se amolda a ampla política de privatizações. Com todas essas turbulências, o Governo vê-se envolvido com a aplicação de reformas urgentes. Erros há; haveremos de reconhecê-los, mas, Sr<sup>a</sup> Presidente, superaremos essa situação.

Hoje, o País se mobiliza no sentido de empreender um grande planejamento para os próximos 40 anos e, para tanto, o Governo tem agido.

Na época da transição, o então Presidente José Sarney teve papel fundamental no processo. Hoje, contamos com a contribuição do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que também aqui teve o seu mandato, um intelectual.

Aqueles que ficam se lamentando, os descrentes, por favor, levem em conta! O País está se erguendo. É com as dificuldades que aprendemos. Agora, devemos caminhar. Portanto, quero conclamar todas as Lideranças políticas para implementar, com urgência, as reformas política e tributária, tão importantes para o País.

Estou orgulhoso do meu País, sim, apesar dessas dificuldades, do descrédito, da corrupção, embora saiba que aqui se mede a disputa do peixe no ao grande, que vigora a cultura de selvar vantagem em tudo. Mas, Sr<sup>a</sup> Presidente, este País é maravilhoso, este País tem futuro, e estamos construindo esse futuro.

Se falo na administração do Presidente José Sarney é porque, com sua sabedoria, conseguiu fazer a transição, o grande marco do seu Governo. Quanto ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, Sua Excelência deixa a marca das reformas. Embora vítima de críticas, o Presidente deixa a contribuição dos ajustes, do plano econômico, da contenção da inflação.

Desta tribuna, apelo para o Presidente, para que, junto a seus líderes, com os técnicos, com os seus Ministérios, busque um programa energético com a abrangência de 30 anos, e com urgência. E apelo também para que o Congresso retome as reformas. Paga mos um preço, sim, mas estamos preparando para isso.

Portanto, conclamo não só o Presidente mas também o povo brasileiro: tenhamos ânimo, coragem e disposição. Haveremos de sair desta crise. O nosso País é pujante, rico, próspero. Para corrigir esses erros, devemos escolher bons líderes, homens comprometidos com o desenvolvimento, e o segredo está no voto qualificado, que só será alcançado com o investimento maciço na educação.

Sr<sup>a</sup> Presidente, era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Maria do Carmo Alves) – Não há mais ora dores inscritos.

O Sr. Senador João Alberto Souza enviou discurso à Mesa para ser publicado, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>a</sup> será atendido.

**O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA** (PMDB – MA)

– Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, chamou-me a atenção o recente relatório anual do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos de Londres, intitulado Balanço Estratégico 2000/2001. Segundo esse documento, o papel dos Estados Unidos, no presente e nos próximos anos, será crucial para a América Latina, cujas instituições políticas ainda não estão à altura dos enormes desafios a enfrentar. A "falta de governos eficientes", o "déficit de autoridade", a "fragilidade da democracia", o "nível de insegurança pessoal" e a "frustração da população com a falta de benefícios sociais e econômicos concretos" são outras tantas razões enumeradas pelo relatório para qualificar o descompasso vivido pelos países latino-americanos quanto à necessidade de avançar democraticamente e desenvolverem-se economicamente e socialmente.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não cultivo ojerizas contra os Estados Unidos, nem contra país nenhum, porém, soa-me antipática e inaceitável a posição de que o Brasil precisa de tu te las para desenvolver-se. Nesse contexto, regozija-me a informação de que está para ser implantada uma reestruturação do Ministério das Relações Exteriores brasileiro, para dar ênfase à diplomacia comercial, mais consistente com a nova realidade, mais afim com os novos desafios das negociações comerciais multilaterais.

Certa feita, li afirmação de representante diplomático dos Estados Unidos no Brasil na qual dizia encontrar-se ele em nosso território para defender os interesses do seu país, não para fazer diplomacia ou cultivar amenidades. Sem dúvida, é preciso reconhecer que tal afirmação é realista e deve efetivamente pautar as relações entre os países. Os Estados Unidos sabem como ninguém implementar essa postura. Historicamente, inclusive, não têm manifestado nenhum pejo ao fazer uso de meios e instrumentos nada

"diplomáticos" para impor suas visões e salvar guardar seus interesses.

Advogo a mesma atitude da diplomacia brasileira. A reestruturação do Itamaraty é momento oportuno para a decisão de ar esse processo. Não defendo a assunção de posicionamentos e prática de atitudes de violência contra a ética ou de imposições fundadas na força ou no poder econômico. Defendo uma reestruturação que insira o País no contexto do mundo globalizado, no contexto do século que se iniciou, um século em que, como bem afirmou o Ministro Lafer, "são distintos os meios para tornar operacionais o valor do desenvolvimento e assegurar sua sustentabilidade econômica, financeira, política, social e ambiental".

Os recentes embates que o Brasil teve que enfrentar – refiro-me à questão da exportação da carne brasileira criada pelo Canadá, à divergência com os laboratórios norte-americanos em relação ao acesso aos medicamentos para combater a Aids, ao posicionamento dos Estados Unidos no campo da Área de Livre Comércio das Américas – Alca, ou às divergências comerciais por causa das exportações de açúcar, produtos cítricos e aço brasileiros – demonstraram suficientemente a urgência de iniciativas claras como opção e de defesas convincentes e fortes.

O setor específico da Área de Livre Comércio das Américas abre para o Brasil um horizonte promissor, um terreno fértil para a sua inserção no mercado mundial, num quadro construtivo e estratégico de um País forte na defesa dos seus interesses, na formulação das regras às quais obedecer e na concretização desse bloco comercial. Para tal, é preciso determinar, vontade, competência e proatividade diplomática.

Não creio em eficientes atitudes de medo, de indecisão, de postergação, nem de angústia diante da possibilidade de mecanismos perpetuadores da influência americana sobre nosso comércio, como o passaporte definitivo para a invasão dos produtos desse país no mercado brasileiro. Tal somente poderá acontecer na medida da omissão, da falta de visão e de posicionamento adequado em prol dos interesses nacionais, comerciais ou não.

Identifico-me com Paulo Skaf, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil, quando afirma que "o Brasil não pode ter apenas uma posição reativa e defensiva, já que temos plenas condições de ser pró-ativos e agressivos". Os protecionistas não somos nós, diz o Presidente da Associação. Em todos os setores em que os brasileiros são competitivos, os Estados Unidos aplicam uma gama variada de barreiras que efetivamente prejudicam o Brasil. Ora, isso não é aceitável e o País deve assumir seu lugar como líder proativo e exigente. Só assim, terá condições de colocar as mudanças que defende e que considere fundamentais para a efetiva implantação

ção da liberdade de mercado, um dos apanágios da vida moderna.

Nada mais oportuno, então, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs., do que reestruturarmos o Ministério das Relações Exteriores, para que o Brasil efetivamente assumo seu papel de liderança no âmbito do relacionamento internacional, intensificando seus posicionamentos e sua mensagem de democracia e igualdade de tratamento.

Clareza, competência e determinação, para marcar presença e exigir reciprocidade, visando a iguais oportunidades de crescimento e modernização. Enfim, uma diplomacia de fôlego e interesses, mesmo salvaguardando a prática da gentileza.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Márcia do Carmo Alves) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Se nada houver a ser discutido, a sessão deliberativa ordinária amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, com a seguinte

## ORDEM DO DIA

### – 1 –

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2001

(Em regime de urgência, nos termos do Requecimento nº 282, de 2001 – art. 336, II, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2001 (nº 3.523/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que acrescenta parágrafos ao art. 58 e dá nova redação ao § 2º do art. 458 da Constituição das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (jornada de trabalho, transporte de trabalhadores e salário in natura), tendo

Parecer favorável, sob nº 468, de 2001, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Moreira Mendes, com voto em separado do Senador Ademir Andrade e contrários dos Senadores Tião Viana, Sebastião Rocha, Geraldo Cândido, Ademir Andrade e das Senadoras Marina Silva e Emília Fernandes.

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

### – 2 –

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 22, DE 2001

(Em regime de urgência, nos termos do Requecimento nº 280, de 2001 – art. 336, inciso II, com binado com o art. 338, IV, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 22, de 2001 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 455, de 2001, Relator **ad hoc**: Senador Paulo Souto), que autoriza o Banco do Nordeste do Brasil S/A a contratar, com a garantia da República Federativa do Brasil, operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), de principal, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada ao financiamento parcial do Programa de Expansão de Mercados para Pequenas e Médias Empresas – PEM.

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

### – 3 –

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 23, DE 2001

(Em regime de urgência, nos termos do Requecimento nº 281, de 2001 – art. 336, inciso II, com binado com o art. 338, IV, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 23, de 2001 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 456, de 2001, Relator: Senador Casildo Maldaner), que autoriza o Governo do Distrito Federal a contratar, com a garantia da República Federativa do Brasil, operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Saneamento Básico do Distrito Federal.

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

### – 4 –

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 37, DE 2000

Segunda sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Moreira Mendes, que dispõe sobre a regularização da situação dos integrantes da carreira policial militar do ex-Território Federal de Rondônia, tendo

Parecer favorável, sob nº 242, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romeu Tuma.

### – 5 –

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 102, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 102, de 2000 (nº 267/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga Permissão à TM-TV Telecomunicações e Serviços Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sacramento, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 160, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Francelino Pereira, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.

– 6 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 134, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 134, de 2000 (nº 268/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Clube FM Iturama Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iturama, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 261, de 2001, da Comissão de Educação, Relator Senador Francelino Pereira, com abstenções da Senadora Marina Silva e do Senador Geraldo Cândido.

– 7 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 18, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 2001 (nº 554/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Pititinga a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio do Fogo, Estado do Rio Grande do Norte, tendo

Parecer favorável, sob nº 404, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador José Coelho.

– 8 –

REQUERIMENTO Nº 255, DE 2001

Votação, em turno único, do Requerimento nº 255, de 2001, da Senadora Heloísa Helena, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 622 e 628, de 1999, por regularem a mesma matéria.

– 9 –

REQUERIMENTO Nº 256, DE 2001

Votação, em turno único, do Requerimento nº 256, de 2001, do Senador Paulo Hartung, solicitando a retirada, em caráter definitivo, da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2000.

**O SR. PRESIDENTE** (Maria do Carmo Alves)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 1 minuto.)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**  
**Serviço de Apoio às Comissões Mistas**

EMENDA ADICIONADA PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2.128-10 ADOTADA EM 25 DE MAIO DE 2001 E PUBLICADA NO DIA 26 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "ALTERA A LEGISLAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE A RENDA NO QUE SE REFERE AOS INCENTIVOS FISCAIS DE ISENÇÃO E DE REDUÇÃO, DEFINE DIRETRIZES PARA OS INCENTIVOS FISCAIS DE APLICAÇÃO DE PARCELA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA NOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS REGIONAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS":

CONGRESSISTA	EMENDA N.º
Deputado RICARDO FERRAÇO.....	016, 017
Senador RICARDO SANTOS.....	018, 019
Deputado JUQUINHA.....	020

EMENDAS CONVALIDADAS: 015  
EMENDA ADICIONADA: 005  
TOTAL DE EMENDAS: 020

RELATOR (INDICAÇÃO): Deputado JORGE KHOURY



CONGRESSO NACIONAL

MP- 2128-10

000016

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data / /		Proposição Medida Provisória n.º 2.128-10, de 25 de maio de 2001		
Autor RICARDO FERRAÇO			Nº Prontuário 282	
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> Substitutiva    3. <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa    4. <input type="checkbox"/> Aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo Global				
Página 01 de 01	Artigo 13	Parágrafo	Inciso	Alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao art. 13 da Medida Provisória n.º 2.128-10, de 25 de maio de 2001, a seguinte redação:

*“Art. 13. Os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento da Amazônia – FNA, do Nordeste – FNE e do Centro-Oeste – FCO, com as áreas de abrangência dada pela Medida Provisória n.º 2.146-1, de 04 de maio de 2001, farão jus, a partir de 1.º de janeiro de 2001, à taxa de administração de três por cento ao ano sobre o patrimônio líquido dos respectivos Fundos, apropriada mensalmente.”*

## JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória n.º 2.146-1, de 04 de maio de 2001, deu nova abrangência para as áreas constituintes dos Planos de Desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia. Institui, inclusive, as Agências de Desenvolvimento da Amazônia – ADA e do Nordeste – ADENE, com o objetivo de implementar políticas e viabilizar instrumentos de desenvolvimento das áreas integrantes dos referidos Planos de Desenvolvimento.

Nesse contexto, nossa emenda propõe nova redação ao art. 13 adequando a sua abrangência na forma especificada pela referida Medida Provisória.

ASSINATURA



CONGRESSO NACIONAL

**MP - 2128-10****000017****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

Data
/ /

Proposição
<b>Medida Provisória n.º 2.128-10, de 25 de maio de 2001</b>

Autor
<b>Deputado RICARDO FERRAÇO</b>

Nº Prontuário
<b>282</b>

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa	4. <input type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo Global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página
01 de 02

Artigo
1.º

Parágrafo

Inciso

Alínea

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Dê-se ao art. 1.º da Medida Provisória n.º 2.128-10, de 25 de maio de 2001, a seguinte redação:

*“Art. 1.º Sem prejuízo das demais normas em vigor aplicáveis à matéria, a partir do ano-calendário de 2000 e até 31 de dezembro de 2013, as pessoas jurídicas que tenham projeto aprovado para instalação, ampliação, modernização ou diversificação enquadrado em setores da economia considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, nas áreas de atuação de abrangência da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE e da Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA, em conformidade com a Medida Provisória 2.146-1, de 04 de maio de 2001, terão direito à redução de setenta e cinco por cento do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro de exploração.”*

**JUSTIFICAÇÃO**

A Medida Provisória n.º 2.146-1, de 04 de maio de 2001, deu nova abrangência para as áreas constituintes dos Planos de Desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia. Institui, inclusive, as Agências de Desenvolvimento da Amazônia – ADA e do Nordeste – ADENE, com o objetivo de implementar políticas e viabilizar instrumentos de desenvolvimento das áreas integrantes dos referidos Planos de Desenvolvimento.

A redação dada ao atual art. 1.º, quando especifica “nas áreas de atuação das extintas SUDENE e SUDAM”, não contempla as atuais áreas incluídas pela atuação das Agências de Desenvolvimento da Amazônia – ADA e do Nordeste – ADENE. Como exemplo, o Plano de Desenvolvimento do Nordeste abrangerá os Estados do Maranhão, Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo e as regiões e Municípios do Estado de Minas Gerais de que tratam as Leis n.ºs 1.348, de 10 de fevereiro de 1951, 6.218, de 7 de julho de 1975, e 9.690, de 15 de julho de 1998.

Assim, estamos propondo nova redação ao art. 1.º da Medida Provisória 2.128-10, de 25 de maio de 2001, fixando que as referidas abrangências são aquelas contempladas pelas Agências ADA e ADENE.

ASSINATURA



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador **RICARDO SANTOS**

**MP- 2128-10**

**000018**

## **EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2128-10, DE 25 DE MAIO DE 2001**

### **( EMENDA MODIFICATIVA )**

Dê-se aos artigos 1º, 2º e 3º da Medida Provisória n.º 2128-10, de 25 de maio de 2001, a seguinte redação:

“Art. 1º Sem prejuízo das demais normas em vigor aplicáveis à matéria, a partir do ano calendário de 2000 e até 31 de dezembro de 2013, as pessoas jurídicas que tenham projeto aprovado para instalação, ampliação, modernização ou diversificação enquadrado em setores da economia considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, nas áreas de atuação da ADENE – Agência de Desenvolvimento do Nordeste e da ADA – Agência de Desenvolvimento da Amazônia, terão direito à redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração.

§ 1º.....

§ 2º.....

§ 3º.....

§ 4º.....

§ 5º.....

I - .....

II - .....

§ 6º.....

§ 7º.....



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador **RICARDO SANTOS**

§ 8º.....

Art. 2º Fica extinto, relativamente ao período de apuração iniciado a partir de 1º de janeiro de 2001, o benefício fiscal de redução do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, de que trata o art. 14, da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, e o art. 22 do Decreto-Lei nº 756, de 11 de agosto de 1969, exceto para aqueles empreendimentos dos setores da economia que venham a ser considerados, pelo Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, nas áreas de abrangência da ADENE e da ADA e para os que têm sede na área de jurisdição da Zona Franca de Manaus.

Art. 3º Sem prejuízo das demais normas em vigor sobre a matéria, fica mantido, até 31 de dezembro de 2013, o percentual de trinta por cento previsto no inciso I do art. 2º da Lei nº 9.532, de 1997, para aqueles empreendimentos dos setores da economia que venham a ser considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, nas áreas de abrangência da ADENE e da ADA.”

Sala de Sessões, em


  
Senador **RICARDO SANTOS**

## Justificação

Com o advento da Medida Provisória nº 2146, de 4 de maio de 2001, que cria as Agências de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste, bem como extingue a SUDAM e a SUDENE, necessário se torna adequar aqueles normativos reguladores às novas decisões do Executivo sobre a matéria, com as emendas apresentadas.

A presente emenda procura reunir, no mesmo marco regional, a área de atuação da nova Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE e da

Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA, para fins de aplicação dos dispositivos relacionados aos incentivos de crédito para as empresas beneficiárias do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, bem como aos incentivos fiscais relativos às reduções do imposto sobre a renda, conforme já definidos em lei.

  
Senador **RICARDO SANTOS**



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador **RICARDO SANTOS**

**MP - 2128-10**

**000019**

## **EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2128-10, DE 25 DE MAIO DE 2001**

### **( EMENDA ADITIVA )**

Acrescente-se o artigo 13A a Medida Provisória n.º 2128-10, de 25 de maio de 2001, com a seguinte redação:

“Art. 13 A – Para efeito de aplicação de recursos dos fundos Constitucionais de financiamento do Nordeste e do Norte, serão considerados as regiões de abrangência da ADENE e da ADA.”

Sala de Sessões, em

  
Senador **RICARDO SANTOS**

### **Justificação**

Com o advento da Medida Provisória nº 2146, de 04 de maio de 2001, que cria as Agências de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE e da Agência de desenvolvimento da Amazônia - ADA, bem como extingue a SUDENE e a SUDAM, necesssário se torna adequar os dispositivos reguladores dos Fundos Constitucionais do Nordeste e do Norte às novas decisões do Poder Executivo.

A emenda apresentada reúne num mesmo marco, correspondente à área de atuação da ADENE e da ADA, o domínio para a aplicação de dispositivos relacionados aos incentivos de crédito para as empresas beneficiárias dos referidos Fundos Constitucionais.

  
Senador **RICARDO SANTOS**



CONGRESSO NACIONAL

MP - 2128-10

000020

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 30/05/01		proposição Medida Provisória nº 2128-10		
autor Deputado JUQUINHA		nº do prontuário		
1 ( ) Supressiva    2 ( ) substitutiva    3 ( ) modificativa    4 (X) aditiva    5 ( ) Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
<p>O art. 1º e o § 1º passam a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>“Art. 1º Sem prejuízo das demais normas em vigor aplicáveis à matéria, a partir do ano calendário de 2000 e até 31 de dezembro de 2013, as pessoas jurídicas que tenham projeto aprovado para instalação, ampliação, modernização ou diversificação enquadrado em setores da economia considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, nas áreas de atuação das extintas Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e na Região Centro-Oeste, terão direito à redução de setenta e cinco por cento do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro de exploração.</p> <p>§ 1º A fruição do benefício fiscal referido no “caput” dar-se-á a partir do ano-calendário subsequente àquele em que o projeto de instalação, modernização, ampliação ou diversificação entrar em operação, segundo laudo expedido pelo Ministério da Integração Nacional, até o último dia útil do mês de março do ano-calendário subsequente ou do início da fruição.”</p> <p style="text-align: center;"><b>JUSTIFICAÇÃO</b></p> <p>O Centro-Oeste tem ficado à margem das políticas de incentivos fiscais e, mesmo, dos projetos de desenvolvimento regional, até a criação do Ministério da Integração Nacional.</p> <p>O Centro-Oeste, inclusive, não dispõe de uma agência de fomento, como o Nordeste e o Norte, nem foi até hoje instalado o seu banco regional, como prevê a Constituição, apesar de ostentar índices sócio-econômicos muito mais próximos destas regiões que o Sul e Sudeste.</p> <p>Este é, pois, a ocasião de dar às empresas e aos empreendedores do Centro-Oeste a oportunidade de alavancarem o recém-criado MERCOESTE, integrando-se à economia nacional e continental, criando, enfim, condições competitivas para os negócios que se instalarem e expandirem na Região.</p>				
ASSINATURA				

**CONGRESSO NACIONAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**  
**Serviço de Apoio às Comissões Mistas**

EMENDAS ADICIONADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2.131-5**, ADOTADA EM 24 DE MAIO DE 2001 E PUBLICADA NO DIA 25 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS, ALTERA AS LEIS N.º 3.765, DE 4 DE MAIO DE 1960, E 6.880, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1980, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS":

CONGRESSISTAS	EMENDAS N.ºS
Deputado AIRTON CASCAVEL..	155, 196, 237, 279, 322, 407, 447, 489, 530, 574, 616, 658.
Deputado ALBERTO FRAGA.....	156, 197, 238, 280, 323, 408, 448, 490, 531, 575, 617, 660.
Deputado ALCEU COLLARES.....	152, 153, 239, 657, 659.
Deputada ALMERINDA DE CARVALHO	157, 198, 240, 281, 324, 409, 449, 491, 576, 661.
Deputado ALMIR SÁ.....	325.
Deputado ANIBAL GOMES.....	158, 200, 241, 282, 326, 410, 450, 492, 532, 577, 618, 662.
Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ	327.
Deputado ARNON BEZERRA....	159, 199, 242, 283, 328, 411, 451, 493, 533, 578, 619, 663.
Deputado ARY KARA.....	329.
Deputado ASDRUBAL BENTES..	160, 201, 243, 284, 330, 412, 452, 494, 534, 579, 620, 664.
Deputado AUGUSTO FARIAS....	161, 202, 244, 285, 331, 413, 453, 495, 535, 580, 621, 665.
Deputado AUGUSTO NARDES...	332.
Deputado BABÁ.....	333.
Deputado BISPO RODRIGUES..	334.
Deputado BISPO WANDERVAL..	335.
Deputado CANDINHO MATTOS..	336.
Deputado CARLOS SANTANA....	162, 203, 245, 286, 337, 414, 454, 496, 536, 581, 622, 666.
Deputado CLEONÂNIO FONSECA	338.
Deputado CONFÚCIO MOURA.....	339.
Deputado CORNÉLIO RIBEIRO...	340.
Deputado CUNHA BUENO.....	163, 204, 246, 287, 341, 415, 455, 497, 537, 582, 623, 667.
Deputado DE VELASCO.....	164, 205, 247, 288, 342, 416, 457, 498, 538, 583, 624, 668.
Deputado DELFIN NETTO.....	343.
Deputado DR. HELENO.....	344.
Deputado DR. HELIO.....	165, 206, 248, 289, 345, 417, 456, 499, 539, 569, 584, 625, 669.
Deputado EDMAR MOREIRA.....	346.
Deputado EDSON ANDRINO.....	347.
Deputado EDUARDO CAMPOS...	207, 290, 348, 418, 458, 540, 585, 626, 670
Deputado ENI VOLTOLINI.....	208, 249, 349, 419, 459, 500, 586.
Deputado ENIVALDO RIBEIRO..	291, 350.
Deputado FERNANDO GABEIRA..	351.

Deputado GILMAR MACHADO.....	352.
Deputado HAROLD LIMA.....	353.
Deputado HERCULANO ANGHINETTI	354.
Deputado IÉDIO ROSA.....	355.
Deputado INALDO LEITÃO.....	166, 209, 250, 292, 356, 420, 460, 501, 541, 587, 627, 671.
Deputado IVÂNIO GUERRA.....	167, 210, 251, 293, 357, 421, 461, 502, 542, 588, 628, 672.
Deputado JAIR BOLSONARO....	154, 570.
Deputado JOÃO LEÃO.....	358.
Deputado JOÃO MAGALHÃES...	168, 211, 252, 294, 359, 422, 463, 504, 545, 589, 629, 673.
Deputado JOÃO MAGNO.....	169, 212, 464, 503, 590, 630, 674.
Deputado JOÃO PIZZOLATTI....	360.
Deputado JOSÉ C. COUTINHO...	170, 213, 253, 295, 361, 423, 462, 505, 543, 591, 631, 675.
Deputado JOSÉ EGYDIO.....	362.
Deputado JOSÉ JANENE.....	171, 214, 254, 296, 363, 424, 465, 506, 544, 592, 632, 676.
Deputado JOSÉ MILITÃO.....	364.
Deputado JOSÉ THOMAZ NONO...	403.
Deputado LAMARTINE POSELLA..	365.
Deputada LAURA CARNEIRO....	151, 571.
Deputado LINCOLN PORTELA.....	366.
Deputado LUCIANO CASTRO.....	255, 297, 367, 633.
Deputado LUIS CARLOS HEINZE..	172, 216, 256, 298, 368, 425, 466, 507, 546, 593, 634, 677.
Deputado LUIZ BITTENCOURT...	173, 215, 257, 299, 369, 426, 467, 508, 547, 635, 678.
Deputado LUIZ CARLOS HAULY..	370.
Deputado LUIZ FERNANDO.....	174, 217, 258, 300, 371, 427, 468, 509, 548, 594, 636, 679.
Deputado LUIZ MOREIRA.....	372.
Deputado LUIZ RIBEIRO.....	175, 218, 259, 301, 373, 428, 469, 510, 549, 595, 637, 680.
Deputado LUIZ SÉRGIO.....	176, 219, 429, 470, 511, 550, 638, 681.
Deputado MAGNO MALTA.....	374.
Deputado MÁRCIO BITTAR.....	177, 220, 260, 302, 375, 430, 512, 551, 596, 639.
Deputado MÁRCIO R. MOREIRA..	376.
Deputado MARCOS DE JESUS....	572.
Deputado MÁRIO NEGROMONTE..	377.
Deputado MEDEIROS.....	378.
Deputada MIRIAM REID.....	303, 471, 597, 682.
Deputado MOACIR MICHELETTO..	178, 221, 261, 304, 379, 431, 472, 513, 552, 598, 640, 683.
Deputado MORONI TORGAN.....	380.
Deputado MUSSA DEMES.....	381.
Deputado NELSON MARQUEZELLI..	179, 222, 262, 305, 382, 432, 473, 514, 553, 599, 641, 684.
Deputado NEWTON LIMA.....	180, 223, 263, 306, 383, 433, 474, 515, 554, 600, 642, 685.
Deputado OLIVEIRA FILHO.....	384.
Deputado OSMÂNIO PEREIRA....	181, 224, 264, 307, 385, 434, 475, 516, 556, 601, 643, 687.
Deputado OSMAR SERRAGLIO....	182, 265, 308, 386, 435, 476, 517, 555, 602, 644, 688.
Deputado OSVALDO REIS.....	183, 225, 266, 309, 387, 436, 477, 518, 557, 603, 645, 686.
Deputado PAUDERNEY AVELINO..	388.

Deputado PAULO GOUVÊA.....	184, 226, 267, 310, 389, 437, 478, 519, 558, 604, 646, 689.
Deputado PAULO LIMA.....	185, 227, 268, 311, 390, 438, 479, 520, 559, 605, 647, 690.
Deputado PAULO OCTÁVIO.....	186, 269, 312, 391, 480, 521, 606
Deputado PAULO PAIM.....	392.
Deputado PEDRO CHAVES.....	187, 228, 270, 313, 393, 439, 481, 522, 560, 607, 648, 691.
Deputado PROFESSOR LUIZINHO.	188, 229, 271, 314, 394, 482, 523, 561, 608, 649, 692.
Deputado RICARDO BERZOINI.....	189, 230, 272, 315, 395, 440, 484, 524, 562, 609, 650, 693.
Deputado RODRIGO MAIA.....	396.
Deputado ROMEL ANÍZIO.....	397.
Deputado RONALDO VASCONCELLOS	190, 231, 273, 316, 398, 441, 483, 525, 563, 610, 651, 694
Deputado SALOMÃO CRUZ.....	191, 232, 274, 317, 399, 442, 485, 526, 564, 611, 652, 695.
Deputado SEVERINO CAVALCANTI	192, 233, 275, 318, 400, 443, 565, 612, 653, 696.
Deputado TELMO KIRST.....	193, 234, 276, 320, 401, 444, 486, 528, 568, 613, 655, 697.
Deputado THEMISTOCLES SAMPAIO	194, 235, 277, 321, 402, 445, 487, 529, 566, 614, 656, 698.
Deputado WAGNER SALUSTIANO..	195, 236, 278, 319, 404, 446, 488, 527, 567, 615, 654, 699.
Deputado WALDIR PIRES.....	405.
Deputado WELINTON FAGUNDES..	573.
Deputado ZILÁ BEZERRA.....	406.

**SACM****EMENDAS CONVALIDADAS: 160****EMENDA ADICIONADA: 549****TOTAL DE EMENDAS: 699**



CONGRESSO NACIONAL

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

1.	MP 2.131-5 000151
----	----------------------

2. data	3. proposição MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.131-5/01
---------	--

4. autor DEPUTADA LAURA CARNEIRO	5. nº do prontuário 311
-------------------------------------	----------------------------

1. <input type="checkbox"/> supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> Modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	--	---

7. página	8. artigo	parágrafo	inciso	alínea
-----------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

9.	<p align="center"><b>EMENDA ADITIVA</b></p> <p>Acrescenta-se os seguintes artigos::</p> <p>Art. 1º - Os militares das Forças Armadas, atingidos pelos arts. 56 e 57 da Lei nº 4.902, de 16 de dezembro de 1965, serão efetivados nos postos ou graduações, direito que faziam jus pelas Leis nºs 288/48, 616/49, 1.156/50 e 2.370/54, desde que, possua curso que habilite à promoção.</p> <p>Art. 2º - Satisfeitos os requisitos do artigo anterior, não poderá o militar atingir mais de dois postos acima do que tinha na ativa.</p> <p align="center"><b>JUSTIFICATIVA</b></p> <p>Estas promoções não acarretam aumento de despesa, pois, os militares serem beneficiados percebem o soldo do posto ou graduação superior, porém lhe são negadas as prerrogativas a que têm direito.</p> <p>A Lei nº 8.237, de 30.09.91, em seu art. 64, revogada pela MP nº 2.131 de 28.12.2000, assegurava ao militar ao passar para a inatividade, ter o cálculo de sua remuneração referido ao soldo do posto ou graduação imediatamente superior ao seu. Criou-se uma situação incoerente, tal seja, o militar efetua descontos pelo vencimento do posto ou graduação referente a sua remuneração e, em alguns casos, a contraprestação do serviço, tal como a assistência médica, é efetuada em função do seu posto ou graduação efetivo, com prejuízo para o beneficiário.</p> <p>Aos que ponderam a inexistência de amparo legal, que juridicamente deve alicear a pretensão aventada, afirmo, que o mérito da propositura, é digno de apoio por força de seu alcance social, que é o papel principal de qualquer Casa Legislativa.</p>
----	---

## PARLAMENTAR

10	<p>Brasília,        de maio de 2001</p> <p>Deputado </p>
----	--



**MP 2.131-5**  
**000152**

### APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 29.05.01

Proposição: MP 2131-5/2001

Autor: Deputado ALCEU COLLARES

Prontuário nº: 487

1. Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa X	4. Aditiva	5. Substitutiva Global
6. Redação	Artigo: 3º	Parágrafo:	Inciso/Alinea II	Página: 1

Dê-se ao inciso II do art. 3º a seguinte redação e, por conseguinte, modifiquem-se as tabelas I e II, constantes do Anexo II da Medida Provisória, nos seguintes termos:

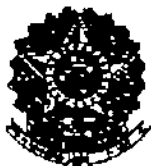
Art. 3º .....

II – adicional militar – parcela remuneratória mensal devida ao militar, não inferior ao soldo de cabo engajado.

#### ANEXO II TABELAS DE ADICIONAIS

##### TABELA I – ADICIONAL MILITAR (A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2001)

CÍRCULOS	QUANTITATIVO PERCENTUAL SOBRE O SOLDADO	FUNDAMENTO
Oficial General	17	Arts. 1º e 3º
Oficial Superior	17	
Oficial Intermediário	17	
Oficial Subalterno, Guarda-Marinha e Aspirante a Oficial	17	
Suboficial, Subtenente e Sargento	17	
Demais Praças Especiais e Praças de graduação inferior a Terceiro Sargento, exceto as que estejam prestando Serviço Militar Inicial	17	

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

<b>Data:</b> 29.05.01		<b>Proposição:</b> MP 2131-5/2001		
<b>Autor:</b> Deputado ALCEU COLLARES			<b>Prontuário nº:</b> 487	
<b>1. Supressiva</b>	<b>2. Substitutiva</b>	<b>3. Modificativa</b> X	<b>4. Aditiva</b>	<b>5. Substitutiva Global</b>
<b>6. Redação</b>	<b>Artigo:</b> 3º	<b>Parágrafo:</b>	<b>Inciso/Alínea</b> II	<b>Página:</b> 1

**JUSTIFICATIVA**

Percentuais distintos para cada círculo de patentes ocasiona um duplo diferencial pois incidem sobre bases menores a medida que se desce na escala hierárquica o valor dos soldos, quebrando-se, desta forma, o índice de escalonamento vertical que se pretende imprimir à folha de pagamento.

Pelo exposto, peço aos nobre Pares o apoio na aprovação da presente emenda que vem corrigir os abismos remuneratórios entre as patentes.

**MP 2.131-5****000153****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****Data:** 29.05.01**Proposição:** MP 2131-5/2001**Autor:** Deputado ALCEU COLLARES**Prontuário nº:**

1. Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. Aditiva X	5. Substitutiva Global
6. Redação	Artigo: 3º	Parágrafo: 1º	Inciso/Alinea	Página: 1

Acrescente-se ao art. 3º da Medida Provisória o seguinte parágrafo 1º, renumerando-se o seu parágrafo único como 2º:

Art. 3º .....

§ 1º Não incide Imposto de Renda sobre o adicional de que trata o inciso V deste artigo.

**JUSTIFICATIVA**

O adicional de compensação orgânica tem o caráter indenizatório pelo inerente desgaste físico causado pela atividade militar.

A jurisprudência do STJ já firmou o entendimento de que não cabe incidência de Imposto de Renda sobre parcelas remuneratórias cujo caráter cinja-se à indenização.

Pelo exposto, peço o apoio dos nobres pares na aprovação da presente emenda.



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000154

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>			
autor <b>Deputado JAIR BOLSONARO</b>	nº do proponente 302			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 9º	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 9º, o seguinte parágrafo:

"Art. 9º. ....

§ 3º - O militar da reserva que em 29/12/2000 encontrava-se designado para o serviço ativo e não tenha se beneficiado do direito previsto no inciso II, do art. 58, da Lei nº 8.237, de 30 de setembro de 1991, por motivo de sua transferência para a inatividade, faz jus ao benefício previsto no inciso I, do art. 9º."

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda visa a suprir inconcebível lacuna no texto original, propiciando que militares designados para o serviço ativo sejam contemplados com o mesmo direito atribuídos aos da ativa.

Cumprе ressaltar que o § 2º, do art. 58, da Lei nº 8.237/91, revogada pela atual MP, assegurava aos destinatários desta Emenda, o direito ao transporte para si, seus dependentes e um empregado doméstico, bem como à translação de sua bagagem, do local onde servia para outra localidade do território nacional onde declarou fixar residência, benefício este substituído pelo atualmente assegurado no inciso I, do art. 9º, da MP 2.131, que ora se pretende estender aos designados nas condições especificadas.

Saliente-se que se o militar atualmente designado quando dispensado do serviço ativo terá que arcar com o ônus do transporte próprio, de seus dependentes e de sua bagagem para onde for residir.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000155

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
Deputado Ailton Cascaes	nº do prontuário 002			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
....."

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

## JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000156

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
Deputado	autor
ALBERTO FRAGA	nº do prontuário
	545

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

**JUSTIFICAÇÃO**

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000157

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
autor <b>Deputado ALMERINDA DE CARVALHO</b>	nº do prontuário <b>286</b>

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

## JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000158

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor <i>Anibal Gouvea</i>	nº do prontuário <i>087</i>
----------	-------------------------------	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
....."

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

## JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000159

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

<b>data</b> 29/05/2001	<b>proposição</b> <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
<b>Deputado</b> <b>ARNON BEZERRA</b>	<b>nº do prontuário</b> <b>090</b>

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

<b>Página</b>	<b>Artigo 15</b>	<b>Parágrafo</b>	<b>Inciso</b>	<b>alínea</b>
---------------	------------------	------------------	---------------	---------------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

## JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000160

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
Deputado <i>Indeubal Bentes</i>	nº do prontuário 595			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

## JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Indeubal Bentes*



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000161

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado AUGUSTO FARIAS	165

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alinea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

## JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

DEPUTADO AUGUSTO FARIAS



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000162

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor	nº do precatório
CARLOS SANTANA		240

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

## JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000163

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
autor Deputado <i>PUNHA BUENO</i>	nº do prontuário 396			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

## JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000164

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>	
Deputado	autor <b>DE VELASCO</b>	nº do prontuário <b>382</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global		
Página	Artigo 15	Parágrafo
	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

## JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000165

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
Deputado Dr. Kato	nº do prontuário 398			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

## JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000166

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de maio de 2001</b>
Deputado autor T. A. A. L. A. O. / 12.845	nº do prontuário 135
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 15 Parágrafo Inciso alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
....."

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

## JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000167

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
Deputado Ivanildo Guerra	nº do prontuário 527			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

## JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5****000168****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de maio de 2001</b>
Deputado <b>JOS MAGALHÃES</b>	nº do prontuário <b>239</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 15    Parágrafo    Inciso    alínea

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

**JUSTIFICAÇÃO**

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

**PARLAMENTAR****Brasília, DF, 29 de maio de 2001**

Y



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000169

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
autor <b>Deputado JOAO MAGNO</b>	nº do prontuário <b>534</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 15    Parágrafo    Inciso    alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
.....

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

## JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbitrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000170

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
Jose Carlos Coutinho		306

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

## JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5****000171****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data

29/05/2001

proposição

**Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001**

Deputado

autor

José Janene

nº de prontuário

452

1 ☐ Supressiva2. ☐ substitutiva3. ☐ modificativa4. ☐ aditiva5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 15

Parágrafo

Inciso

alínea

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
....."

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

**JUSTIFICAÇÃO**

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5****000172****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

<b>data</b> 29/05/2001	<b>proposição</b> <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
<b>autor</b> <b>Deputado Luis Carlos Heinze</b>	<b>nº do prontuário</b> 99/500
1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
<b>Página</b>	<b>Artigo 15</b> <b>Parágrafo</b> <b>Inciso</b> <b>alínea</b>
<b>TEXTO / JUSTIFICAÇÃO</b>	

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
....."

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

**JUSTIFICAÇÃO**

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5****000173****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data	proposição
29/05/2001	<b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>

Deputado	autor	nº do prontuário
	<i>Luiz Bittencourt</i>	<i>422</i>

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
....."

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

**JUSTIFICAÇÃO**

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Luiz Bittencourt*



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000174

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
autor	nº do prontuário
Deputado LUIZ FERNANDO	042

1. ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☒ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

## JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5****000175****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
autor <b>Deputado LUIZ RIBEIRO</b>	nº do prontuário <b>298</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	

Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
....."

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

**JUSTIFICAÇÃO**

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000176

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>
--------------------	---

Deputado	autor <b>LUIZ SÉRGIO</b>	nº do prontuário <b>313</b>
----------	-----------------------------	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

## JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000177

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

<b>Data</b> 29/05/2001	<b>Proposição</b> Medida Provisória nº 2.131-5 de 24/05/2001
---------------------------	---

<b>Autor</b> DEPUTADO MARCIO BITTAR	<b>Nº Prontuário</b> 1999055
--	---------------------------------

1. <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> Modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	--	---

<b>Página</b> 1/1	<b>Artigo</b> 15	<b>Parágrafo</b>	<b>Inciso</b>	<b>Alínea</b>
----------------------	---------------------	------------------	---------------	---------------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

"Art.15.....

"Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas."

## JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por péssimas condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos. Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, centenas de quilômetros de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário de assistência médica-hospitalar.

Por outro lado, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados. Assim, entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas forças armadas.

ASSINATURA



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000178

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado MOACIR MICHELETTI	462

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

## JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000179

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>			
Deputado <sup>autor</sup> <i>NELVIN MOREZELLI</i>	nº do prontuário 381			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
....."

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

## JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000180

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado <i>Newton Lima</i>	autor	nº do prontuário 349
-----------------------------	-------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
....."

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

## JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000181

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

autor Deputado OSMÂNIO PEREIRA	nº do prontuário 256
-----------------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
....."

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

## JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000182

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de maio de 2001</b>	
Deputado <i>Osmair Siqueira</i>	autor <i>Osmair Siqueira</i>	nº do prontuário 463
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global		
Página	Artigo 15	Parágrafo
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO		

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

## JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Osmair Siqueira*



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000183

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	OSVALDO RIBEIRO	065

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

## JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000184

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
Deputado <i>Paulo Góes</i> autor	nº do prontuário 484			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
....."

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

## JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*[Assinatura]*



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000185

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
Deputado PAULO LIMA	nº do prontuário 507

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

## JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5****000186****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

<b>data</b> 29/05/2001	<b>proposição</b> <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
<b>Deputado</b> autor <b>PAULO OCTAVIO</b>	<b>nº do prontuário</b> 410

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

<b>Página</b>	<b>Artigo 15</b>	<b>Parágrafo</b>	<b>Inciso</b>	<b>alínea</b>
---------------	------------------	------------------	---------------	---------------

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
....."

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

**JUSTIFICAÇÃO**

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000187

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001			
Deputado autor PGDw CHAVES	nº do prontuário 428			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
....."

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

## JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000188

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

autor Deputado PROFESSOR ROIZINHO	nº do prontuário 312
--------------------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
....."

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

## JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5****000189**

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

29/05/2001

proposição

**Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001**

Deputado

autor

*Ricardo Berzini*

nº do prontuário

390

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 15

Parágrafo

Inciso

alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
....."

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

## JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000190

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
autor	nº do prontuário
Deputado RONALDO VASCONCELLOS	263
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 15 Parágrafo Inciso alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

## JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000191

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>			
Deputado autor SALOMÃO CMZ	nº do prontuário 008			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
....."

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

## JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000192

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>			
autor <b>Deputado SEVERINO CAVALCANTI</b>	nº do prontuário <b>160</b>			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
....."

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

## JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000193

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de maio de 2001</b>
Deputado <i>TELMO KIRST</i>	nº do prontuário <i>99513</i>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 15    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....  
....."

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

**JUSTIFICAÇÃO**

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000194

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
Deputado THEMISTOCLES SAMPATO	nº do prontuário 113
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 15    Parágrafo    Inciso    alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

## JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000195

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001			
Deputado Wagner Salesiano	nº do precatório 396			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 15	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao Art. 15 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 15. ....

Parágrafo único. O desconto previsto no inciso II será facultativo para militares inativos e pensionistas.

## JUSTIFICAÇÃO

Muitos militares ao se inativarem, até por condições financeiras, devido às suas baixas remunerações, bem como a maioria de suas pensionistas, passam a residir em localidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, as Organizações Militares de Saúde distam, não raramente, em mais de 100 Km de suas residências, tornando inviável a sua utilização pelo beneficiário da assistência médica-hospitalar.

Da mesma forma, os novos valores a serem descontados aproximam-se das mensalidades dos mais conhecidos planos de saúde privados.

Assim entendemos ser justo deixar este segmento, já sem vínculo com as atividades militares, com livre arbítrio para contribuir ou não para serem beneficiários da assistência médica-hospitalar e social prestada pelas Forças Armadas.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000196

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado AIRTON CASCAVEL	002

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 21	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

**JUSTIFICAÇÃO**

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5****000197****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
autor <b>Deputado ALBERTO FRAGA</b>	nº de prontuário <b>545</b>
1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 21    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

**JUSTIFICAÇÃO**

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000198

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

29/05/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado

autor

ALMERINDA DE CARVALHO

nº do prontuário  
2861 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 21

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

## JUSTIFICAÇÃO

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

  
Deputada ALMERINDA DE CARVALHO

Membro dos Deputados

Gabinete 936

70000 BRASÍLIA - DF



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5****000199**

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

29/05/2001

proposição

**Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001**

autor

Deputado

**ARNON BEZERRA**

nº do prontuário

**090**1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 21

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

**JUSTIFICAÇÃO**

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000200

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
Deputado <sup>autor</sup> Anibal Gomes	nº do prontuário 087
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 21    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

## JUSTIFICAÇÃO

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000201

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
Deputado Aldemir Bentes	nº do prontuário 595
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 21    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

## JUSTIFICAÇÃO

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000202

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
Deputado autor AUGUSTO FARIAS	nº do prontuário 165
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 21 Parágrafo Inciso alinea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

## JUSTIFICAÇÃO

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

DEPUTADO AUGUSTO FARIAS



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000203

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
Deputado CARLOS SANTANA	autor CARLOS SANTANA
nº do prontuário 290	
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 21 Parágrafo Inciso alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

## JUSTIFICAÇÃO

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5  
000204

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

Deputado <i>CUNHA BUENO</i>	nº do prontuário <i>396</i>
-----------------------------	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 21	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

**JUSTIFICAÇÃO**

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001.



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000205

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001			
Deputado	autor DE VELASCO	nº do prontuário 382		
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 21	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

## JUSTIFICAÇÃO

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000206

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
Deputado <i>Dr. Helio</i> autor	nº do prontuário 358
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 21 Parágrafo Inciso alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

## JUSTIFICAÇÃO

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000207

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

29/05/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado

autor

Eduardo Campos

nº do prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 21

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

## JUSTIFICAÇÃO

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000208

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
Deputado autor <b>ENI VOLTOLINI</b>	nº do prontuário <b>477</b>
1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 21    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

**JUSTIFICAÇÃO**

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000209

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001			
Deputado autor IVALDO LIMA	nº do prontuário 135			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 21	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

## JUSTIFICAÇÃO

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

IVALDO LIMA



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000210

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
Deputado IVANILIO GUERRA	nº do prontuário 527
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 21    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

## JUSTIFICAÇÃO

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

**MP 2.131-5****000211****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>
Deputado <b>JOSÉ MAGALHÃES</b>	nº do prontuário <b>239</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 21
Parágrafo	
Inciso	
alínea	

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

**JUSTIFICAÇÃO**

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

**MP 2.131-5****000212****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data

29/05/2001

proposição

**Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001**

Deputado

autor  
**JOAO MAGNO**nº do prontuário  
**534**1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 21

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

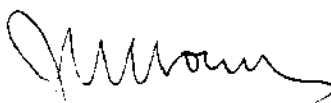
Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

**JUSTIFICAÇÃO**

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2.131-5

000213

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001			
Deputado	autor	nº do prontuário		
	José Carlos Coutinho	306		
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 21	Parágrafo	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

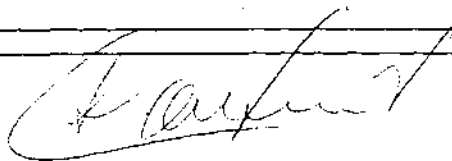
Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

## JUSTIFICAÇÃO

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2.131-5

000214

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

29/05/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado

José Janene

autor

nº de prontuário

452

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 21

Parágrafo

Inciso

alinea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

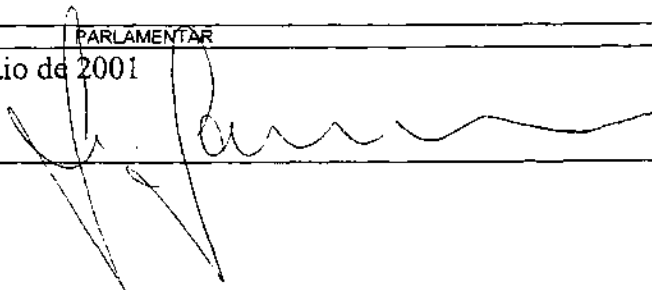
Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

## JUSTIFICAÇÃO

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



**MP 2.131-5****000215****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>			
Deputado <i>Luiz Brito</i>	autor <i>BRITTO</i>	nº do prontuário <i>422</i>		
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 21	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

**JUSTIFICAÇÃO**

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Luiz Brito*

**MP 2.131-5****000216****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data

29/05/2001

proposição

**Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001**

autor

**Deputado Luis Carlos Heinze**

nº do prontuário

99/500

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global**Página****Artigo 21****Parágrafo****Inciso****alínea**

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

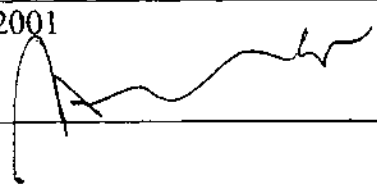
Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

**JUSTIFICAÇÃO**

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



**MP 2.131-5****000217****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data

29/05/2001

proposição

**Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001**

autor

**Deputado LUIZ FERNANDO**

nº do prontuário

042

1. ☒ Supressiva2. ☐ substitutiva3. ☒ modificativa4. ☐ aditiva5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 21

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

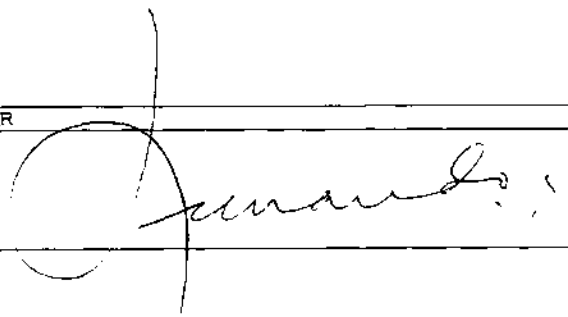
Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

**JUSTIFICAÇÃO**

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



**MP 2.131-5****000218****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data

29/05/2001

proposição

**Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001**

Deputado

autor

**LUIZ RIBEIRO**

nº do prontuário

**298**1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 21

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

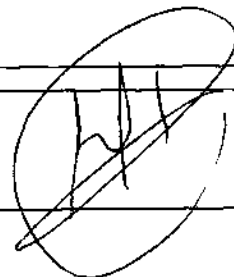
Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

**JUSTIFICAÇÃO**

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



**MP 2.131-5****000219****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de maio de 2001</b>
Deputado <b>LUIZ SÉRGIO</b>	nº do prontuário <b>313</b>
1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 21    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

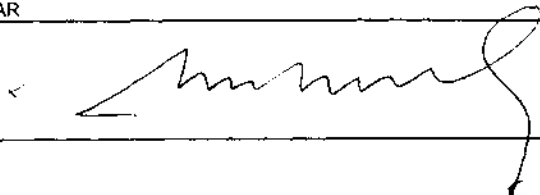
Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

**JUSTIFICAÇÃO**

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



**MP 2.131-5**  
**000220**

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

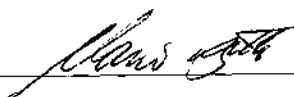
<b>Data</b> 29/05/2001	<b>Proposição</b> Medida Provisória nº 2.131-5 de 24/05/2001			
<b>Autor</b> <b>DEPUTADO MARCIO BITTAR</b>	<b>Nº Prontuário</b> 1999055			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> Substitutiva    3. <input type="checkbox"/> Modificativa    4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
<b>Página</b> 1/1	<b>Artigo</b> 21	<b>Parágrafo</b>	<b>Inciso</b>	<b>Alínea</b>

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Acrescente-se ao art. 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "... extensivo aos pensionistas."

**JUSTIFICAÇÃO**

A extensão aos pensionistas apenas torna o texto da lei adequado ao texto constitucional.

**ASSINATURA**

MP 2.131-5  
000221

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
Deputado MOACIR MICHELETTI	autor MICHELETTI
nº do prontuário 462	
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 21
Parágrafo	
Inciso	
alínea	

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

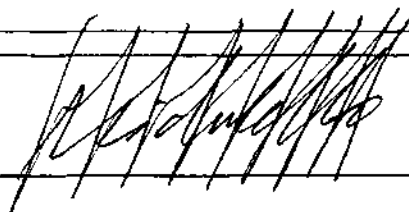
Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

## JUSTIFICAÇÃO

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2.131-5

000222

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

29/05/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado

autor

NELSON MARQUEZELLI

nº do prontuário

381

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 21

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

## JUSTIFICAÇÃO

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

**MP 2.131-5****000223****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
Deputado Newton Lima	nº do prontuário 389
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 21    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

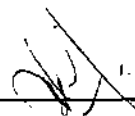
Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

**JUSTIFICAÇÃO**

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2.131-5

000224

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

29/05/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor

Deputado OSMÂNIO PEREIRA

nº do prontuário

256

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 21

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

## JUSTIFICAÇÃO

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

**MP 2.131-5****000225****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

<b>data</b> 29/05/2001	<b>proposição</b> <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de</b> <b>de maio de 2001</b>
<b>Deputado</b> <i>OSVALDO ROCHA</i>	<b>nº do prontuário</b> <i>065</i>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
<b>Página</b>	<b>Artigo 21</b> <b>Parágrafo</b> <b>Inciso</b> <b>alínea</b>
<b>TEXTO / JUSTIFICAÇÃO</b>	

Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

**JUSTIFICAÇÃO**

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Osvaldo Rocha*

MP 2.131-5

000226

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	Paulo Góes	484

1. <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 21	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

## JUSTIFICAÇÃO

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

} / car f

MP 2.131-5

000227

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
Deputado PAULO LIMA	nº do prontuário 507			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 21	Parágrafo	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

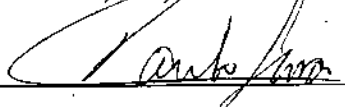
Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

## JUSTIFICAÇÃO

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2.131-5

000228

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001			
Deputado PEDRO CHAVES	nº do parecer 428			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 21	Parágrafo	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

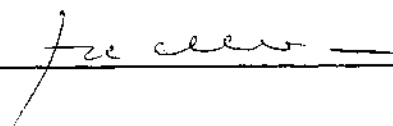
Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

## JUSTIFICAÇÃO

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2.131-5

000229

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 29 de maio de 2001			
Deputado	autor	nº do prontuário		
	PROFESSOR LUIGI NAO	31R		
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 21	Parágrafo	Inciso	alinea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
<p>Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."</p> <p><b>JUSTIFICAÇÃO</b></p> <p>A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.</p>				
PARLAMENTAR				
Brasília, DF, 29 de maio de 2001				

MP 2.131-5

000230

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

29/05/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado

autor

Ricardo Berzoini

nº do precatório

390

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 21

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

## JUSTIFICAÇÃO

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5****000231****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>
autor <b>Deputado RONALDO VASCONCELLOS</b>	nº do prontuário 263
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 21    Parágrafo    Inciso    alinea

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

**JUSTIFICAÇÃO**

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5****000232**

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>
Deputado <i>SALOMÃO CRUZ</i> autor	nº de prontuário 008
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 21 Parágrafo Inciso alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

**JUSTIFICAÇÃO**

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000233

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
autor Deputado SEVERINO CAVALCANTI	nº do prontuário 160
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 21    Parágrafo    Inciso    alinea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

## JUSTIFICAÇÃO

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5****000234**

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>
Deputado <b>TELMO KIRST</b>	nº do prontuário <b>99813</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 21 Parágrafo Inciso alinea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

**JUSTIFICAÇÃO**

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000235

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
Deputado	autor
THEMIS ZOLLES SAMPAIO	nº do prontuário
113	
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 21
Parágrafo	Inciso
alínea	
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

## JUSTIFICAÇÃO

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000236

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
Deputado <i>Wagner Sales Lima</i> <sup>autor</sup>	nº do protocolo 396
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 21    Parágrafo    Inciso    alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescenta-se ao artigo 21 da Medida Provisória em epígrafe a seguinte expressão: "..., extensivo aos pensionistas."

## JUSTIFICAÇÃO

A extensão aos pensionistas é para adequar ao texto constitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5  
000237

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
autor Deputado <i>AIRTON CASCAVEL</i>	nº do precatório <i>002</i>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 25 Parágrafo Inciso alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5****000238**

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

<b>data</b> 29/05/2001	<b>proposição</b> <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
<b>Deputado</b> <b>ALBERTO FRAGA</b>	<b>nº do prontuário</b> <b>545</b>
1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
<b>Página</b>	<b>Artigo 25</b> <b>Parágrafo</b> <b>Inciso</b> <b>alínea</b>
<b>TEXTO / JUSTIFICAÇÃO</b>	

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



**MP 2.131-5**  
**000239**

### APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 29.05.01		Proposição: MP 2131-5/2001		
Autor: Deputado ALCEU COLLARES			Prontuário nº: 487	
1. Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa X	4. Aditiva	5. Substitutiva Global
6. Redação	Artigo: 25	Parágrafo:	Inciso/Alinea	Página: 1

Dê-se ao art. 25 da Medida Provisória a seguinte redação:

Art. 25. A contribuição para a assistência médico-hospitalar e solcial é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou os proventos na inatividade, conforme previsto no art. 10 da Medida Provisória.

### JUSTIFICATIVA

O propósito da presente Medida Provisória foi a correção da remuneração, proventos e pensões militares.

O artigo emendado pretende auferir aumento desmensurado sobre a contribuição para a Assistência Médica, mantendo-a no mesmo percentual da Lei 8327/91 mas, tendo como base de cálculo não mais o soldo, mas o provento e a pensão quando da inatividade militar.

Isto significa dizer que o aumento real da remuneração militar, seja na atividade, seja na inatividade estará sendo compensado pelos altos descontos promovidos pela mesma MP que, falaciosamente, alardeou a majoração de remuneração, proventos e pensões militares.

A emenda vem restabelecer os patamares, anteriormente, estabelecidos para desconto para Assistência Médica, razão pela qual peço o apoio dos nobres pares.



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000240

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
autor Deputado ALMERINDA DE CARVALHO	nº do prontuário 286			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 25	Parágrafo	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

## JUSTIFICAÇÃO

Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5****000241****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
---------------------------	--

Deputado <sup>autor</sup> <i>Anibal Gomes</i>	nº do prontuário <i>087</i>
---	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 25	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5****000242**

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
autor <b>Deputado ARNON BEZERRA</b>	nº do prontuário <b>090</b>

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 25	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000243

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
Deputado <i>Indúbal Pente</i>	nº do prontuário 595
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 25    Parágrafo    Inciso    alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

## JUSTIFICAÇÃO

Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Indúbal Pente*



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5****000244**

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
autor <b>Deputado AUGUSTO FARIAS</b>	nº do prontuário <b>165</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 25    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

DEPUTADO AUGUSTO FARIAS



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5  
000245

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
Deputado CARLOS SANTANA	nº do precatório 290			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 25	Parágrafo	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

## JUSTIFICAÇÃO

Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000246

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
autor Deputado <i>ELIANA BUENO</i>	nº do prontuário 346

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 25	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

## JUSTIFICAÇÃO

Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5****000247**

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
Deputado autor DE VELASCO	nº do prontuário 382
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 25 Parágrafo Inciso alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000248

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
Deputado <i>Dr. Rêgo</i>	nº do proponente 358			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 25	Parágrafo	Inciso	alinea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

## JUSTIFICAÇÃO

Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000249

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
Deputado autor ENI VOLTOLINI	nº do prontuário 477
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 25    Parágrafo    Inciso    alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

## JUSTIFICAÇÃO

Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000250

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
autor Deputado <i>7.2.14.00 Per. 500</i>	nº do prontuário 135
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 25
Parágrafo	
Inciso	
alinea	

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

## JUSTIFICAÇÃO

Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Guilherme Per. 500*



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000251

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
Deputado Ivanildo Guerra	nº do prontuário 527			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 25	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5****000252****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

<b>data</b> 29/05/2001	<b>proposição</b> <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de</b> <b>de maio de 2001</b>
<b>Deputado</b> JOÃO MAGALHÃES	<b>nº do prontuário</b> 230
1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
<b>Página</b>	<b>Artigo 25</b> <b>Parágrafo</b> <b>Inciso</b> <b>alínea</b>
<b>TEXTO / JUSTIFICAÇÃO</b>	

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000253

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>
--------------------	---

Deputado	autor <i>Jose Carlos Coutinho</i>	nº do prontuário <i>306</i>
----------	--------------------------------------	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 25	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

## JUSTIFICAÇÃO

Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000254

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
autor Deputado José Sanene	nº do prontuário 452			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 25	Parágrafo	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

## JUSTIFICAÇÃO

Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5**  
**000255**

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

autor <b>Deputado LUCIANO CASTRO</b>	nº do prontuário <b>004</b>
---	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 25	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5****000256****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data

29/05/2001

proposição

**Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001**

autor

**Deputado Luis Carlos Heinze**

nº de prontuário

99/500

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 25

Parágrafo

Inciso

alinea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000257

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de</b>	<b>de maio de 2001</b>
autor Deputado <i>Luiz Bittencourt</i>		nº do precatório <i>22</i>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global		
Página	Artigo 25	Parágrafo
		Inciso
		alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

## JUSTIFICAÇÃO

Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5  
000258

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
autor Deputado LUIZ FERNANDO	nº do prontuário 042
1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 25    Parágrafo    Inciso    alinea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

## JUSTIFICAÇÃO

Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5****000259**

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
autor Deputado <b>LUIZ RIBEIRO</b>	nº do prontuário <b>298</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 25    Parágrafo    Inciso    alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5**  
**000260****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

<b>Data</b> 29/05/2001	<b>Proposição</b> Medida Provisória nº 2.131-5 de 24/05/2001			
<b>Autor</b> DEPUTADO MARCIO BITTAR	<b>Nº Prontuário</b> 1999055			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> Substitutiva    3. <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa    4. <input type="checkbox"/> Aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
<b>Página</b> 1/1	<b>Artigo</b> 25	<b>Parágrafo</b>	<b>Inciso</b>	<b>Alinea</b>

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

O art. 25 da MP em epígrafe passa vigorar com a seguinte redação:

"Art. 25. A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos de inatividade, conforme o previsto no Art. 10 desta Medida Provisória."

**JUSTIFICAÇÃO**

Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médico-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda busca-se a homogeneização dos descontos.

**ASSINATURA**



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000261

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
Deputado MOACIR MICHELETTI	nº do prontuário 462
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 25    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

## JUSTIFICAÇÃO

Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5  
000262

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado <sup>autor</sup> NELSON MARQUELLI	nº do proponente 381
--	-------------------------

1 ☐ Supressiva    2. ☐ substitutiva    3. ☐ modificativa    4. ☐ aditiva    5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo 25	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

## JUSTIFICAÇÃO

Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000263

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado Newton Lima	autor	nº do prontuário 389
-------------------------	-------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 25	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5****000264**

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

29/05/2001

proposição

**Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001**

autor

Deputado **OSMÂNIO PEREIRA**

nº do prontuário

**256**1 ☐ Supressiva2. ☐ substitutiva3. ☐ modificativa4. ☐ aditiva5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 25

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000265

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>
Deputado autor <i>César Sereno</i>	nº do prentuário <i>463</i>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 25 Parágrafo Inciso alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000266

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de</b> <b>de maio de 2001</b>
Deputado autor <i>OSVALDO RIBEIRO</i>	nº do prontuário <i>005</i>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 25 Parágrafo Inciso alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Osvaldo Ribeiro*



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5****000267**

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
autor Deputado <i>Paulo Genuíno</i>	nº do prontuário 484
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 25    Parágrafo    Inciso    alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*[Assinatura]*



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000268

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
Deputado PAULO Lima	nº do prontuário 507
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 25    Parágrafo    Inciso    alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

## JUSTIFICAÇÃO

Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5****000269****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data

29/05/2001

proposição

**Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001**

Deputado

autor

**PAULO OCTAVIO**

nº do prontuário

**410**1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 25

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000270

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001			
autor Deputado PEDRO CHAVES	nº do prontuário 428			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 25	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5****000271**

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

autor Deputado <b>PROFESSOR LUIZINHO</b>	nº do prontuário <b>312</b>
---	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 25	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000272

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor <i>Ricardo Berzoini</i>	nº do prontuário <i>390</i>
----------	----------------------------------	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 25	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

### JUSTIFICAÇÃO

Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000273

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>
autor <b>Deputado RONALDO VASCONCELLOS</b>	nº do prontuário 263
1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 25    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5**  
**000274**

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>
Deputado <sup>autor</sup> <b>SALOMÃO CRUZ</b>	nº do prontuário <b>008</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 25 Parágrafo Inciso alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5****000275**

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
---------------------------	--

autor <b>Deputado SEVERINO CAVALCANTI</b>	nº do prontuário <b>160</b>
--	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 25	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000276

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
autor Deputado TELMO LIRST	nº do prontuário 99513
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 25 Parágrafo Inciso alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

## JUSTIFICAÇÃO

Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000277

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
autor Deputado THEINSTOLICE SAMPAIO	nº do prentuário 113
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 25 Parágrafo Inciso alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000278

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
Deputado <sup>autor</sup> Wagner Salsotiano	nº do precatório 396
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 25
Parágrafo	Inciso
alínea	

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 25 A contribuição para a assistência médico-hospitalar e social é de até três e meio por cento ao mês e incidirá sobre o soldo que compõe a pensão ou proventos na inatividade, conforme o previsto no art. 10 desta Medida Provisória.

## JUSTIFICAÇÃO

Não se pode dispensar a militares do mesmo posto ou graduação descontos diferenciados para atendimentos médicos-hospitalares iguais.

Por exemplo, um tenente da ativa, sem gratificação de tempo de serviço ou compensação orgânica, pagará menos que um par seu na reserva possuidor destas gratificações.

Com esta emenda estaremos homogeneizando os descontos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000279

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
Deputado <i>AIRTON CASCAVEL</i>	nº do prontuário <i>008</i>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 27    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5****000280****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
Deputado <b>ALBERTO FRAGA</b>	autor <b>ALBERTO FRAGA</b>
nº do prontuário <b>545</b>	
1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 27    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Toda a tónica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5****000281**

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

29/05/2001

proposição

**Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001**

Deputado

autor

**ALMERINDA DE CARVALHO**

nº do prontuário

286

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 27

Parágrafo

Inciso

alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

  
Deputada ALMERINDA DE CARVALHO

Mesa dos Deputados

Anexo IV - Gabinete 936

1130-900 BRASÍLIA - DF



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000282

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado <i>Antônio Gomes</i>	nº do prontuário 087
-------------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 27	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000283

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

29/05/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado

autor

ARNON BEZERRA

nº do prontuário

090

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 27

Parágrafo

Inciso

alinea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

## JUSTIFICAÇÃO

Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000284

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 29 de maio de 2001</b>
Deputado <i>Osvaldo Beates</i> autor	nº de prontuário 595
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 27 Parágrafo Inciso alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Toda a tónica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Osvaldo Beates*



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000285

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>			
Deputado <i>AUGUSTO FARIAS</i>	nº do prontuário 165			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 27	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

.....

"Art. 3º-A - ....."

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

DEPUTADO AUGUSTO FARIAS



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5****000286**

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
---------------------------	--

Deputado <i>CARLOS SANTANA</i>	nº do prontuário <i>290</i>
--------------------------------	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo 27	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

"Art. 3º-A - ....."

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000287

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

Deputado <i>CUNHA BUENO</i>	nº do prontuário <i>396</i>
-----------------------------	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 27	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000288

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor DE VELASCO	nº do prontuário 382
----------	---------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 27	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

## JUSTIFICAÇÃO

Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000289

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

Deputado <i>Dr. Helio</i> autor	nº do prontuário 358
---------------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 27	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

.....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Toda a tónica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5****000290**

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>
---------------------------	---

autor <b>Deputado Eduardo Campos</b>	nº do prontuário
---	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 27	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Toda a tónica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5****000291**

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
autor <b>Deputado ENIVALDO RIBEIRO</b>	nº do prontuário <b>132</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 27    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

**CONGRESSO NACIONAL**

**MP 2.131-5**

000292

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor + 206400 Ler. Fato	nº do prontuário 135
----------	-----------------------------	-------------------------

1. ☐ Supressiva      2. ☐ substitutiva      3. ☐ modificativa      4. ☐ aditiva      5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo 27	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27-.....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

## JUSTIFICACÃO

Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

Grado Phe. W.



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5****000293**

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
---------------------------	--

autor <b>Deputado IVANILDO GUERRA</b>	nº do prontuário <b>527</b>
--	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 27	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

.....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000294

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
JOS MAGALHÃES		239

1 ☐ Supressiva 2 ☐ substitutiva 3 ☐ modificativa 4 ☐ aditiva 5 ☐ Substitutivo global

Página	Artigo 27	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

.....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

## JUSTIFICAÇÃO

Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

4.



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5**  
**000295**

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
29/05/2001

proposição
<b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>

Deputado	autor
	<i>Jose Carlos Coutinho</i>

nº do prontuário
<i>306</i>

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 27	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

.....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000296

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

Deputado <i>Jose Janene</i>	autor	nº do prontuário 452
-----------------------------	-------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 27	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

.....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5****000297**

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
autor <b>Deputado LUCIANO CASTRO</b>	nº do prontuário <b>004</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 27    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....  
.....

"Art. 3º-A - ....."

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5****000298**

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
autor <b>Deputado Luis Carlos Heinze</b>	nº do prontuário <b>99/500</b>
1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 27    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000299

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	Luiz Bittencourt	422

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 27	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

.....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

## JUSTIFICAÇÃO

Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Luiz Bittencourt*



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000300

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

autor Deputado LUIZ FERNANDO	nº do prontuário 042
---------------------------------	-------------------------

1 - <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo 27	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

## JUSTIFICAÇÃO

Toda a tónica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5****000301**

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
---------------------------	--

autor <b>Deputado LUIZ RIBEIRO</b>	nº do prontuário <b>298</b>
---------------------------------------	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 27	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5**  
**000302****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

<b>Data</b> 29/05/2001	<b>Proposição</b> Medida Provisória nº 2.131-5 de 24/05/2001			
<b>Autor</b> <b>DEPUTADO MARCIO BITTAR</b>	<b>Nº Prontuário</b> 1999055			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> Substitutiva    3. <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa    4. <input type="checkbox"/> Aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
<b>Página</b> 1/1	<b>Artigo</b> 28	<b>Parágrafo</b> único	<b>Inciso</b>	<b>Alínea</b>

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art. 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27.....

"Art. 3º-A. ....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Toda a tónica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a Previdência, a MP da LRM, de 29/dez/2000 continuou sem contemplar o militar com o desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

**ASSINATURA**



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5****000303**

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>
Deputado <i>MIRIAM REID</i> autor	nº do prontuário <i>99 318</i>
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 27 Parágrafo Inciso alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Miriam Reid*



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000304

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	MOACIR MICHELETTI	462

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 27	Parágrafo	Inciso	alinea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Toda a tónica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000305

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

29/05/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado

autor

NELSON MARQUEZELLI

nº do prontuário

381

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 27

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

.....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

## JUSTIFICAÇÃO

Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5**  
**000306**

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
---------------------------	--

Deputado <i>Newton Lima</i>	nº do prontuário <b>349</b>
-----------------------------	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 27	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

**Brasília, DF, 29 de maio de 2001**



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5  
000307

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data  
29/05/2001proposição  
Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001autor  
Deputado OSMÂNIO PEREIRAnº do prontuário  
2561 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página Artigo 27 Parágrafo Inciso alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

## JUSTIFICAÇÃO

Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000308

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

29/05/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado

autor

OSCAR SERAFINO

nº do prontuário

463

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 27

Parágrafo

Inciso

alinea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

.....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

## JUSTIFICAÇÃO

Toda a tónica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5****000309**

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>			
Deputado <b>OSVALDO REIS</b>	nº do prontuário <b>065</b>			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 27	Parágrafo	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

.....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000310

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado <i>Paulo Gouvêa</i> autor	nº do prontuário 484
------------------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 27	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Toda a tónica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*[Assinatura]*

MP 2.131-5  
000311

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
Deputado PAULO LIMA	nº do prontuário 507			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 27	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

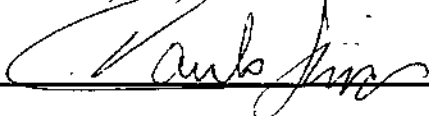
Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



**MP 2.131-5****000312****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
Deputado <b>PAULO OCTAVIO</b>	nº do prontuário <b>410</b>

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 27	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

.....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

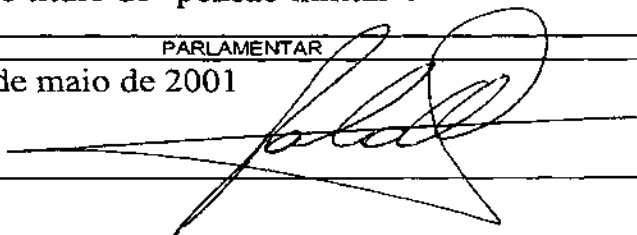
Toda a tónica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



**MP 2.131-5****000313****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de maio de 2001</b>
Deputado <sup>autor</sup> <b>PEDRO CHAVES</b>	nº do prontuário <b>428</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 27    Parágrafo    Inciso    alínea

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

"Art. 3º-A - .....

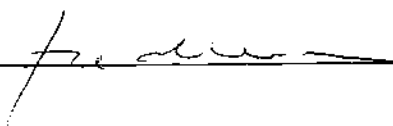
Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

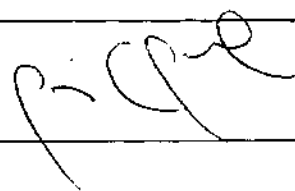
Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

**PARLAMENTAR****Brasília, DF, 29 de maio de 2001**

**MP 2.131-5****000314****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
Deputado <b>PROFESSOR LUIZINHO</b>	nº do prontuário <b>312</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 27    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	
<p>Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.</p> <p>Art. 27- .....</p> <p>.....</p> <p>"Art. 3º-A - .....</p> <p>Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)</p> <p><b>JUSTIFICAÇÃO</b></p> <p>Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.</p> <p>Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.</p> <p>Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".</p>	
PARLAMENTAR	
Brasília, DF, 29 de maio de 2001	



**MP 2.131-5****000315****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data

29/05/2001

proposição

**Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001**

Deputado

autor

*Ricardo Benzaïni*

nº do prontuário

390

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 27

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



**MP 2.131-5****000316****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>
---------------------------	---

autor <b>Deputado Ronaldo Vasconcellos</b>	nº do prontuário <b>263</b>
---	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

<b>Página</b>	<b>Artigo 27</b>	<b>Parágrafo</b>	<b>Inciso</b>	<b>alínea</b>
<b>TEXTO / JUSTIFICAÇÃO</b>				

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....  
.....

"Art. 3º-A - ....."

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

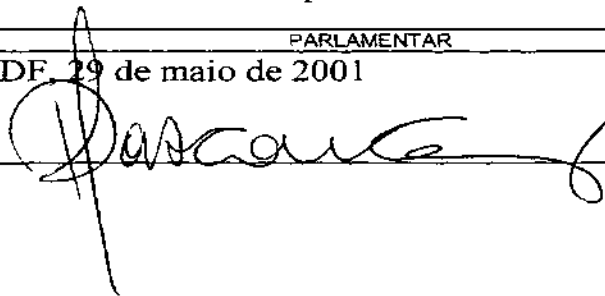
Toda a tónica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



**MP 2.131-5****000317****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>
---------------------------	---

Deputado	autor <b>SALOMÃO CRUZ</b>	nº do prontuário <b>008</b>
----------	------------------------------	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo 27	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

.....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

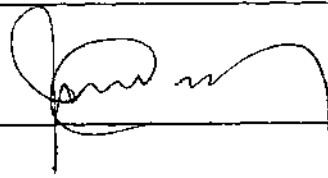
Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

**PARLAMENTAR**

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



**MP 2.131-5****000318****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
Deputado <b>SEVERINO CAVALCANTI</b>	nº do prontuário <b>160</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 27 Parágrafo Inciso alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

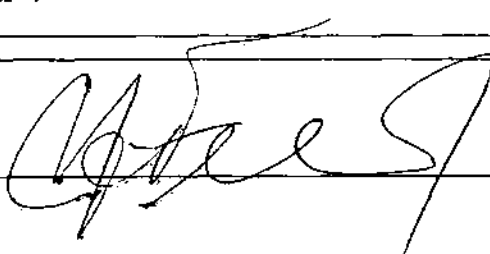
Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



**MP 2.131-5****000319****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>
Deputado <sup>autor</sup> <b>Wagner Sales Lima</b>	nº do prontuário <b>396</b>
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 27 Parágrafo Inciso alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

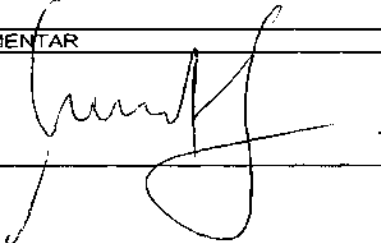
Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2.131-5

000320

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>
Deputado <i>TELMO GILBERTO</i>	nº do prontuário <i>99513</i>
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 27 Parágrafo Inciso alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

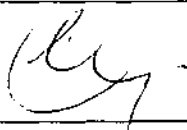
Toda a tônica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



**MP 2.131-5**  
**000321**

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>
Deputado <sup>autor</sup> <b>THEMISTOCLES SAMPAIO</b>	nº do prontuário <b>113</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 27 Parágrafo Inciso alínea

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Modifique-se o parágrafo único do "art. 3º-A" do art 27 da Medida Provisória em epígrafe.

Art. 27- .....

"Art. 3º-A - .....

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento para o militar da ativa"(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

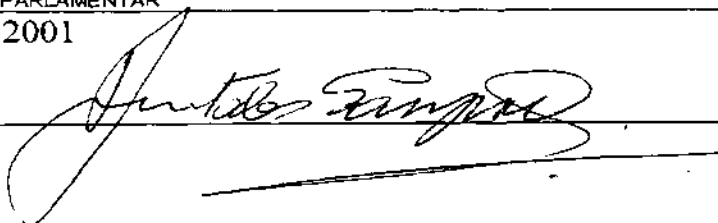
Toda a tónica durante a elaboração da nova LRM foi a de que o militar não contribuía para a previdência.

Para nossa surpresa a MP da LRM, de 29/Dez/2000 continuou sem contemplar o militar com desconto previdenciário.

Contudo majorou-se o desconto com o nome de pensão militar, exatamente para atingir o inativo e reformado já que, legalmente, não tinha amparo para descontar destes últimos. A contribuição previdenciária foi mascarada sob o título de "pensão militar".

**PARLAMENTAR**

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2.131-5

000322

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
Deputado Ailton Cascavez	nº do prontuário 002			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

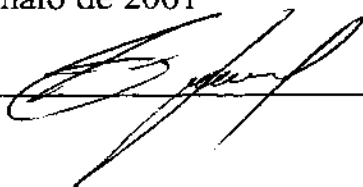
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



**MP 2.131-5****000323****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

<b>data</b> 29/05/2001	<b>proposição</b> <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
<b>Deputado</b> autor <b>ALBERTO FRAGA</b>	<b>nº do prontuário</b> <b>545</b>
1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
<b>Página</b>	<b>Artigo 28</b> <b>Parágrafo</b> <b>Inciso</b> <b>alínea</b>
<b>TEXTO / JUSTIFICAÇÃO</b>	

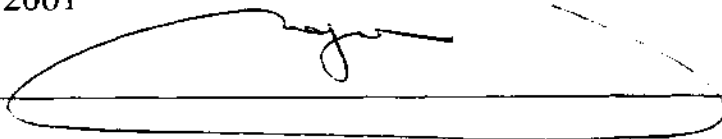
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2.131-5

000324

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
autor Deputado <b>ALMERINDA DE CARVALHO</b>	nº do prontuário <b>286</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 28    Parágrafo    Inciso    alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

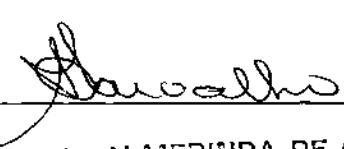
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



Deputada ALMERINDA DE CARVALHO  
Câmara dos Deputados  
Anexo IV - Gabinete 936  
3030-900 BRASÍLIA - DF

**MP 2.131-5****000325****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data <b>30/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
autor Deputado <b>ALMIR SA'</b>	nº do promotor <b>006</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 28    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

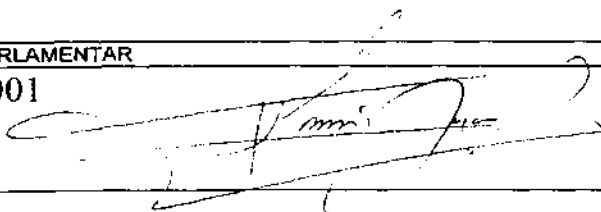
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001



MP 2.131-5

000326

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
Deputado Anibal <sup>autor</sup> Gomes	nº do prontuário 087
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 28 Parágrafo Inciso alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

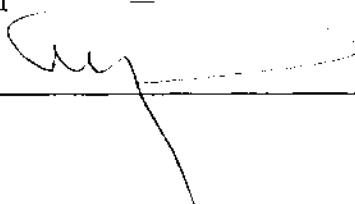
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2.131-5

000327

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
30/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	ARNALDO JACQUES DE SA	337

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001

MP 2.131-5

000328

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
Deputado <i>Imen Pizano</i>	nº do prentuário 090			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alinea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

**MP 2.131-5****000329****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data <b>30/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
---------------------------	--

autor <b>Deputado ARY KARA</b>	nº do prontuário <b>338</b>
-----------------------------------	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alinea
--------	-----------	-----------	--------	--------

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

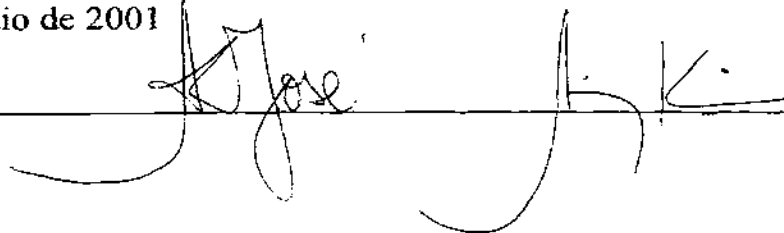
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

**PARLAMENTAR**

Brasília, DF, 30 de maio de 2001



MP 2.131-5

000330

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
Deputado <sup>autor</sup> Osvaldo Bentes	nº do prontuário 595			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Osvaldo Bentes*

**MP 2.131-5****000331****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
---------------------------	--

autor <b>Deputado AUGUSTO FARIAS</b>	nº do prontuário <b>165</b>
---	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

  
DEPUTADO AUGUSTO FARIAS

MP 2.131-5

000332

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
autor Deputado AUGUSTO NARDES	nº do prontuário 488			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

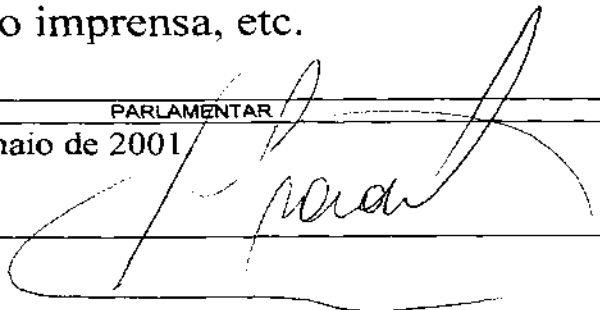
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001



MP 2.131-5

000333

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
Deputado <sup>autor</sup> BABZ	nº do proprietário 021			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001

BABZ

Rothmann.

**MP 2.131-5****000334****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data <b>30/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
autor <b>Deputado BISPO RODRIGUES</b>	nº do prontuário <b>613</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 28 Parágrafo Inciso alínea

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

**PARLAMENTAR**

Brasília, DF, 30 de maio de 2001

613 PLIR5

MP 2.131-5

000335

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
Deputado Bispo Wanderluz	nº do promotor 347			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutiva global				
Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alinea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001

**MP 2.131-5****000336****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data	proposição
30/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do promitente
Deputado <i>CANDINHO MATTOS</i>	<i>597</i>

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

**PARLAMENTAR**

Brasília, DF, 30 de maio de 2001

**MP 2.131-5****000337****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>			
autor Deputado <b>CARLOS SANTANA</b>	nº do prontuário <b>290</b>			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

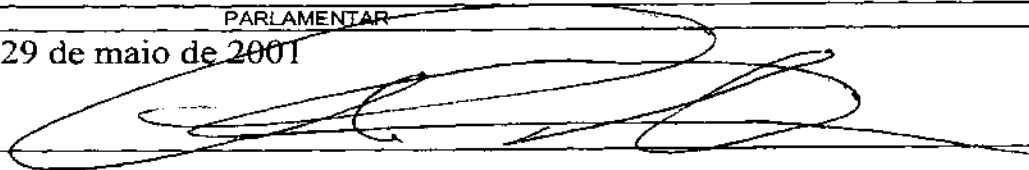
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

**PARLAMENTAR**

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2.131-5

000338

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

30/05/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor

Deputado CLEONÂNIO FONSECA

nº do prontuário

146

1 ☐ Supressiva2. ☐ substitutiva3. ☐ modificativa4. ☐ aditiva5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 28

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

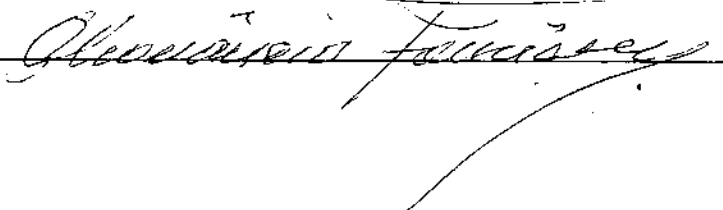
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001



MP 2.131-5  
000339

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
30/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do precatório
Deputado CONFÚNCIO MOURA	04599

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001



MP 2.131-5

000340

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
autor Deputado CORNELIO RIBEIRO	nº do prontuário 714			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

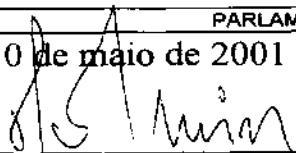
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001

 "Cornelio Ribeiro 714

**MP 2.131-5****000341****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

<b>data</b> 29/05/2001	<b>proposição</b> Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
<b>Deputado</b> <i>CUNHA BUENO</i>	<b>nº do prontuário</b> 346
1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
<b>Página</b>	<b>Artigo 28</b> <b>Parágrafo</b> <b>Inciso</b> <b>alínea</b>

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

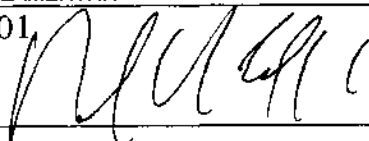
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

**PARLAMENTAR**

Brasília, DF, 29 de maio de 2001.



**MP 2.131-5****000342****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>
Deputado <b>DE VELASCO</b>	nº do prontuário <b>382</b>

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alinea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

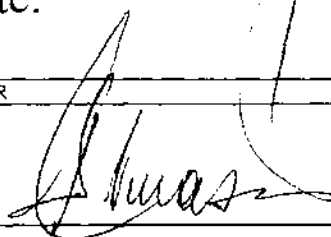
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



**MP 2.131-5**  
**000343**

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data <b>30/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
autor <b>Deputado DELFIN NETO</b>	nº do prontuário <b>348</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 28    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO/JUSTIFICAÇÃO	

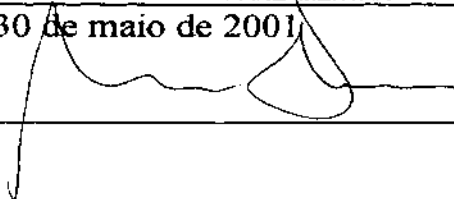
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

### JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001



MP 2.131-5

000344

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
Deputado DR. HELENO	nº do proponente 194			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

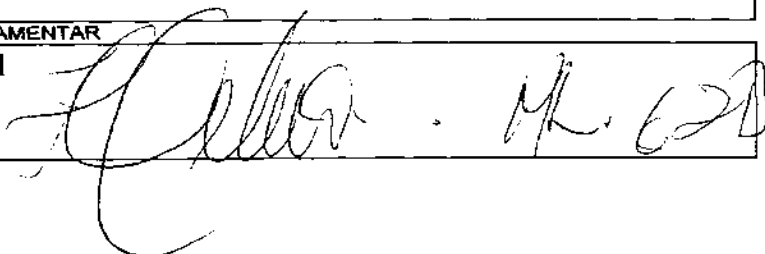
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001



**MP 2.131-5****000345****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data

29/05/2001

proposição

**Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001**

Deputado

Dr. *Helio* autor

nº do prontuário

358

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 28

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

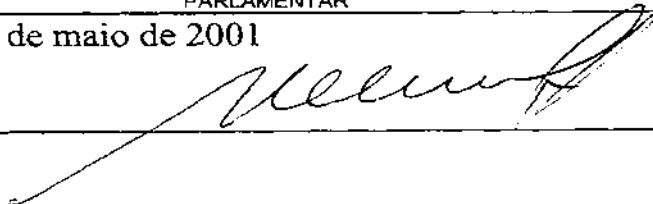
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2.131-5

000346

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado EDMAR MORAIRA	autor	nº de prontuário 231
---------------------------	-------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

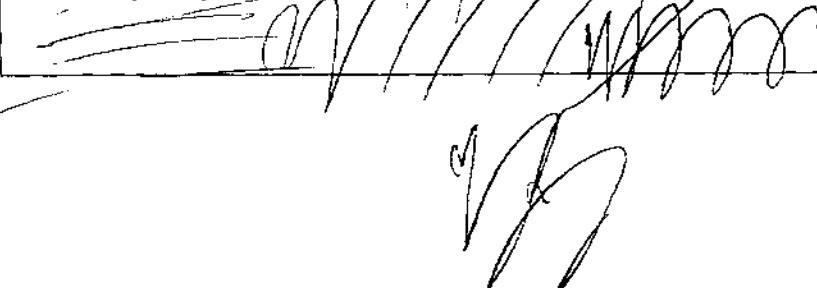
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001



**MP 2.131-5****000347****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data

30/05/2001

proposição

**Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001**

autor

Deputado **EDSON ANDRINO**

nº do prenotário

471

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 28

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

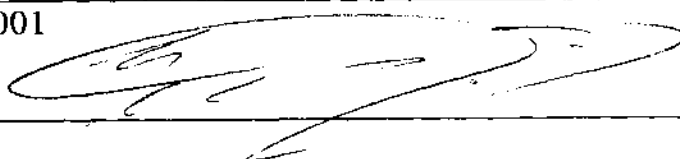
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001



**MP 2.131-5****000348****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

<b>data</b> 29/05/2001	<b>proposição</b> <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de</b> <b>de maio de 2001</b>
<b>autor</b> Deputado <i>Eduardo Campos</i>	<b>nº do prontuário</b>
1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
<b>Página</b>	<b>Artigo 28</b> <b>Parágrafo</b> <b>Inciso</b> <b>alínea</b>

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

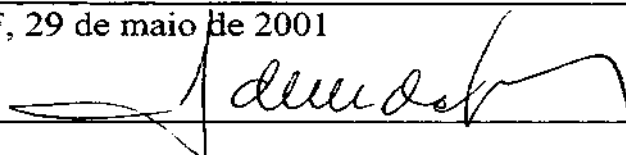
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

**PARLAMENTAR**

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



**MP 2.131-5**  
**000349**

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

<b>data</b> 29/05/2001	<b>proposição</b> Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
<b>Deputado</b> Deputado	<b>autor</b> ENI VOLTOLINI	<b>nº do prontuário</b> 477		
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
<b>Página</b>	<b>Artigo 28</b>	<b>Parágrafo</b>	<b>Inciso</b>	<b>alínea</b>
<b>TEXTO / JUSTIFICAÇÃO</b>				

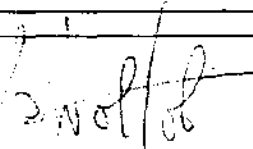
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

### **JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

**PARLAMENTAR**

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



**MP 2.131-5**  
**000350**

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data

29/05/2001

proposição

**Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001**

Deputado

autor

**ENIVALDO RIBEIRO**

nº do prontuário

132

1 ☐ Supressiva    2. ☐ substitutiva    3. ☐ modificativa    4. ☐ aditiva    5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 28

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000351

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado <sup>autor</sup> FERNANDO GABEIRA	nº do prontuário 296
--	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

### JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001

*Fernando Gabeira*



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000352

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

Deputado	autor GILMAR MACHADO	nº do precatório 234
----------	-------------------------	-------------------------

1. <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO/JUSTIFICAÇÃO				

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

### JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000353

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

autor Deputado HAROLDO LIMA	nº do prontuário 194
--------------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alinea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000354

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

Deputado	autor HERCULANO ANCHINETTI	nº do prontuário 95235
----------	-------------------------------	---------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000355

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
30/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado IÉDIO ROSA	266

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000356

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
Deputado Inácio de Lencastre	nº do prontuário 135

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

### JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Guilherme de Lencastre*



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5  
000357

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado	autor JUANJO GUERRA	nº do prontuário 527
----------	------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

### JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000358

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/05/2001	pro. Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado	autor JOÃO LEAS	nº do proponente 199
----------	--------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000359

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
JOÃO MAGALHÃES	JOÃO MAGALHÃES	239

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

### JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000360

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado <i>JOÃO PIZZOLATTI</i>	autor <i>JOÃO PIZZOLATTI</i>	nº do prontuário <i>427</i>
---------------------------------	---------------------------------	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001

JOÃO PIZZOLATTI-PPS-X



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000361

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
José Carlos Coutinho		306

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000362

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
autor Deputado José Egidio	nº do proponente 577
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 28
Parágrafo	Inciso
alínea	

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000363

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 27 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado <i>José Jeneke</i>	autor	nº do prontuário 452
-----------------------------	-------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000364

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

30/05/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado

autor

JOSE MILITÃO

nº do prontuário

- 241.

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 28

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000365

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>			
autor Deputado <b>LAMARTINE POSSELA</b>	nº do prontuário <b>370</b>			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000366

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

30/05/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado

autor

LINCOLN PORTEAN

nº do prontuário

243

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 28

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000367

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
Deputado autor <b>LUCIANO CASTRO</b>	nº do prontuário <b>004</b>

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000368

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
autor Deputado Luis Carlos Heinze	nº do prontuário 99/500
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 28    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000369

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
Deputado autor <i>[assinatura]</i>	nº de prontuário <i>422</i>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 28 Parágrafo Inciso alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

*DEQ. LUIZ BENTENCOURT*

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*[assinatura]*  
*688 844*



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000370

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado	autor LUIZ CARLOS HAULLI	nº do prontuário 454
----------	-----------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001

HAULLI



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000371

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

autor Deputado LUIZ FERNANDO	nº do prontuário 042
---------------------------------	-------------------------

1. <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alinea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

### JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000372

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>			
autor Deputado <b>LUÍZ MOREIRA</b>	nº do prontuário <b>207</b>			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

### JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5****000373**

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº de prontuário
Deputado LUIZ RIBEIRO	299

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alinea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000374

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
autor Deputado MAGNO MALTA	nº do projeto 2067764			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001

*[Assinatura]* *[Assinatura]* IN. 277



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5  
000375

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 29/05/2001	Proposição Medida Provisória nº 2.131-5 de 24/05/2001
--------------------	--

Autor DEPUTADO MARCIO BITTAR	Nº Prontuário 1999055
---------------------------------	--------------------------

1. <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa	4. <input type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---	--	---	-------------------------------------	---

Página 1/1	Artigo 28; 40	Parágrafo	Inciso	Alinea
---------------	------------------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art.50" e do art. 40 a expressão "§1º do art. 50"

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto referenciado na MP carece de uma Lei de Transição, como por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida.

Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como por exemplo, FGTS, hora extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso à imprensa etc.

ASSINATURA

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000377

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

autor Deputado <u>MARCO NEGROMONTE</u>	nº do prontuário <u>210</u>
---	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000378

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
30/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado MEDeiros	13.376.045

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alinea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000379

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado MOACIR MICHELETTI	autor	nº do prontuário 462
-------------------------------	-------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alinea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000380

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
autor Deputado MORON TORGAN	nº do prontuário 101
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 28    Parágrafo    Inciso    alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000381

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
autor Deputado MUSSA DEMES	nº do prontuário 117			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000382

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
Deputado <sup>autor</sup> NELSON MARQUEZELLI	nº do prontuário 381			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5****000383**

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

autor Deputado <i>Newton Lima</i>	nº do prontuário 349
--------------------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000384

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
30/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado OLIVEIRA FILHO	469

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

### JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR
Brasília, DF, 30 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000385

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	<sup>autor</sup> OSMÂNIO PEREIRA	nº do prontuário
		356

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000386

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001			
Deputado OSMIR SE ROLHO	nº do prontuário 463			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000387

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor OSVALDO REIS	nº do prontuário 065
----------	-----------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000388

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
autor Deputado PAUDERNEY AVELINO	nº do prontuário 043			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alinea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000389

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

autor Deputado <i>Paulo Genê</i>	nº do prontuário 484
-------------------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*1125 F*



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000390

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
Deputado <i>PAULO LIMA</i>	nº do prontuário 383
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 28    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

MP 2.131-5

000391

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
Deputado <b>PAULO OCTAVIO</b>	nº do prontuário <b>410</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 28 Parágrafo Inciso alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2.131-5

000392

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
Deputado <sup>autor</sup> PAULO PAIM	nº de prontuário 510			
1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

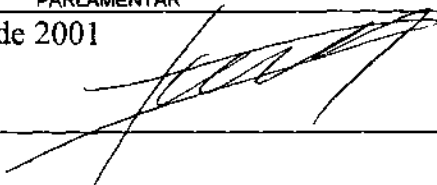
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001



MP 2.131-5  
000393

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de maio de 2001
Deputado PEDRO CHAVES	autor PEDRO CHAVES
nº do prontuário 428	
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 28
Parágrafo	
Inciso	
alínea	

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

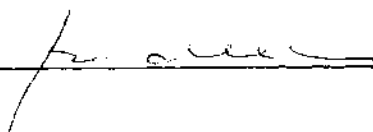
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



**MP 2.131-5****000394****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>			
Deputado	autor <i>PROFESSOR LUIZINHO</i>	nº do prontuário 312		
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

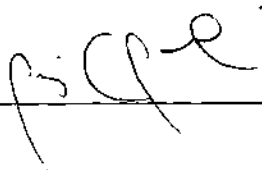
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2.131-5  
000396

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
autor Deputado RODRIGO MAIA	nº de prontuário 322			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

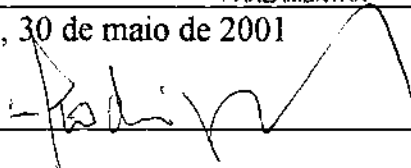
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001

 Rodrigo Maia

MP 2.131-5

000397

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
30/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado ROMEL ANÍZIO	262

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001

**MP 2.131-5****000398****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>
autor <b>Deputado RONALDO VASCONCELLOS</b>	nº do prontuário <b>263</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 28 Parágrafo Inciso alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

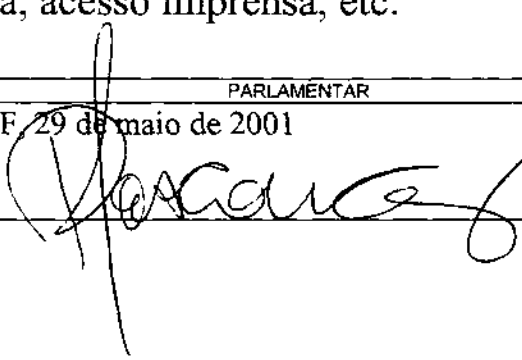
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



**MP 2.131-5****000399****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data

29/05/2001

proposição

**Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001**

Deputado

autor

SALOMÃO CRUZ

nº do prontuário

008

1 ☒ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 28

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

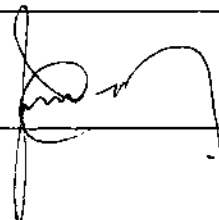
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2.131-5

000400

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
autor Deputado SEVERINO CAVALCANTI	nº do prontuário 160
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 28
Parágrafo	Inciso
alinea	

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

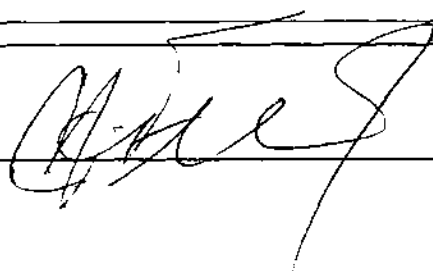
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2.131-5

000401

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de maio de 2001			
Deputado TELMO LEST	autor nº do prontuário 99513			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

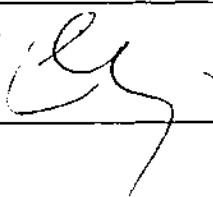
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2.131-5

000402

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001			
Deputado <sup>autor</sup> THEMISTOCLES SAMPAIO	nº do prontuário 113			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

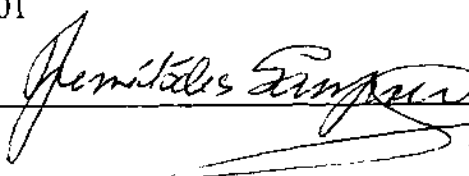
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2.131-5

000403

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

autor Deputado <b>TOMAZ NUNO</b>	nº do prontuário <b>169</b>
-------------------------------------	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

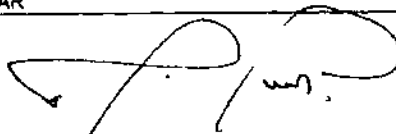
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001



**MP 2.131-5****000404****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data

29/05/2001

proposição

**Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001**

Deputado

autor

Wagner Sabatino

nº do prontuário

396

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 28

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

MP 2.131-5

000405

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
Deputado WALDIR PIRES	nº do prontuário 217			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alinea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

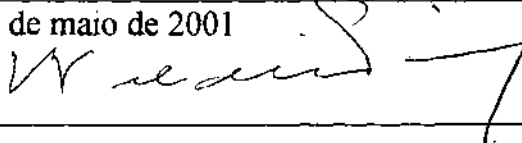
Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

## JUSTIFICAÇÃO

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001



**MP 2.131-5****000406****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data <b>30/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
autor <b>Deputado ZILA BEZERRA</b>	nº do prontuário <b>059</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 28    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Suprima-se do art. 28 o "inciso II do art. 50" e do art. 40 a expressão "§ 1º do art. 50."

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção do posto acima carece de uma Lei de Transição, como, por exemplo, o caso das pensões. Os atuais militares da ativa que contam com 27, 28 ou 29 anos de serviço assistem, pasmados, esta iniciativa da Defesa que, na prática, não proporcionará economia na folha de inativos levando-se em conta a desmotivação profissional causada por tal medida. Tal promoção compensava a inexistência de outros direitos existentes em qualquer outra profissão, como, por exemplo, FGTS, hora-extra, sindicalização, filiação político-partidária, acesso imprensa, etc.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 30 de maio de 2001

*Zila Bezerra*

MP 2.131-5

000407

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

autor Deputado AIRTON CASCAVEL	nº do prontuário 002
-----------------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 29	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

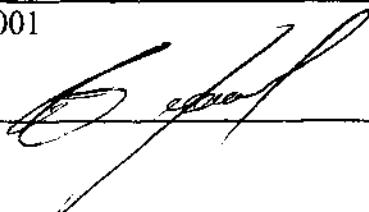
Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

## JUSTIFICAÇÃO

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



**MP 2.131-5****000408****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
autor <b>Deputado ALBERTO FRAGA</b>	nº do prontuário <b>545</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	

Página	Artigo 29	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

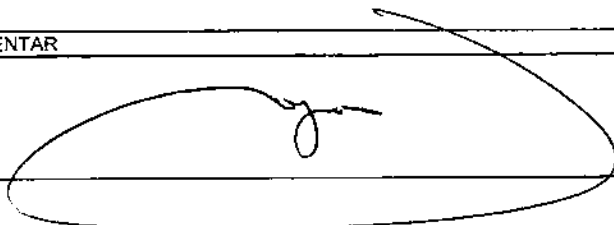
Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

**JUSTIFICAÇÃO**

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

**PARLAMENTAR**

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



**MP 2.131-5****000409****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>			
autor <b>Deputado ALMERINDA DE CARVALHO</b>	nº de prontuário <b>286</b>			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 29	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

**JUSTIFICAÇÃO**

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

  
Deputada ALMERINDA DE CARVALHO

Mesa dos Deputados

Câmara dos Deputados - Gabinete 936

100000 BRASÍLIA - DF

MP 2.131-5

000410

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
Deputado <i>Anibal</i> <sup>autor</sup> <i>Gomes</i>	nº do prontuário 087			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 29	Parágrafo	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

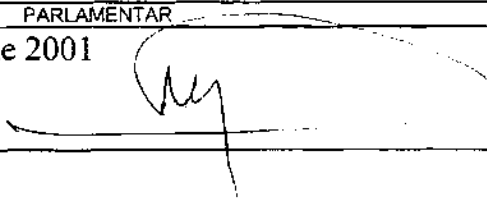
Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

## JUSTIFICAÇÃO

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2.131-5

000411

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
Deputado <b>ARNON<sup>autor</sup> BEZERRA</b>	nº do prontuário <b>090</b>

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 29	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

**JUSTIFICAÇÃO**

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



**MP 2.131-5****000412****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

<b>data</b> 29/05/2001	<b>proposição</b> Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
<b>Deputado</b> Aureliano Bentes	<b>nº do prontuário</b> 595
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
<b>Página</b>	<b>Artigo 29</b> <b>Parágrafo</b> <b>Inciso</b> <b>alínea</b>
<b>TEXTO / JUSTIFICAÇÃO</b>	

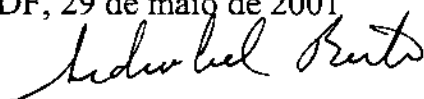
Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

**JUSTIFICAÇÃO**

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



**MP 2.131-5****000413****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
Deputado <b>AUGUSTO FARIAS</b>	nº do prontuário <b>165</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 29    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

**JUSTIFICAÇÃO**

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

  
DEPUTADO AUGUSTO FARIAS

**MP 2.131-5****000414****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>			
autor <b>Deputado CARLOS SANTANA</b>	nº do prontuário <b>290</b>			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 29	Parágrafo	Inciso	alínea

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

**JUSTIFICAÇÃO**

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

**PARLAMENTAR**

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2.131-5

000415

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
autor Deputado <i>CUNHA BUENO</i>	nº do prontuário 346			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 29	Parágrafo	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

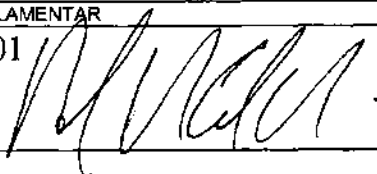
Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

## JUSTIFICAÇÃO

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2.131-5

000416

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001			
Deputado	autor DE VELASCO	nº do prontuário 382		
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 29	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

## JUSTIFICAÇÃO

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

MP 2.131-5

000417

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
Deputado <i>M. Rêgo</i> autor	nº do prontuário 358
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 29 Parágrafo Inciso alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO


Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

## JUSTIFICAÇÃO

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



**MP 2.131-5****000418****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

<b>data</b> 29/05/2001	<b>proposição</b> <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de</b> <b>de maio de 2001</b>
<b>autor</b> <b>Deputado</b> <i>Eduardo Campos</i>	<b>nº do prontuário</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
<b>Página</b>	<b>Artigo 29</b> <b>Parágrafo</b> <b>Inciso</b> <b>alinea</b>
<b>TEXTO / JUSTIFICAÇÃO</b>	

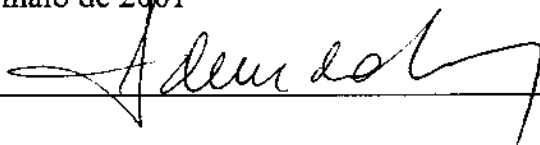
Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

**JUSTIFICAÇÃO**

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2.131-5

000419

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

29/05/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado

autor

ENI VOLTOLINI

nº do prontuário

477

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 29

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

## JUSTIFICAÇÃO

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

MP 2.131-5

000420

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001			
Deputado autor INALDO LEITE	nº do prontuário 135			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 29	Parágrafo	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

## JUSTIFICAÇÃO

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

Inaldo Leite

MP 2.131-5

000421

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
Deputado Ivanildo Guerra	nº do precatório 527			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 29	Parágrafo	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

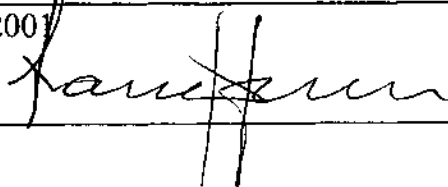
Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

## JUSTIFICAÇÃO

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



**MP 2.131-5****000422****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>
Deputado <b>JOÃO MAGALHÃES</b>	nº do prontuário <b>239</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 29 Parágrafo Inciso alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

**JUSTIFICAÇÃO**

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5****000423**

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001			
Deputado <i>Jose Carlos Coutinho</i> <small>autor</small>	nº do prolatário 306			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 29	Parágrafo	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

**JUSTIFICAÇÃO**

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000424

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

29/05/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado

autor

José Janene

nº de prontuário

452

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 29

Parágrafo

Inciso

alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

## JUSTIFICAÇÃO

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000425

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
autor Deputado Luis Carlos Heinze	nº de prontuário 99/500
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 29    Parágrafo    Inciso    alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

## JUSTIFICAÇÃO

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000426

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
Deputado autor Luiz B. F. de A. Costa	nº do prontuário 422
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 29 Parágrafo Inciso alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

## JUSTIFICAÇÃO

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000427

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado LUIZ FERNANDO	042

1. <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo 29	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

## JUSTIFICAÇÃO

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5****000428****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

<b>data</b> 29/05/2001	<b>proposição</b> <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
<b>Deputado</b> <b>LUIZ RIBEIRO</b>	<b>nº do precatório</b> <b>298</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
<b>Página</b>	<b>Artigo 29</b> <b>Parágrafo</b> <b>Inciso</b> <b>alínea</b>
<b>TEXTO / JUSTIFICAÇÃO</b>	

Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

**JUSTIFICAÇÃO**

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000429

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
Deputado autor LUIZ SÉRGIO	nº do precatório 313
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 29 Parágrafo Inciso alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

## JUSTIFICAÇÃO

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5****000430****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

<b>Data</b> 29/05/2001	<b>Proposição</b> Medida Provisória nº 2.131-5 de 24/05/2001			
<b>Autor</b> <b>DEPUTADO MARCIO BITTAR</b>	<b>Nº Protocolo</b> 1999055			
1. <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> Substitutiva    3. <input type="checkbox"/> Modificativa    4. <input type="checkbox"/> Aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
<b>Página</b> 1/1	<b>Artigo</b> 29	<b>Parágrafo</b> Caput; único	<b>Inciso</b>	<b>Alínea</b>

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Suprima-se no *caput* Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe, a expressão: "sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes", e no parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes".

**JUSTIFICAÇÃO**

Ao militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em cota-parte. Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não alcançarão os militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido de que as vantagens pessoais sejam absorvidas, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

**ASSINATURA**

MP 2.131-5

000431

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
Deputado MADALIR MICHELETTI	nº do prontuário 462
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 29 Parágrafo Inciso alínea

## TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

## JUSTIFICAÇÃO

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

MP 2.131-5

000432

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
Deputado <sup>autor</sup> NELSON MARQUEZELLI	nº do promotor 381			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 29	Parágrafo	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

## JUSTIFICAÇÃO

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

MP 2.131-5

000433

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
Deputado autor Newton Lima	nº do prontuário 379
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 29 Parágrafo Inciso alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

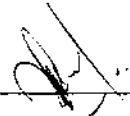
Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

## JUSTIFICAÇÃO

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2.131-5

000434

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
autor Deputado OSMÂNIO PEREIRA	nº do prontuário 256			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 29	Parágrafo	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

## JUSTIFICAÇÃO

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

 - 

MP 2.131-5

000435

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>			
Deputado <i>Admar Severina</i>	nº do prontuário <i>463</i>			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 29	Parágrafo	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

## JUSTIFICAÇÃO

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*CEU*  
*Urraz*

MP 2.131-5

000436

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001			
Deputado autor D. S. V. D. D. D.	nº do prontuário 065			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 29	Parágrafo	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

## JUSTIFICAÇÃO

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

MP 2.131-5

000437

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 27 de maio de 2001
Deputado <i>Paulo Gouvêa</i> autor	nº do prontuário 484
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 29 Parágrafo Inciso alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

## JUSTIFICAÇÃO

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*[Assinatura]*

MP 2.131-5  
000438

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
Deputado PAULO LIMA	nº do prontuário 507

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo 29	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

## JUSTIFICAÇÃO

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2.131-5

000439

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001			
Deputado	autor	nº do prontuário		
PEDRO	CHAVEZ	428		
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 29	Parágrafo	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

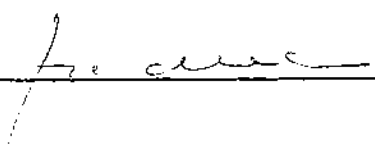
Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

## JUSTIFICAÇÃO

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2.131-5

000440

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
Deputado <sup>autor</sup> Ricardo Benizini	nº do prontuário 390

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 29	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

**JUSTIFICAÇÃO**

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



**MP 2.131-5****000441****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>
autor <b>Deputado RONALDO VASCONCELLOS</b>	nº do prontuário <b>263</b>
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 29 Parágrafo Inciso alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

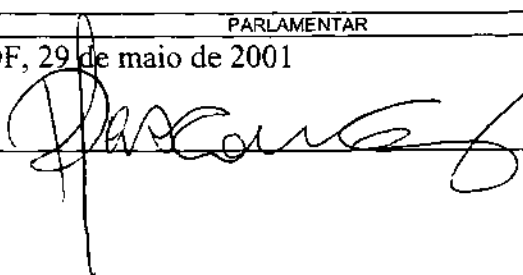
Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

**JUSTIFICAÇÃO**

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



**MP 2.131-5****000442****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
Deputado	autor
SALOMÃO CANT	nº do prontuário
	008

1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 29	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

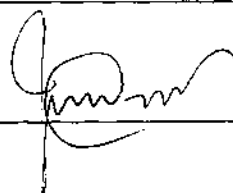
Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

**JUSTIFICAÇÃO**

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

**PARLAMENTAR**

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



**MP 2.131-5****000443****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

<b>data</b> 29/05/2001	<b>proposição</b> Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
<b>autor</b> Deputado SEVERINO CAVALCANTI	<b>nº do prontuário</b> 160
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
<b>Página</b>	<b>Artigo 29</b> <b>Parágrafo</b> <b>Inciso</b> <b>alínea</b>
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

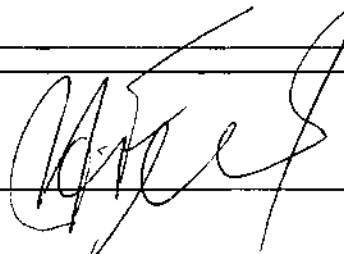
Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

**JUSTIFICAÇÃO**

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2.131-5

000444

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição	
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001	
Deputado	autor	nº do prontuário
	TELMO KIRST	99.513
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global		
Página	Artigo 29	Parágrafo
		Inciso
		alinea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

## JUSTIFICAÇÃO

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2.131-5

000445

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

29/05/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

autor

Deputado

THEMISTOCLES SAMPAIO

nº do prontuário

413

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 29

Parágrafo

Inciso

alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

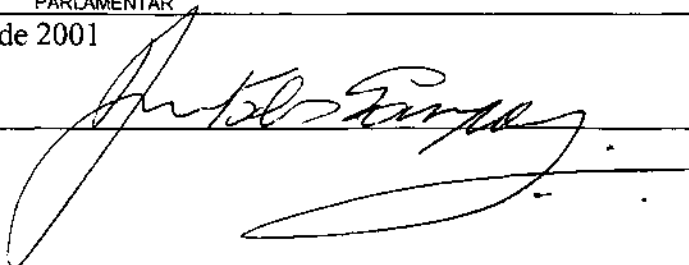
Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

## JUSTIFICAÇÃO

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2.131-5

000446

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001			
Deputado <sup>autor</sup> Wagner Salustiano	nº do prontuário 396			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 29	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprima-se no Art. 29 da Medida Provisória em epígrafe a expressão: "Sendo absorvido por ocasião de futuros reajustes." E no seu parágrafo único, a expressão: "Até que seja absorvida por ocasião de futuros reajustes."

## JUSTIFICAÇÃO

Os militares enquadrados neste artigo são aqueles que ganham cota-parte, ou seja, proporcional ao soldo. A estrutura remuneratória, anterior a esta MP, a GCET (Gratificação de Condição Especial de Trabalho) era paga de forma integral, e não em "cota-parte". Os futuros reajustes, como o previsto para janeiro de 2002, a manter este dispositivo, não serão sentidos pelos militares que percebem proporcionalmente. Algumas jurisprudências existentes são favoráveis no sentido que as "vantagens pessoais", sejam absorvidas sim, mas de acordo com o comportamento inflacionário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

MP 2.131-5

000447

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
Deputado autor AIRTON CASCAVEL	nº do prontuário 002			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

## JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



**MP 2.131-5****000448****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
autor <b>Deputado ALBERTO FRAGA</b>	nº do prontuário <b>545</b>

1. <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---	--	--	-------------------------------------	---

<b>Página</b>	<b>Artigo 30</b>	<b>Parágrafo</b>	<b>Inciso</b>	<b>alínea</b>
---------------	------------------	------------------	---------------	---------------

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

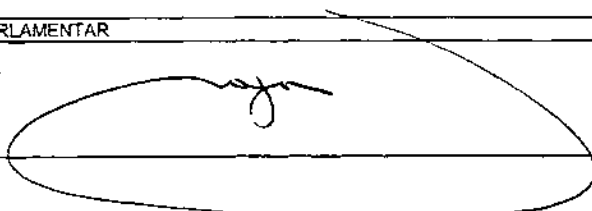
Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

**JUSTIFICAÇÃO**

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2.131-5

000449

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
autor	nº do prenotário			
Deputado ALMERINDA DE CARVALHO	286			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

## JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

  
Deputada ALMERINDA DE CARVALHODeputada do Congresso  
Anexo I - Gabinete 936  
70160-900 BRASÍLIA - DF

MP 2.131-5

000450

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

29/05/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado

autor

Givaldo Gomes

nº do prontuário

087

1 ☐ Supressiva2. ☐ substitutiva3. ☐ modificativa4. ☐ aditiva5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 30

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

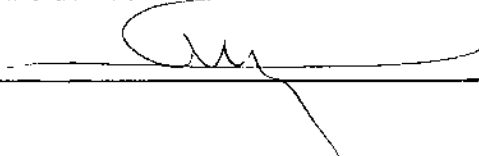
Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

## JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5****000451****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data	proposição			
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
autor	nº do prontuário			
Deputado ARNON BEZERRA	090			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

**JUSTIFICAÇÃO**

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000452

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
Deputado <i>Aschubal Bentes</i> autor	nº do prontuário 595			
1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

## JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Aschubal Bentes*



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5****000453**

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
autor	nº do prontuário
Deputado <i>AUGUSTO FARIAS</i>	165
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

**JUSTIFICAÇÃO**

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

  
DEPUTADO AUGUSTO FARIAS



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000454

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
autor	nº de prontuário			
Deputado CARLOS SANTANA	290			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

## JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000455

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado CUNHA BUENO	346

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

## JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000456

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
Deputado <i>Dr. Helio</i>	nº do prontuário 358			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

## JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000457

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
Deputado	autor DE VELASCO
	nº do prontuário 382

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

## JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000458

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição	
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de	de maio de 2001
autor		nº do prontuário
Deputado <i>Eduardo Campos</i>		
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global		

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

## JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000459

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
Deputado ENI VOLTOLINI	nº do prontuário 477			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

## JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000460

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição	
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001	
Deputado	autor	nº do prontuário
	INACAO	135
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global		
Página	Artigo 30	Parágrafo
		Inciso
		alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

## JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000461

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
Deputado	autor IVANIO GUERRA			
	nº do prontuário 527			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

## JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000462

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição	
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001	
Deputado	autor <i>José Carlos Coutinho</i>	nº de protocolo <i>306</i>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global		
Página	Artigo 30	Parágrafo Inciso alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO		

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

## JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000463

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição	
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de	de maio de 2001
Deputado	autor JOSÉ MAGALHÃES	nº do prontuário 239
1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global		

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

## JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000464

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
autor Deputado JOAO MAGNO	nº do prontuário 534
1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

## JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000465

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
autor	nº do prontuário			
Deputado José Jarene	452			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

## JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5  
000466

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
autor Deputado Luis Carlos Heinze	nº do prontuário 99/500			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

## JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000467

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição	
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001	
Deputado	autor	nº do prontuário
	<i>Luiz Bittencourt</i>	482
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global		

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

## JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Luiz Bittencourt*



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000468

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
autor	nº do prontuário			
Deputado LUIZ FERNANDO	042			
1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea

## TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

## JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000469

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
autor	nº do prontuário			
Deputado LUIZ BIBEIRO	298			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

## JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000470

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
Deputado	autor LUIZ SÉRGIO
	nº do prontuário 313

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

## JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000471

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001			
autor		nº do prontuário		
Deputado MIRIAM REID		99318		
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

## JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000472

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
autor	nº do prontuário			
Deputado MOACIR MICHELETTI	462			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

## JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000473

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
NELSON MARGAREZZECCI		381

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

## JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000474

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	Newton Lima	379

1 ☒ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

## JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000475

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
autor	nº do prontuário			
Deputado OSMÂNIO PEREIRA	256			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

## JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000476

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição	
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de	de maio de 2001
Deputado	autor	nº do prontuário
	<i>OSMAR SERRA</i>	463
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global		
Página	Artigo 30	Parágrafo
		Inciso
		alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO		

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

## JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000477

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição	
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001	
Deputado	autor	nº do prontuário
	OSVALDO RUIZ	065
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global		
Página	Artigo 30	Parágrafo Inciso alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO		

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

## JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000478

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado Paulo Gouvêa	484

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

## JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000479

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor PAULO Lima	nº do prontuário 507
----------	---------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

## JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000480

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
Deputado	autor	nº do prontuário		
	PAULO OCTAVIO	410		
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

## JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000481

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001			
Deputado	autor	nº do prontuário		
PEDRO CHAVES		428		
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

## JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000482

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado PROFESSOR KUIZINHO	312

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

## JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5****000483****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
autor	nº do prontuário
Deputado RONALDO VASCONCELLOS	263

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

**JUSTIFICAÇÃO**

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000484

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
Deputado <sup>autor</sup> <i>Ricardo Berzoini</i>	nº do prontuário 390			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

## JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000485

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição	
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001	
Deputado	autor	nº do prontuário
SALOMÃO	CWT	008
1. <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global		
Página	Artigo 30	Parágrafo
		Inciso
		alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO		

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

## JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000486

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
autor	nº do prontuário
Deputado TELMO KIRST	99515
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

## JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000487

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001			
autor		nº da prenotação		
Deputado THEMISTOCLES SAMPAIO		143		
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

## JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000488

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001			
Deputado	autor			
Wagner Solustiano	nº do prontuário			
396				
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprimam-se o artigo 30 da Medida Provisória em epígrafe; na letra c) do inciso II do art. 1º suprima-se a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida Provisória"; e, no inciso IV do art. 3º a expressão "observado o disposto no art. 30 desta Medida provisória".

## JUSTIFICAÇÃO

É inadmissível a perda da contagem do tempo de serviço, para fins de concessão de adicional de tempo de serviço, dos atuais e futuros militares da ativa. Isto é uma absurda discriminação num momento que o Presidente do Supremo Tribunal Federal volta a defender o teto de R\$ 12.720,00 para os seus pares, mais 35% a título de anuidade, perfazendo um total de R\$ 17.172,00.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000489

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
autor Deputado AIRTON CASCAVEL	nº do prontuário 002
1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 30    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

## JUSTIFICAÇÃO

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5****000490****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
Deputado <b>ALBERTO FRAGA</b>	nº do prontuário <b>545</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 30    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

**JUSTIFICAÇÃO**

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000491

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
autor Deputado <b>ALMERINDA DE CARVALHO</b>	nº de prontuário <b>286</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 30    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

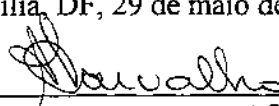
Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

**JUSTIFICAÇÃO**

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

  
Deputada **ALMERINDA DE CARVALHO**  
Mesa dos Deputados  
Mesa IV - Gabinete 936  
71 33-900 BRASILIA - DF



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000492

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
29/05/2001

proposição
Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor <i>Amílcar Gomes</i>
----------	-------------------------------

nº do prontuário
087

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

## JUSTIFICAÇÃO

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5****000493****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

<b>data</b> 29/05/2001	<b>proposição</b> <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
<b>autor</b> <b>Deputado ARNON BEZERRA</b>	<b>nº do prontuário</b> 090
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
<b>Página</b>	<b>Artigo 30</b> <b>Parágrafo</b> <b>Inciso</b> <b>alínea</b>
<b>TEXTO / JUSTIFICAÇÃO</b>	

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

**JUSTIFICAÇÃO**

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000494

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
Deputado <i>Aschubert Bentes</i> autor	nº do prontuário 595			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

**JUSTIFICAÇÃO**

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Aschubert Bentes*



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000495

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 29 de maio de 2001</b>
Deputado autor <i>AUGUSTO FARIAS</i>	nº do prontuário <i>165</i>
1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 30    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO/JUSTIFICAÇÃO	

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

## JUSTIFICAÇÃO

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

DEPUTADO AUGUSTO FARIAS



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000496

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 14 de maio de 2001
Deputado <i>CARLOS SANTANA</i>	nº do prontuário 290
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 30    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

## JUSTIFICAÇÃO

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000497

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

autor Deputado <i>ROCHA BUENO</i>	nº do precatório 346
--------------------------------------	-------------------------

1 ☐ Supressiva    2. ☐ substitutiva    3. ☐ modificativa    4. ☐ aditiva    5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

## JUSTIFICAÇÃO

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5****000498****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

<b>data</b> 29/05/2001	<b>proposição</b> <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de</b> <b>de maio de 2001</b>
<b>Deputado</b> autor <b>DE VELASCO</b>	<b>nº do prontuário</b> <b>382</b>

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

<b>Página</b>	<b>Artigo 30</b>	<b>Parágrafo</b>	<b>Inciso</b>	<b>alínea</b>
<b>TEXTO / JUSTIFICAÇÃO</b>				

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

**JUSTIFICAÇÃO**

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000499

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

29/05/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado

*Dr. Helio*

nº do prontuário

358

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 30

Parágrafo

Inciso

alinea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

## JUSTIFICAÇÃO

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5****000500****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
Deputado	autor <b>ENI VOLTOLINI</b>
nº do prontuário <b>477</b>	
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 30    Parágrafo    Inciso    alínea

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

**JUSTIFICAÇÃO**

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000501

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
Deputado	autor
	INALDO REIS VAS
	nº do prontuário
	135

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

## JUSTIFICAÇÃO

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

Inaldo Reis Vas



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000502

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
Deputado Ivanildo Guerra	nº do prontuário 527
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 30    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

## JUSTIFICAÇÃO

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5****000503****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

<b>data</b> 29/05/2001	<b>proposição</b> <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
<b>autor</b> <b>Deputado JOÃO MAGNO</b>	<b>nº do prontuário</b> <b>534</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
<b>Página</b>	<b>Artigo 30</b> <b>Parágrafo</b> <b>Inciso</b> <b>alinea</b>

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

**JUSTIFICAÇÃO**

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000504

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>
Deputado JOÃO MAGALHÃES	nº do prontuário 239

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

**JUSTIFICAÇÃO**

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5****000505**

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>
Deputado <i>Jose Carlos Coutinho</i>	autor <i>Jose Carlos Coutinho</i>
nº do prontuário <i>306</i>	
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 30 Parágrafo Inciso alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

**JUSTIFICAÇÃO**

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Jose Carlos Coutinho*



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5  
000506

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>			
autor Deputado José Janene	nº do prontuário 452			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

**JUSTIFICAÇÃO**

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5****000507**

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
autor <b>Deputado Luis Carlos Heinze</b>	nº do prontuário <b>99/500</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 30    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

**JUSTIFICAÇÃO**

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5****000508**

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de</b> <b>de maio de 2001</b>
autor Deputado <i>Luiz Bittencourt</i>	nº do prontuário <i>422</i>
1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 30    Parágrafo    Inciso    alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

**JUSTIFICAÇÃO**

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Luiz Bittencourt*



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000509

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

29/05/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor

Deputado LUIZ FERNANDO

nº do prontuário

042

1 - ☐ Supressiva 2 - ☐ substitutiva 3 - ☐ modificativa 4 - ☒ aditiva 5 - ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 30

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

## JUSTIFICAÇÃO

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP

PARLAMENTAR

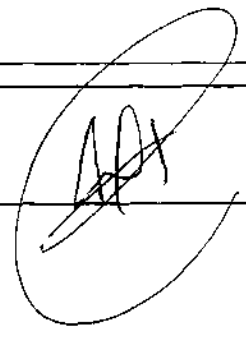
Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5****000510****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
autor <b>Deputado LUIZ RIBEIRO</b>	nº do prontuário <b>298</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 30    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	
<p>Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:</p> <p>Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.</p> <p style="text-align: center;"><b>JUSTIFICAÇÃO</b></p> <p>A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP</p>	
PARLAMENTAR	
Brasília, DF, 29 de maio de 2001	





CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5****000511****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>
autor <b>Deputado LUIZ SÉRGIO</b>	nº do prontuário <b>313</b>
1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutiva global	
Página	Artigo 30    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

**JUSTIFICAÇÃO**

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000512

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 29/05/2001	Proposição Medida Provisória nº 2.131-5 de 24/05/2001			
Autor DEPUTADO MARCIO BITTAR	Nº Prontuário 1999055			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> Substitutiva    3. <input type="checkbox"/> Modificativa    4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página 1/1	Artigo30	Parágrafo	Inciso	Alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

"Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo."

## JUSTIFICAÇÃO

O executivo pratica omissão evidente e danosa, afrontando a legislação trabalhista.

Justamente, oferecemos esta emenda visando corrigir tal ato.

  
ASSINATURA



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000513

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
Deputado autor <i>MOACIR MICHELETTI</i>	nº do prontuário <i>462</i>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 30    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

**JUSTIFICAÇÃO**

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000514

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
Deputado <sup>autor</sup> NELSON MARQUEZELLI	nº do prontuário 381
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 30    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

## JUSTIFICAÇÃO

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000515

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
Deputado Newton Lima	nº do prontuário 349
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 30    Parágrafo    Inciso    alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

## JUSTIFICAÇÃO

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000516

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
autor Deputado OSMÂNIO PEREIRA	nº do prontuário 256
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 30
Parágrafo	Inciso
alínea	

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

## JUSTIFICAÇÃO

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000517

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	<i>CSAR SERRA</i>	463

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

## JUSTIFICAÇÃO

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*CSAR SERRA*



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5****000518**

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>
Deputado <i>OSVALDO NEVES</i>	nº do prontuário <i>065</i>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 30    Parágrafo    Inciso    alinea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	
<p>Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:</p> <p>Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.</p> <p><b>JUSTIFICAÇÃO</b></p> <p>A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP</p>	
PARLAMENTAR	
Brasília, DF, 29 de maio de 2001 <i>Osvaldo Neves</i>	



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000519

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
autor Deputado <i>Paulo Góes</i>	nº do prontuário 484
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 30    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

## JUSTIFICAÇÃO

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*[Assinatura]*



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5  
000520

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
Deputado PAULO LIMA	nº do prontuário 507			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

## JUSTIFICAÇÃO

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5**  
**000521**

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
autor Deputado <b>PAULO OCTAVIO</b>	nº do prontuário <b>410</b>
1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 30    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epigrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

**JUSTIFICAÇÃO**

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000522

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
Deputado autor PEDRO CHAVES	nº do prontuário 428

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

## JUSTIFICAÇÃO

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5****000523****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
autor <b>Deputado PROFESSOR LUIZINHO</b>	nº do prontuário <b>BR</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 30    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	
<p>Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:</p> <p>Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.</p> <p><b>JUSTIFICAÇÃO</b></p> <p>A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP</p>	
PARLAMENTAR	
Brasília, DF, 29 de maio de 2001	



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5  
000524

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
Deputado <sup>autor</sup> Ricardo Berzoini	nº do prontuário 390
1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 30    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

## JUSTIFICAÇÃO

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5**  
**000525**

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>
autor <b>Deputado RONALDO VASCONCELLOS</b>	nº do prontuário <b>263</b>

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

**JUSTIFICAÇÃO**

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5  
000526

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de maio de 2001
autor Deputado SALOMÃO CRUZ	nº do prontuário 008
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input checked="" type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 30    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

## JUSTIFICAÇÃO

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000527

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
Deputado <sup>autor</sup> Wagner Salesiano	nº da prontuário 396
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 30 Parágrafo Inciso alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

## JUSTIFICAÇÃO

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2.131-5****000528**

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>
Deputado TELMO KIRST	nº do precatório 99513
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 30    Parágrafo    Inciso    alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

**JUSTIFICAÇÃO**

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000529

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

29/05/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

autor

Deputado

THEMISTOCLES SAMPAIO

nº do prontuário

113

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 30

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 30 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. As parcelas iguais ou superiores a 180 dias serão consideradas como um ano completo.

## JUSTIFICAÇÃO

A omissão do legislador do Executivo afronta a legislação trabalhista. Por justiça oferecemos esta emenda a MP

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000530

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
Deputado	autor
	PIETRO CARVALHO
	nº do prontuário
	002

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

MP 2.131-5

000531

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
Deputado autor ALBERTO FRAGA	nº do prontuário 545			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

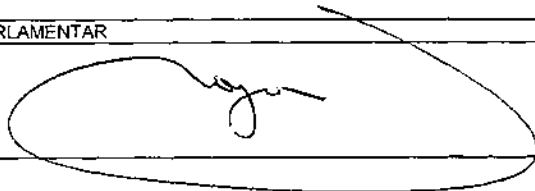
§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2.131-5

000532

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
Deputado <sup>autor</sup> Anibal Gomes	nº do prontuário 087			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

MP 2.131-5

000533

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
autor	nº do precatório			
Deputado ARNON BEZERRA	090			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

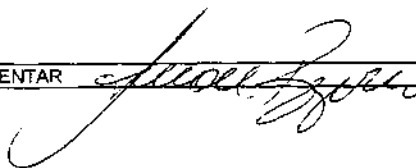
§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2.131-5

000534

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
Deputado <i>André Bentes</i> autor	nº do prontuário 595

1 ☒ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*André Bentes*

MP 2.131-5

000535

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
autor Deputado <i>AUGUSTO FARIAS</i>	nº do prontuário 165			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

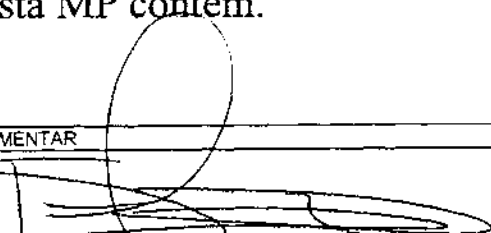
§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

  
DEPUTADO AUGUSTO FARIAS

MP 2.131-5

000536

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº de prontuário
Deputado CARLOS SANTANA	290

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

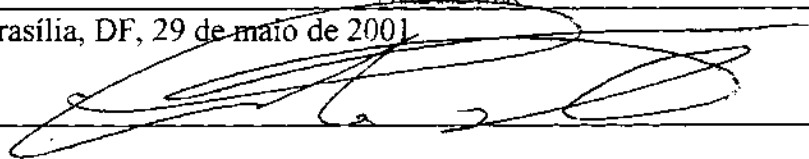
§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2.131-5  
000537

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
Deputado autor CUNHA BUENO	nº do prontuário 346

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

PARLAMENTAR

MP 2.131-5

000538

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição	
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001	
autor	nº do prontuário	
Deputado DE VELASCO	382	
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global		
Página	Artigo 33	Parágrafo Inciso alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO		

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

MP 2.131-5

000539

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
Deputado <sup>autor</sup> <i>Helio</i>	nº do prontuário 358			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

**MP 2.131-5**  
**000540**

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>			
autor <b>Deputado Eduardo Campos</b>	nº do prontuário			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alinea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

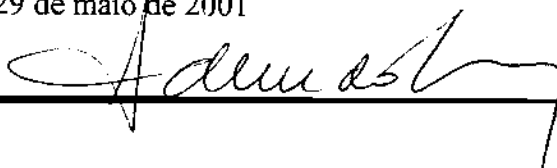
§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2.131-5

000541

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001			
autor Deputado <i>IVALDO DE ARAÚJO</i>	nº do prontuário 135			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*IVALDO DE ARAÚJO*

**MP 2.131-5**  
**000542**

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>			
autor <b>Deputado ILMAR GUERRA</b>	nº do prontuário <b>527</b>			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

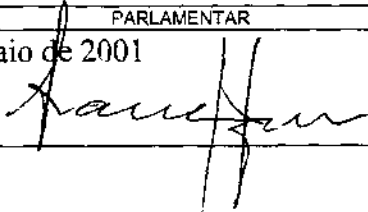
§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2.131-5

000543

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
Deputado	autor
	<i>Jose Carlos Antunes</i>
nº do prontuário	
006	
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	

Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alinea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

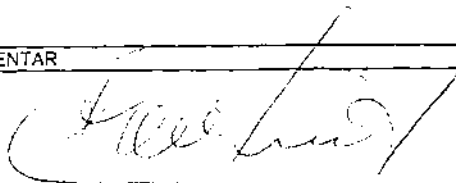
§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



**MP 2.131-5**  
**000544**

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-S, de 24 de maio de 2001</b>			
autor <b>Deputado José Janene</b>	nº do prontuário <b>452</b>			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

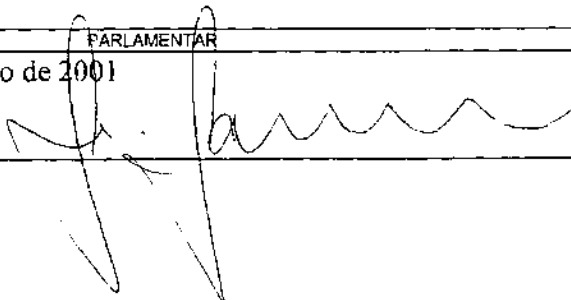
§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2.131-5

000545

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001			
autor Deputado JOÃO MACALHAES	nº do precatório 236			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

**MP 2.131-5**  
**000546**

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

<small>data</small> <b>29/05/2001</b>	<small>proposição</small> <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--	---

<small>autor</small> <b>Deputado Luis Carlos Heinze</b>	<small>nº do prontuário</small> <b>99/500</b>
--	--

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

<b>Página</b>	<b>Artigo 33</b>	<b>Parágrafo</b>	<b>Inciso</b>	<b>alínea</b>
---------------	------------------	------------------	---------------	---------------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2.131-5

000547

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001			
Deputado	autor			
	LUIZ BITTEN COURT			
	nº do prontuário			
	3422			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

MP 2.131-5

000548

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
autor	nº do prontuário			
Deputado LUIZ FERNANDO	042			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

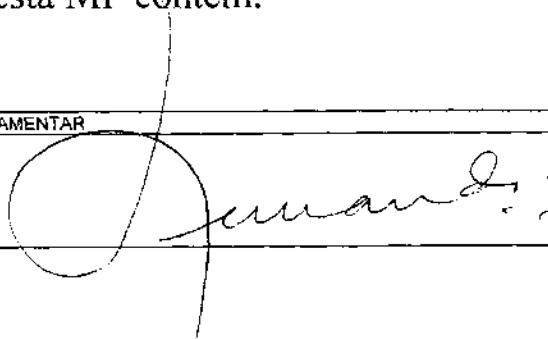
§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



**MP 2.131-5****000549****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data

**29/05/2001**

proposição

**Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001**

autor

**Deputado****LUIZ RIBEIRO**

nº do prontuário

**298**1 ☐ Supressiva2. ☐ substitutiva3. ☐ modificativa4. ☐ aditiva5. ☐ Substitutivo global**Página****Artigo 33****Parágrafo****Inciso****alinea**

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

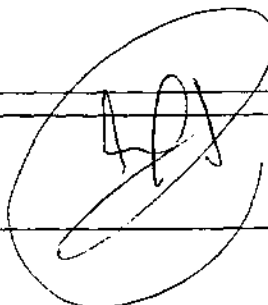
§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2.131-5

000550

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
autor	nº do prontuário
Deputado LUIZ SÉRGIO	313

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

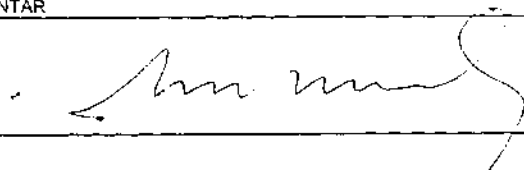
§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000551

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 29/05/2001		Proposição Medida Provisória nº 2.131-5 de 24/05/2001		
Autor DEPUTADO MARCIO BITTAR		Nº Protocolo 1999055		
1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> Substitutiva    3. <input type="checkbox"/> Modificativa    4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página 1/1	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	Alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 33 o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

" § .. Os períodos incompleto, até a data de publicação desta Lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade."

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

ASSINATURA

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

MP 2.131-5

000552

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
autor Deputado <i>MOACIR MICHELETTI</i>	nº do prontuário 462			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

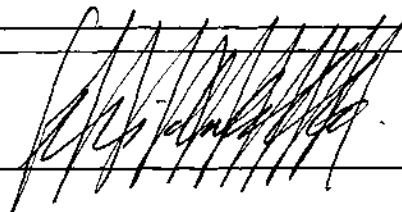
§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000553

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do p/centuário
Deputado NELSON MARQUEZELLI	381

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000554

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
autor	nº do prontuário			
Deputado Newton Lima	379			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alinea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.131-5

000555

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado <i>OSCAR SIANI</i>	463

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000556

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
autor	nº do prontuário			
Deputado OSMÂNIO PEREIRA	256			
1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000557

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição	
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001	
Deputado	autor	nº do prontuário
	<i>Osvaldo Reis</i>	065
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global		
Página	Artigo 33	Parágrafo
		Inciso
		alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO		

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Osvaldo Reis*



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000558

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado <i>Paulo Gouvêa</i>	484

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*11507*



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000559

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
autor	nº de prontuário			
Deputado PAULO LIMA	507			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000560

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001			
autor	nº do prontuário			
Deputado PEDRO CHAVES	428			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000561

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 29 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado PROFESSOR LUIZINHO	312

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000562

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
autor Deputado <i>Ricardo Berzoini</i>	nº do prontuário 390			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000563

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição	
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001	
autor		nº do prontuário
Deputado RONALDO VASCONCELLOS		263
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global		
Página	Artigo 33	Parágrafo Inciso alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO		

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000564

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado SALOMÃO CRUZ	008

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	---	--

Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000565

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>			
autor <b>Deputado SEVERINO CAVALCANTI</b>	nº do prontuário <b>160</b>			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
<b>Página</b>	<b>Artigo 33</b>	<b>Parágrafo</b>	<b>Inciso</b>	<b>alínea</b>

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000566

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001			
autor	nº do prontuário			
Deputado <i>THEMIS TOULLES SAMPAIO</i>	<i>113</i>			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000567

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001			
Deputado <sup>autor</sup> Wagner Salschano	nº do prontuário 396			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000568

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001			
autor	nº do prontuário			
Deputado <i>TELMO KIRST</i>	99515			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 33	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao art. 33, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais.

§ .... Os períodos incompletos, até a data da publicação desta lei, para fins de Licença Especial (LE) serão computados na proporção de um dez avos por ano de efetivo serviço, para efeito de contagem em dobro para a inatividade.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade possibilitar ao militar que tenha período incompleto para efeito de LE, a proporcionalidade na contagem em dobro de tempo de serviço para fins de inatividade, minorando os efeitos restritivos que o art. 33 desta MP contém.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2131-5

000569

DATA	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.131-5 (26/05/01)			
AUTOR Dr. Hélio			Nº PRONTUÁRIO 358	
TIPO 1 () SUPRESSIVA    2 () SUBSTITUTIVA    3 () MODIFICATIVA    4 () ADITIVA    5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO 34	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

## TEXTO

O artigo 34, da MP n.º 2.131-5, reedição de 26/05/2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Art. 34. Fica assegurado ao militar que, até 31 de agosto de 2001, tenha completado os requisitos para se transferir para a inatividade, o direito à percepção de remuneração correspondente ao grau hierárquico superior ou melhoria dessa remuneração.”

## JUSTIFICATIVA

Entendemos que é contra-senso da proposição emendada a fixação de “29 de dezembro de 2000” como data limite para aquisição das condições para transferência para a inatividade e como requisito para que se assegurem ao militar os direitos constantes da legislação vigente.

A legislação que regula o ingresso no serviço militar ou a matrícula nas escolas militares prevê que, via de regra, esses atos ocorrem nos meses de março ou agosto.

Nossa emenda altera essa data limite para “ 15 de agosto de 2001 “, pretendendo com isto preservar maior número de militares dos prejuízos decorrentes da fixação da data prevista na redação original.

ASSINATURA

Emenda MP



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000570

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado JAIR BOLSONARO	302

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	--	------------------------------------	--

Página	Artigo 34	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se o parágrafo único ao artigo 34, da seguinte forma:

Parágrafo único: Os militares inativos (reserva remunerada ou reformados), que percebem os proventos do posto ou graduação superior, serão promovidos a esse posto ou graduação ficando-lhes assegurados todos os direitos decorrentes de suas promoções.

## JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 4.902, de 16.12.65, acabou com o benefício da promoção do militar ao passar para a inatividade.

Estas promoções não acarretam aumento de despesa, pois os militares a serem beneficiados percebem remuneração do posto ou graduação superior, porém lhe são negadas as prerrogativas a que têm direito.

Além do mais corrige uma injustiça quando o militar, de diversos graus hierárquicos é hospitalizado, recebendo tratamento inferior ao que desconta para a assistência à saúde.

Vedada a promoção, mas assegurado os vencimentos do grau hierárquico superior, cria-se uma situação incoerente, pois o militar efetua descontos pelo vencimentos do posto ou graduação referente a sua remuneração e a contraprestação do serviço, como a assistência médico-hospitalar, odontológica e social é efetuada em função do seu posto ou graduação efetivo, com prejuízo para o beneficiário.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000571

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2. data	3. <small>proposição</small> MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.131-5/01
---------	---

4. <b>autor</b> <b>DEPUTADA LAURA CARNEIRO</b>	5. nº do prontuário 311
---	----------------------------

1. <input type="checkbox"/> supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> Modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	--	---

7. página	8. artigo	parágrafo	inciso	alínea
-----------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

9.

## EMENDA ADITIVA

Acrescenta-se o parágrafo único ao Artigo 34, da seguinte forma:

Parágrafo único: Os militares inativos (reserva remunerada ou reformados), que percebem os proventos do posto ou graduação superior, serão promovidos a esse posto ou graduação, ficando-lhes assegurados todos os direitos e prerrogativas decorrentes de suas promoções.

## JUSTIFICATIVA

A Lei nº 4.902, de 16.12.65, visando novos procedimentos com relação a passagem do militar para a inatividade, acabou com o benefício da promoção.

Estas promoções não acarretam aumento de despesa, pois, os militares a serem beneficiados percebem o soldo do posto ou graduação superior, porém lhe são negadas as prerrogativas a que tem direito. Não haverá confronto com a lei de promoções, pois, para se concretizar a promoção, segundo a lei, é necessário que o militar possua o curso que o habilita para tal e o acesso ao generalato, prerrogativa do Presidente da República (Art. 84, inciso XIII, da Constituição Federal).

Além do mais, corrige uma injustiça, principalmente quando o militar é hospitalizado, recebendo tratamento inferior ao que desconta para a assistência à saúde, geralmente de ciclo hierárquico superior.

Vedada a promoção, mas assegurado os vencimentos do grau hierárquico superior, cria-se uma situação incoerente, tal seja, o militar efetua descontos pelo vencimento do posto ou graduação referente a sua remuneração e, a contraprestação do serviço, tal como a assistência médico-hospitalar, odontológica e social é efetuada em função do seu posto ou graduação efetivo, com prejuízo para o beneficiário.

PARLAMENTAR

10

Brasília, de maio de 2001

Deputado

EMENDA N.º

MEDIDA PROVISÓRIA Nº  
2131-5/01MP 2131-5  
000572

COMISSÃO MISTA

AUTOR: *Dep. MARCOS DE JESUS*

## EMENDA ADITIVA

Acrescente-se o parágrafo único ao Artigo 34, da seguinte forma:

Parágrafo único: Os militares inativos (reserva remunerada ou reformados), que percebem os proventos do posto ou graduação superior, serão promovidos a esse posto ou graduação, ficando-lhes assegurados todos os direitos decorrentes de suas promoções.

## JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 4.902, de 16.12.65, visando novos procedimentos com relação a passagem do militar para a inatividade, acabou com o benefício da promoção.

Estas promoções não acarretam aumento de despesa, pois, os militares a serem beneficiados percebem o soldo do posto ou graduação superior, porém lhe são negadas as prerrogativas a que tem direito. Não haverá confronto com a lei de promoções, pois, para se concretizar a promoção, segundo a lei, é necessário que o militar possua o curso que o habilite para tal e o acesso ao generalato, prerrogativa do Presidente da República (Art. 84, inciso XIII, da Constituição Federal).

Além do mais, corrige uma injustiça, principalmente quando o militar é hospitalizado, recebendo tratamento inferior ao que desconta para a assistência à saúde, geralmente de ciclo hierárquico superior.

Vedada a promoção, mas assegurado os vencimentos do grau hierárquico superior, cria-se uma situação incoerente, tal seja, o militar efetua descontos pelo vencimento do posto ou graduação referente a sua remuneração e, a contraprestação do serviço, tal como a assistência médico-hospitalar, odontológica e social é efetuada em função do seu posto ou graduação efetivo, com prejuízo para o beneficiário.

\_\_\_\_\_  
DATA\_\_\_\_\_  
ASSINATURA PARLAMENTAR

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2131-5

000573

2 DATA 29/05/2001	3 PROPO. Medida Provisória Nº 2.131-5, de Maio/2001			
4 AUTOR Dep. Welinton Fagundes	5 Nº PRONTUÁRIO 1831			
6 TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA GLOBAL				
7 PÁGINA -	8 ARTIGO 34	PARÁGRAFO Único	INCISO -	ALÍNEA -

O TEXTO DEVE SER DATILOGRAFADO E APRESENTADO EM 4 VIAS

## EMENDA ADITIVA

forma: Acrescente-se o parágrafo único ao artigo 34, da seguinte

Parágrafo único: Os militares inativos ( reserva remunerada ou reformados ), que percebem os proventos do posto ou graduação superior, serão promovidos a esse posto ou graduação, ficando-lhes assegurados todos os direitos decorrentes de suas promoções.

## JUSTIFICATIVA

A lei nº 4.902, de 16-12-65, mirando novos procedimentos com relação a passagem do militar para a inatividade, acabou com o benefício da promoção.

Estas promoções não acarretam aumento de despesas, pois os militares a serem beneficiados percebem o soldo do posto ou graduação superior, porém lhe são negadas as prerrogativas a que tem direito.

O objetivo maior é corrigir uma injustiça, principalmente quando o militar é hospitalizado, recebendo tratamento inferior ao que lhe é de direito em relação ao desconto para a assistência à saúde, geralmente do ciclo hierárquico superior.

ASSINATURA

MP 2131-5

000574

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

29/05/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado

autor

Ailton Cascaes

nº do prontuário

002

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 35

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
....."

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

## JUSTIFICAÇÃO

A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



**MP 2131-5****000575****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
Deputado <b>ALBERTO FRAGA</b>	nº do prontuário <b>545</b>

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	alinea
--------	-----------	-----------	--------	--------

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
.....

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

**JUSTIFICAÇÃO**

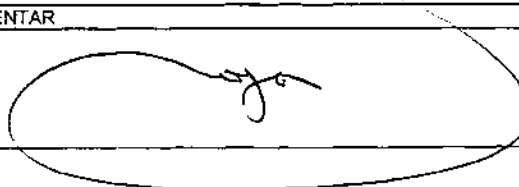
A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

**PARLAMENTAR**

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2131-5

000576

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
autor Deputado <b>ALMERINDA DE CARVALHO</b>	nº do precatório <b>286</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 35 Parágrafo Inciso alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
....."

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

**JUSTIFICAÇÃO**

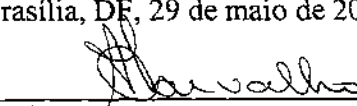
A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

  
Deputada **ALMERINDA DE CARVALHO**

Mesa dos Deputados

Sala 11 - Gabinete 936

5.155-900 BRASILIA - DF

MP 2131-5

000577

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
Deputado Aribal Gomes	nº do prontuário 087			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

## JUSTIFICAÇÃO

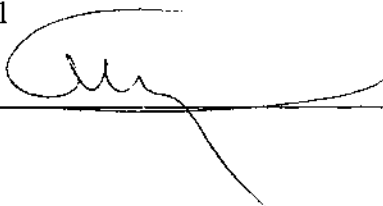
A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2131-5

000578

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

29/05/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado

autor  
ARNON BEZERRAnº do precatório  
0901 ☐ Supressiva2. ☐ substitutiva3. ☐ modificativa4. ☐ aditiva5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 35

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
....."

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

## JUSTIFICAÇÃO

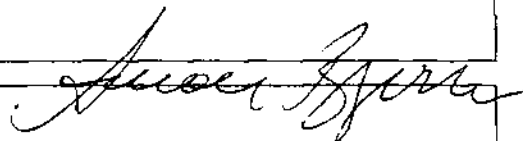
A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2131-5

000579

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
Deputado autor Aldemir Bentes	nº do prontuário 595			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
....."

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

## JUSTIFICAÇÃO

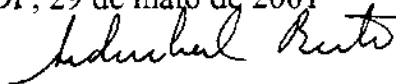
A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



**MP 2131-5**  
**000580****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
---------------------------	--

autor <b>Deputado AUGUSTO FARIAS</b>	nº do prontuário <b>165</b>
---	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
.....

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

**JUSTIFICAÇÃO**

A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

  
DEPUTADO AUGUSTO FARIAS

MP 2131-5

000581

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
autor Deputado CARLOS SANTANA	nº do precatório 290			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	alinea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

## JUSTIFICAÇÃO

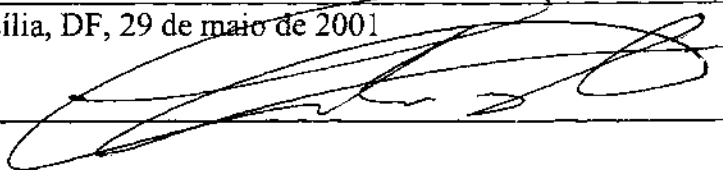
A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2131-5

000582

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

autor Deputado <i>CUNHA BUENO</i>	nº do prontuário 346
--------------------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	alinea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
.....

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

## JUSTIFICAÇÃO

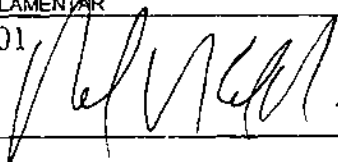
A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2131-5

000583

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
Deputado autor DE VELASCO	nº do prontuário 382

<input type="checkbox"/> 1 Supressiva	<input type="checkbox"/> 2 substitutiva	<input type="checkbox"/> 3 modificativa	<input type="checkbox"/> 4 aditiva	<input type="checkbox"/> 5 Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
....."

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

## JUSTIFICAÇÃO

A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

MP 2131-5  
000584

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
Deputado <i>M. Helio</i> autor	nº do prontuário 358
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 35 Parágrafo Inciso alinea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
....."

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

## JUSTIFICAÇÃO

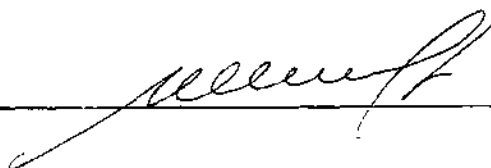
A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2131-5

000585

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

29/05/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-5, de maio de 2001

autor

Deputado *EdUARDO Campos*

nº do prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 35

Parágrafo

Inciso

alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
....."

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

## JUSTIFICAÇÃO

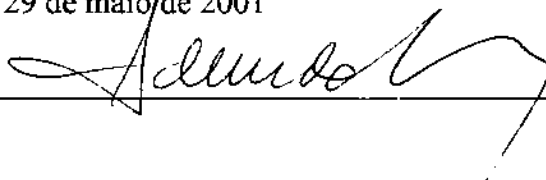
A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2131-5

000586

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
autor Deputado ENI VOLTOLINI	nº do prontuário 477			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
.....

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

## JUSTIFICAÇÃO

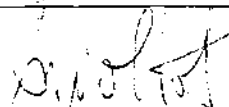
A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2131-5

000587

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>
Deputado autor <i>INAC DO RIO GUA</i>	nº do prontuário <i>135</i>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 35 Parágrafo Inciso alinea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
....."

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

## JUSTIFICAÇÃO

A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Marcelo Pereira*

MP 2131-5

000588

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

29/05/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado

autor

IVANILIO GUERLA

nº do prontuário

527

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 35

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

## JUSTIFICAÇÃO

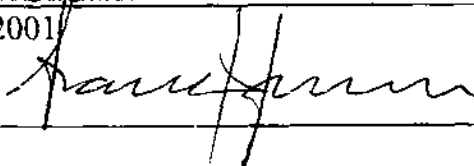
A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2131-5

000589

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001			
Deputado	autor	nº do prontuário		
JOSÉ MAGALHÃES		239		
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	alinea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
....."

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

## JUSTIFICAÇÃO

A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

**MP 2131-5****000590****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
autor <b>Deputado JOAO MAGNO</b>	nº do prontuário <b>534</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 35    Parágrafo    Inciso    alínea

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
....."

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

**JUSTIFICAÇÃO**

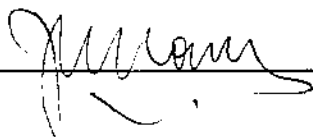
A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

**PARLAMENTAR**

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2131-5

000591

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
Deputado	autor
	<i>Deputado Carlos Coutinho</i>
nº do prontuário	
	<i>106</i>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 35
	Parágrafo
	Inciso
	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
....."

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

## JUSTIFICAÇÃO

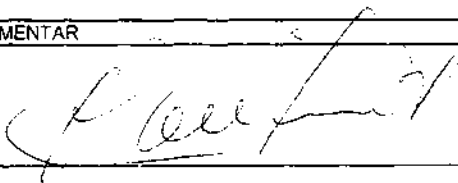
A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2131-5

000592

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
Deputado <sup>autor</sup> José Janene	nº do prontuário 452			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	alínea

## TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
....."

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

## JUSTIFICAÇÃO

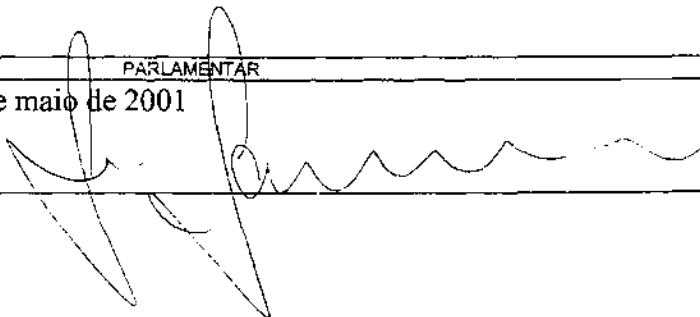
A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2131-5

000593

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
autor <b>Deputado Luis Carlos Heinze</b>	nº do prontuário 99/500
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 35    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
.....

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

**JUSTIFICAÇÃO**

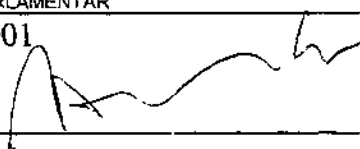
A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000594

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
autor Deputado LUIZ FERNANDO	nº do prontuário 042			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	alinea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
.....

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

## JUSTIFICAÇÃO

A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000595

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

29/05/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado

autor

LUIZ RIBEIRO

nº do prontuário

298

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 35

Parágrafo

Inciso

alínea

## TEXTO/ JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
....."

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

## JUSTIFICAÇÃO

A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000596

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 29/05/2001	Proposição Medida Provisória nº 2.131-5 de 24/05/2001			
Autor DEPUTADO MARCIO BITTAR	Nº Prontuário 1999055			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> Substitutiva    3. <input type="checkbox"/> Modificativa    4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página 1/1	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	Alinea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art.35.....

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

## JUSTIFICAÇÃO

A contribuição por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000, com a nova LRM, este mesmo, agora trabalhador civil, terá que pagar R\$184,46. No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04, terá que desembolsar R\$ 243,00. É obvio disparate.

A tendencia é de que estes civis, em quase sua totalidade, desistam de contribuir com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

ASSINATURA



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000597

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001			
Deputado	autor			
MIRIAM REID	99318			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input checked="" type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

## JUSTIFICAÇÃO

A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000598

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
autor Deputado MOACIR MICHELETTI	nº do precatório 462			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	alinea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
....."

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

## JUSTIFICAÇÃO

A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000599

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
Deputado <sup>autor</sup> NELSON MARQUEZELLI	nº do prontuário 381

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
....."

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

## JUSTIFICAÇÃO

A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000600

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado	autor <i>Newton Lima</i>	nº do prontuário 379
----------	-----------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
....."

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

## JUSTIFICAÇÃO

A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000601

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
autor Deputado OSMANIO PEREIRA	nº do prontuário 256
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 35    Parágrafo    Inciso    alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
....."

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

## JUSTIFICAÇÃO

A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5  
000602

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	<i>Samuel Sampaio</i>	463

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
....."

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

## JUSTIFICAÇÃO

A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*G.O. Sampaio*  
*[assinatura]*



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000603

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
Deputado autor OSVALDO RIBEIRO	nº do prontuário 065
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 35 Parágrafo Inciso alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
....."

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

## JUSTIFICAÇÃO

A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000604

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
Deputado <i>Paulo Góes</i> <small>autor</small>	nº do prontuário 484
1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutiva global	

Página	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
....."

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

## JUSTIFICAÇÃO

A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

— PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*J. Góes*



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5  
000605

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor PAULO LIMA	nº do prontuário 507
----------	---------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
.....

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

## JUSTIFICAÇÃO

A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000606

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
autor Deputado PAULO OCTAVIO	nº do prontuário 410			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	alinea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
.....

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

## JUSTIFICAÇÃO

A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000607

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	propo..... <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>
--------------------	---

autor Deputado <b>PEDRO CHAVES</b>	nº do prontuário <b>428</b>
---------------------------------------	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
.....

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

## JUSTIFICAÇÃO

A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*foi assinado*



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000608

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
autor Deputado PROFESSOR ROIZINHO	nº do prontuário 912
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 35 Parágrafo Inciso alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

## JUSTIFICAÇÃO

A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000609

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado <i>Ricardo Berzini</i>	390

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
....."

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

## JUSTIFICAÇÃO

A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000610

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

29/05/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado

autor  
RONALDO VASCONCELLOS

nº do prontuário

263

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 35

Parágrafo

Inciso

alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
....."

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

## JUSTIFICAÇÃO

A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000611

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001			
Deputado autor SALOMÃO CANT	nº do prontuário 008			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input checked="" type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	alinea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
....."

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

## JUSTIFICAÇÃO

A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000612

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

29/05/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor

Deputado SEVERINO CAVALCANTI

nº do prontuário

160

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 35

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
....."

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

## JUSTIFICAÇÃO

A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000613

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>			
Deputado autor <i>TELMO KIRST</i>	nº do prontuário <i>99513</i>			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....  
....."

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

## JUSTIFICAÇÃO

A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5  
000614

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
autor Deputado THIEMIS TOLEZ Sampaio	nº do precatório 143
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 35 Parágrafo Inciso alínea

## TEXTO/ JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

## JUSTIFICAÇÃO

A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000615

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor	nº do promotor
Wagner Salschiano		396

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao Art. 35 da Medida Provisória em epígrafe o seguinte parágrafo único.

"Art. 35. ....

Parágrafo único. A contribuição a que se refere o caput deste artigo será majorada proporcionalmente ao reajuste médio que teve o seu respectivo posto ou graduação na ativa.

**JUSTIFICAÇÃO**

A contribuição, por exemplo, para a graduação de 3º sargento era de R\$ 26,14 em dezembro de 2000. Com a nova LRM, este mesmo agora trabalhador civil, terá que pagar R\$ 184,46.

No caso de um 2º tenente, que pagava R\$ 44,04 terá que desembolsar R\$ 243,00.

Há de se convir que estes civis, em quase sua totalidade, desistirão de continuar contribuindo com a pensão militar, perdendo anos ou décadas de pagamentos.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000616

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

29/05/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado

autor

AIRTON CASCAVEL

nº do prontuário

002

1 ☐ Supressiva 2 ☐ substitutiva 3 ☐ modificativa 4 ☐ aditiva 5 ☐ Substitutivo global

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifica-se a tabela I do anexo I.

## 5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

## JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEX, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000617

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
Deputado ALBERTO FRAGA	nº do prontuário 545

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

## TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Modifica-se a tabela I do anexo I.

## 5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

## JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEX, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000618

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

Deputado <i>Anibal Gomes</i>	nº do prontuário 087
------------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifica-se a tabela I do anexo I.

## 5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

## JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEX, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000619

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>			
autor Deputado <b>ARNON BEZERRA</b>	nº do prontuário 090			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifica-se a tabela I do anexo I.

## 5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

## JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEEx, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000620

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
Deputado <i>Ordeubal Bentes</i>	nº do precatório 595
<input type="checkbox"/> 1 Supressiva <input type="checkbox"/> 2 substitutiva <input type="checkbox"/> 3 modificativa <input type="checkbox"/> 4 aditiva <input type="checkbox"/> 5 Substitutivo global	
Página	Artigo    Parágrafo    Inciso    alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifica-se a tabela I do anexo I.

## 5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

## JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEEx, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Ordeubal Bentes*



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2131-5****000621****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
autor <b>Deputado AUGUSTO FARIAS</b>	nº do prontuário <b>165</b>

1 ☐ Supressiva    2 ☐ substitutiva    3 ☐ modificativa    4 ☐ aditiva    5 ☐ Substitutivo global

<b>Página</b>	<b>Artigo</b>	<b>Parágrafo</b>	<b>Inciso</b>	<b>alínea</b>
---------------	---------------	------------------	---------------	---------------

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Modifica-se a tabela I do anexo I.

**5. PRAÇAS ESPECIAIS**

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

**JUSTIFICAÇÃO**

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEEx, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

DEPUTADO AUGUSTO FARIAS



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000622

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
CARLOS SANTANA		290

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifica-se a tabela I do anexo I.

## 5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

## JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEx, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000623

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	CUNHA BUENO	346

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifica-se a tabela I do anexo I.

## 5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

## JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEEx, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000624

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição	
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de maio de 2001	
Deputado	autor	nº do prontuário
	DE VELASCO	382
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global		
Página	Artigo	Parágrafo
Inciso		
alínea		

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifica-se a tabela I do anexo I.

## 5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

## JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEEx, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000625

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado <i>Dr. Helio</i> autor	nº do prontuário 358
---------------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifica-se a tabela I do anexo I.

## 5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

## JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEx, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000626

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>
autor Deputado <i>Eduardo Campos</i>	nº do prontuário
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifica-se a tabela I do anexo I.

## 5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

## JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEX, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000627

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>	
Deputado	autor <i>Luiz Carlos</i>	nº do prontuário 135
1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global		
Página	Artigo	Parágrafo    Inciso    alinea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifica-se a tabela I do anexo I.

## 5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

## JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEX, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000628

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>			
Deputado <b>IVANILIO GUERRA</b>	nº do precatório <b>527</b>			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifica-se a tabela I do anexo I.

## 5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

## JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEX, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000629

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
JOSÉ	MAGALHÃES	239

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifica-se a tabela I do anexo I.

## 5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

## JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEX, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2131-5****000630**

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

29/05/2001

proposição

**Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001**

Deputado

autor

**JOÃO MAGNO**

nº do prontuário

**534**1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifica-se a tabela I do anexo I.

**5. PRAÇAS ESPECIAIS**

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

**JUSTIFICAÇÃO**

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEX, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000631

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de maio de 2001</b>
Deputado <i>Jose Carlos Cavalcanti</i>	nº do prontuário 306

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alinea
--------	--------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifica-se a tabela I do anexo I.

## 5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

## JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEx, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000632

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>			
Deputado <i>José Sarney</i>	nº do prontuário 452			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifica-se a tabela I do anexo I.

## 5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

## JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEX, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000633

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
autor <b>Deputado LUCIANO CASTRO</b>	nº do prontuário <b>004</b>

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifica-se a tabela I do anexo I.

## 5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

## JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEx, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000634

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
autor <b>Deputado Luis Carlos Heinze</b>	nº do prontuário 99/500

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifica-se a tabela I do anexo I.

## 5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

## JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEx, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

MP 2131-5

000635

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001			
Deputado MIR BITTENCOURT	nº do prontuário 422			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifica-se a tabela I do anexo I.

## 5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

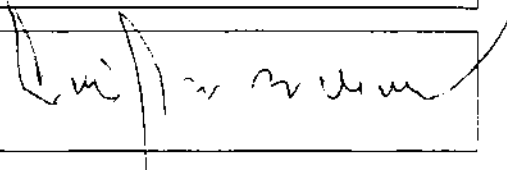
## JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEX, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2131-5

000636

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>			
autor <b>Deputado LUIZ FERNANDO</b>	nº do promotor 042			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifica-se a tabela I do anexo I.

## 5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

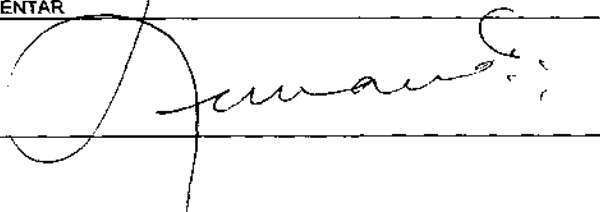
## JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEEx, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



**MP 2131-5****000637****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

<b>data</b> 29/05/2001	<b>proposição</b> <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
<b>Deputado</b> <b>LUIZ RIBEIRO</b>	<b>nº do prontuário</b> <b>298</b>
1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
<b>Página</b>	<b>Artigo</b> <b>Parágrafo</b> <b>Inciso</b> <b>alínea</b>
<b>TEXTO / JUSTIFICAÇÃO</b>	

Modifica-se a tabela I do anexo I.

**5. PRAÇAS ESPECIAIS**

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

**JUSTIFICAÇÃO**

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEX, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

**MP 2131-5****000637****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

<b>data</b> 29/05/2001	<b>proposição</b> <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
<b>Deputado</b> <b>LUIZ RIBEIRO</b>	<b>nº do prontuário</b> <b>298</b>
1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
<b>Página</b>	<b>Artigo</b> <b>Parágrafo</b> <b>Inciso</b> <b>alínea</b>
<b>TEXTO / JUSTIFICAÇÃO</b>	

Modifica-se a tabela I do anexo I.

**5. PRAÇAS ESPECIAIS**

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

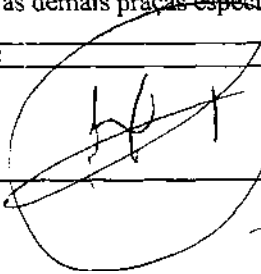
**JUSTIFICAÇÃO**

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEX, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



**MP 2131-5****000638****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

<b>data</b> 29/05/2001	<b>proposição</b> <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>
<b>autor</b> <b>Deputado LUIZ SÉRGIO</b>	<b>nº do prontuário</b> 313

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	--	------------------------------------	--

<b>Página</b>	<b>Artigo</b>	<b>Parágrafo</b>	<b>Inciso</b>	<b>alínea</b>
<b>TEXTO / JUSTIFICAÇÃO</b>				

Modifica-se a tabela I do anexo I.

**5. PRAÇAS ESPECIAIS**

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

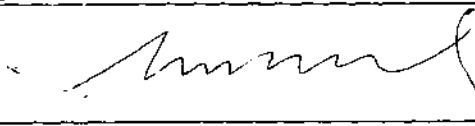
**JUSTIFICAÇÃO**

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEx, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2131-5  
000639

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

<b>Data</b> 29/05/2001	<b>Proposição</b> Medida Provisória nº 2.131-5 de 24/05/2001			
<b>Autor</b> DEPUTADO MARCIO BITTAR	<b>Nº Prontuário</b> 1999055			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> Substitutiva    3. <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa    4. <input type="checkbox"/> Aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
<b>Página</b> 1/1	<b>Artigo</b>	<b>Parágrafo</b>	<b>Inciso</b>	<b>Alinea</b>

**TEXTO/JUSTIFICAÇÃO**

Modifique-se a TABELA I do ANEXO I, da MP que passará a vigor nos seguintes termos:

**5. PRAÇAS ESPECIAIS**

Aspirante, Cadete (último ano) e aluno do Instituto Militar de Engenharia - de R\$ 405,00 para R\$ 1.140,00.

Aspirante e Cadete (demais anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais de Aeronautica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de R\$ 330,00 para R\$ 1.140,00.

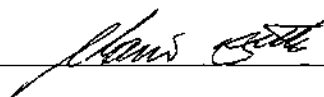
Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola preparatória de Cadetes (último ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de R\$ 300,00 para R\$ 795,00.

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (demais anos) e Grumete - de R\$ 294,00 para R\$ 795,00.

**JUSTIFICAÇÃO**

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para os praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, Ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEEx, EsFSgts etc., com precedência sobre cabos, perceberem soldo inferior ao soldado.

Busca-se, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais.

**ASSINATURA**

MP 2131-5

000640

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>			
Deputado autor <i>MOACIR MICHELETTI</i>	nº do promtário 462			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alinea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifica-se a tabela I do anexo I.

## 5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

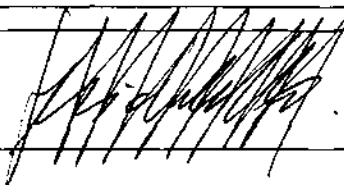
## JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEX, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2131-5

000641

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
Deputado <i>NELSON MARQUEZ</i> <sup>autor</sup> 25221	nº do prontuário 381

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifica-se a tabela I do anexo I.

## 5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

## JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEX, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

**MP 2131-5****000642****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data

29/05/2001

proposição

**Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001**

Deputado

autor

*Newton Lima*

nº do prontuário

*379*1 ☐ Supressiva2. ☐ substitutiva3. ☐ modificativa4. ☐ aditiva5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifica-se a tabela I do anexo I.

**5. PRAÇAS ESPECIAIS**

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

**JUSTIFICAÇÃO**

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEX, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

MP 2131-5

000643

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado OSMANIO PEREIRA	256

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifica-se a tabela I do anexo I.

## 5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

## JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEx, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

MP 2131-5

000644

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
Deputado	nº do prontuário
Deputado <i>OSMAR SERRAVALLO</i>	463

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alinea
--------	--------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifica-se a tabela I do anexo I.

## 5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

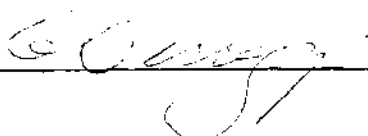
## JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEX, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2131-5

000645

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
Deputado	autor OSVALDO PERES
nº do prontuário 065	
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo
Parágrafo	
Inciso	
alínea	

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifica-se a tabela I do anexo I.

## 5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

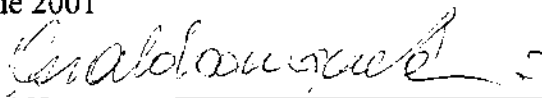
## JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEX, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2131-5

000646

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001			
autor Deputado Paulo Góes	nº do prontuário 484			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO/JUSTIFICAÇÃO				

Modifica-se a tabela I do anexo I.

## 5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

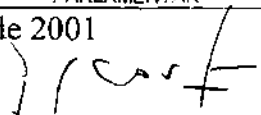
## JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEx, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2131-5

000647

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
--------------------	---

Deputado	autor PAULO LIMA	nº do prontuário 504
----------	---------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifica-se a tabela I do anexo I.

## 5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

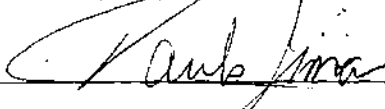
## JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEEx, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2131-5

000648

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001			
Deputado	autor	nº do prontuário		
PEDRO CHAVES		428		
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifica-se a tabela I do anexo I.

## 5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

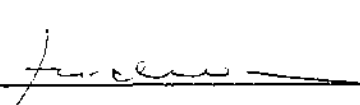
## JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEX, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2131-5

000649

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

29/05/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado

autor

PROFESSOR LUIZINHO

nº de prontuário

312

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifica-se a tabela I do anexo I.

## 5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

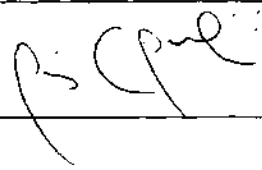
## JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEX, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



**MP 2131-5****000650****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data	proposição
29/05/2001	<b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
Deputado <i>Ricardo Berzoini</i> autor	nº do prontuário <b>390</b>

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Modifica-se a tabela I do anexo I.

**5. PRAÇAS ESPECIAIS**

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00


**JUSTIFICAÇÃO**

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEX, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

**PARLAMENTAR**

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2131-5

000651

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
autor	nº do prontuário
Deputado RONALDO VASCONCELOS	263

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifica-se a tabela I do anexo I.

## 5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

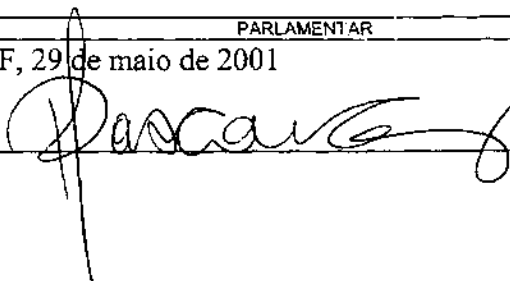
## JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEX, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2131-5

000652

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
Deputado SALOMÃO CRUZ	nº do prontuário 008

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alinea
--------	--------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifica-se a tabela I do anexo I.

## 5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

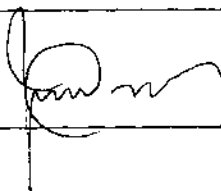
## JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEX, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

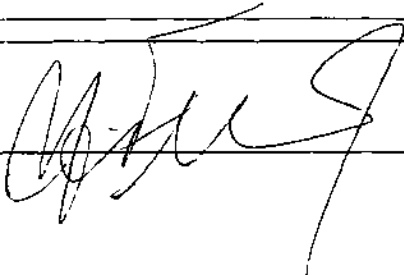


MP 2131-5

000653

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>			
autor <b>Deputado SEVERINO CAVALCANTI</b>	nº do prontuário <b>160</b>			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
Modifica-se a tabela I do anexo I.				
<b>5. PRAÇAS ESPECIAIS</b>				
Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00				
Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00				
Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00				
Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00				
<b>JUSTIFICAÇÃO</b>				
Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEEx, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.				
Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais				
PARLAMENTAR				
Brasília, DF, 29 de maio de 2001				



MP 2131-5

000654

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
Deputado	autor Wagner Salustiano
	nº do prontuário 396

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifica-se a tabela I do anexo I.

## 5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

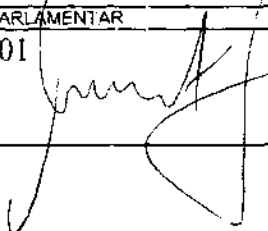
## JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEx, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



**MP 2131-5****000655****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

<b>data</b> 29/05/2001	<b>proposição</b> <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de</b> <b>de maio de 2001</b>
---------------------------	---

<b>Deputado</b> <i>TELMO KIRSZ</i>	<b>nº do prontuário</b> <i>99515</i>
------------------------------------	---

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

<b>Página</b>	<b>Artigo</b>	<b>Parágrafo</b>	<b>Inciso</b>	<b>alínea</b>
---------------	---------------	------------------	---------------	---------------

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Modifica-se a tabela I do anexo I.

**5. PRAÇAS ESPECIAIS**

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

**JUSTIFICAÇÃO**

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEX, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000656

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001			
Deputado	autor			
THOMAS COLLES JAMARO	nº do prontuário			
113				
1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Modifica-se a tabela I do anexo I.

## 5. PRAÇAS ESPECIAIS

Aspirante, Cadete (Último Ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia - de 405,00 para 1.140,00

Aspirante e Cadete (demais Anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva - de 330,00 para 1.140,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória De Cadetes (Último Ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargento - de 300,00 para 795,00

Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (Demais Anos) e Grumete - 294,00 para 795,00

## JUSTIFICAÇÃO

Existe um enorme equívoco nos soldos propostos para as praças especiais. Não pode um cadete, com precedência sobre um suboficial, ter soldo inferior a um soldado engajado. Assim como os alunos dos Colégios Naval, EsPCEX, EsFSgts, etc, com precedência sobre cabos, percebem soldo inferior ao de soldado.

Buscamos, desta forma, diminuir o fosso salarial bem como não aprofundar a inversão hierárquica salarial ora existente. O soldo de 3º sargento para as praças especiais das academias militares e soldo de cabo para as demais praças especiais

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2131-5

000657

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

Data: 29.05.01		Proposição: MP 2131-5/2001		
Autor: Deputado ALCEU COLLARES			Prontuário nº: 487	
1. Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa X	4. Aditiva	5. Substitutiva Global
6. Redação	Artigo: 3º	Parágrafo:	Inciso/Alínea II	Página: 1

## ANEXO II

## TABELA II – ADICIONAL MILITAR (A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2002)

CIRCULOS	QUANTITATIVO	FUNDAMENTO
	PERCENTUAL SOBRE O SOLDADO	
Oficial General	28	Arts. 1º e 3º
Oficial Superior	28	
Oficial Intermediário	28	
Oficial Subalterno, Guarda-Marinha e Aspirante a Oficial	28	
Suboficial, Subtenente e Sargento	28	
Demais Praças Especiais e Praças de graduação inferior a Terceiro Sargento, exceto as que estejam prestando Serviço Militar Inicial	28	

**JUSTIFICATIVA**

Os maiores índices de correção do adicional militar incidem sobre as maiores remunerações de maneira a discriminar, duplamente, as patentes mais baixas e, por conseguinte, de menor valor.

A alteração prevista nesta emenda visa uma correção linear para quaisquer das patentes de maneira a conferir atualização igualitária, independentemente, da graduação do militar.

Pelo exposto, peço o apoio dos nobres pares.



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000658

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
autor Deputado <i>AIRTON CASCAVEL</i>	nº do prontuário <i>002</i>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	

Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



MP 2131-5

000659

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 29.05.01		Proposição: MP 2131-5/2001		
Autor: Deputado ALCEU COLLARES			Prontuário nº: 487	
1. Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa X	4. Aditiva	5. Substitutiva Global
6. Redação	Artigo:	Parágrafo:	Inciso/Alinea	Página: 1

ANEXO IV  
TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia de soldo, não inferior ao soldo do cabo engajado.	Art. 2º e art. 3º, inciso XV.
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não inferior ao soldo do cabo engajado.	Art. 2º e art. 3º, inciso XV.

## JUSTIFICATIVA

O auxílio invalidez tem seu valor calculado sobre o soldo do militar, sendo assim, só teve real majoração para as patentes mais altas pela redação da Medida Provisória.

Outrossim, o piso que era o soldo do cabo engajado foi abolido, trazendo dupla discriminação para os militares de menor graduação.

A emenda apresentada visa assegurar, ao menos, um valor mínimo para o benefício, tendo em vista que o mesmo deve ter caráter pessoal dada a sua destinação para compra de medicamentos e tratamento médico.

Pelo exposto, peço o apoio dos nobres pares na aprovação da mesma.

MP2131-2001e7



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000660

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor ALBERTO FRAGA	nº de prontuário 545
----------	------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000661

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor ALMERINDA DE CARVALHO	nº do prontuário 286
----------	--------------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*Almerinda de Carvalho*  
Deputada ALMERINDA DE CARVALHO

Para os Deputados  
Anexo IV - Gabinete 936  
30.60-900 BRASÍLIA - DF



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000662

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor <i>Amibal Gomes</i>	nº do prontuário <i>087</i>
----------	------------------------------	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

	SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a	O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b	O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000663

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	ARNON BEZERRA	090

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

	SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a	O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b	O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000664

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
Deputado <i>André Bentes</i>	nº do prontuário 595

1 ☐ Supressiva 2 ☐ substitutiva 3 ☐ modificativa 4 ☐ aditiva 5 ☐ Substitutivo global

Página Artigo 3º Parágrafo Inciso alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

*André Bentes*



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000665

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
Deputado <i>AUGUSTO FARIAS</i>	nº do prontuário 165

1 ☐ Supressiva    2 ☐ substitutiva    3 ☐ modificativa    4 ☐ aditiva    5 ☐ Substitutivo global

Página    Artigo 3º    Parágrafo    Inciso    alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada - militar ou não - ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001

DEPUTADO AUGUSTO FARIAS



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000666

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

29/05/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado

autor

CARLOS SANTANA

nº do proponente

290

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 3º

Parágrafo

Inciso

alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000667

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

Deputado <i>PUNHA BUENO</i>	autor	nº do prontuário 346
-----------------------------	-------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000668

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
Deputado autor DE VELASCO	nº do prontuário 382

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página Artigo 3º Parágrafo Inciso alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

	SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a	O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b	O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000669

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
Deputado <i>Dr. Ruy</i> autor	nº do prontuário 358
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	

Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

	SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a	O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b	O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000670

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
autor	nº do prontuário
Deputado <i>Eduardo Campos</i>	
<input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	

Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea
-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000671

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	INAC 80 Lei 810	135

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000672

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
--------------------	--

Deputado	autor <b>IVANILDO GUERREIRA</b>	nº do prontuário <b>527</b>
----------	------------------------------------	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V - AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000673

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
--------------------	--

Deputado	autor JOSÉ WAGNER LACERDA	nº do prontuário 239
----------	------------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000674

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
JOÃO MAGNO		534

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000675

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição	
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001	
Deputado	autor	nº do prontuário
	José Carlos Coutinho	36
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global		
Página	Artigo 3º	Parágrafo
		Inciso
		alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000676

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 27 de maio de 2001</b>
--------------------	--

autor Deputado José Janene	nº de prontuário 452
-------------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alinea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000677

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado Luís Carlos Heinze	99/500

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000678

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
Luiz Brito	BRITO	422

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000679

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001
autor Deputado LUIZ FERNANDO	nº do prontuário 042
1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 3º    Parágrafo    Inciso    alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2131-5****000680****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
autor <b>Deputado LUIZ RIBEIRO</b>	nº do prontuário <b>298</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 3º    Parágrafo    Inciso    alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

**TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ**

	SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a	O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b	O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

**JUSTIFICAÇÃO**

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000681

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor LUIZ SÉRGIO	nº de prontuário 313
----------	----------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000682

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
Deputado	autor
MIRIAM REID	79318
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 3º    Parágrafo    Inciso    alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000683

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado <i>MARCIL MICHELETO</i>	462

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

	SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a	O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b	O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000684

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
NELSON MARQUEZELLI		381

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

	SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a	O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b	O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000685

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição												
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001												
autor	nº do prontuário												
Deputado <i>Newton Lima</i>	379												
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global													
Página	Artigo 3º    Parágrafo    Inciso    alínea												
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO													
A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:  <b>TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ</b>													
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>SITUAÇÃO</th> <th>VALOR REPRESENTATIVO</th> <th>FUNDAMENTO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>a</td> <td>O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.</td> <td>Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.</td> <td>Art. 2º e Art. 3º, inciso XV</td> </tr> <tr> <td>b</td> <td>O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.</td> <td>Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>			SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO	a	O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV	b	O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	
	SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO										
a	O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV										
b	O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.											
JUSTIFICAÇÃO													
<p>O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.</p> <p>A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.</p> <p>A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.</p>													
PARLAMENTAR													
Brasília, DF, 29 de maio de 2001													



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000686

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>
Deputado OSVALDO REIS	nº do prontuário 065
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	

Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

	SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a	O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b	O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000687

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prentuário
Deputado OSMÂNIO PEREIRA	256

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001.



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000688

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de maio de 2001</b>
Deputado <i>Amorim Soares</i>	nº do prontuário 463
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 3º    Parágrafo    Inciso    alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

	SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a	O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b	O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000689

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado <i>Paulo Góes</i>	nº do prontuário 484
----------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000690

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001</b>
Deputado autor PAULO LIMA	nº do prontuário 507
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 3º    Parágrafo    Inciso    alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V - AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada - militar ou não - ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000691

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

29/05/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado

autor

PEDRO CHAVES

nº do prontuário

428

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 3º

Parágrafo

Inciso

alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO		VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a	O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b	O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000692

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

29/05/2001

proposição

Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado

autor

PROFESSOR LUÍZINHO

nº do prontuário

312

1 ☐ Supressiva 2 ☐ substitutiva 3 ☐ modificativa 4 ☐ aditiva 5 ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 3º

Parágrafo

Inciso

alínea

## TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000693

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

Deputado	autor	nº do acatamento
Ricardo Berzini		340

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

## PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000694

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição	
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001	
autor		nº do prontuário
Deputado RONALDO VASCONCELOS		263
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global		
Página	Artigo 3º	Parágrafo Inciso alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000695

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição	
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001	
Deputado	autor -	nº do prontuário
	SALOMÃO CAVALCANTE	008
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global		
Página	Artigo 3º	Parágrafo
		Inciso
		alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000696

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de 24 de maio de 2001

autor	nº do prontuário
Deputado SEVERINO CAVALCANTI	160

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000697

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
29/05/2001	Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001

Deputado	autor	nº do prontuário
	TELMO KIRST	99515

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

	SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a	O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b	O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

**MP 2131-5**  
**000698**

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data <b>29/05/2001</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001</b>
autor Deputado <b>THEMISTOCLES SAMPEIO</b>	nº do prontuário <b>113</b>
<input type="checkbox"/> 1 Supressiva <input type="checkbox"/> 2 substitutiva <input type="checkbox"/> 3 modificativa <input type="checkbox"/> 4 aditiva <input type="checkbox"/> 5 Substitutivo global	
Página	Artigo 3º    Parágrafo    Inciso    alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V - AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada -- militar ou não -- ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2131-5

000699

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/2001	proposição Medida Provisória nº 2.131-5, de de maio de 2001
Deputado <i>Wagner Sales Lima</i>	nº de proponente 396
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 3º    Parágrafo    Inciso    alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A tabela V da Medida Provisória em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

## TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatadas por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	Art. 2º e Art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia do soldo, não podendo ser inferior ao valor do soldo de cabo engajado.	

## JUSTIFICAÇÃO

O auxílio invalidez tem por escopo minorar o sacrifício dos militares que se encontram na situação de incapazes fisicamente, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização.

A lei anterior previa a limitação mínima deste auxílio ao valor do soldo de cabo engajado.

A presente emenda visa a assegurar este valor mínimo a este segmento de militares que se encontra em situação que ninguém gostaria de estar.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 29 de maio de 2001



**PODER LEGISLATIVO  
SENADO FEDERAL**

## **ATOS DO DIRETOR-GERAL**

### **ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1046, DE 2001**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 007970/01-3

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SANDOVAL ALVES DE CARVALHO JÚNIOR** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Valmir Amaral.

Senado Federal, em 4 de junho de 2001.

Assinatura manuscrita de Agaciel da Silva Maia, em tinta preta, sobre uma linha horizontal.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**Diretor-Geral**



**PODER LEGISLATIVO  
SENADO FEDERAL**

**ATO DO DIRETOR-GERAL  
Nº 1047, DE 2001**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 007521/01-4,

RESOLVE dispensar o servidor PEDRO RODRIGUES SOARES, matrícula 2795, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-4, do Gabinete da Liderança do PPB, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente de Pesquisa, Símbolo FC-5, da Secretaria de Comunicação Social, com efeitos financeiros a partir de 22 de maio de 2001.

Senado Federal, em 4 de junho de 2001.

Assinatura manuscrita de Agaciel da Silva Maia, em tinta preta, sobre uma linha horizontal.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral



**PODER LEGISLATIVO  
SENADO FEDERAL**

**ATO DO DIRETOR-GERAL  
Nº 1048, DE 2001**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 007790/01-5,

RESOLVE designar o servidor GUSTAVO ANTONIO MENDONÇA DE FREITAS, matrícula 4287, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete do Senador Jefferson Peres, com efeitos financeiros a partir de 28 de maio de 2001.

Senado Federal, 4 de junho de 2001.

Assinatura manuscrita de Agaciel da Silva Maia, em tinta preta, sobre uma linha horizontal.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral



**PODER LEGISLATIVO  
SENADO FEDERAL**

**ATO DO DIRETOR-GERAL  
Nº 1049, DE 2001**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 008020/01-9,

RESOLVE dispensar o servidor OTTO FERNANDES DA SILVA, matrícula 5094, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 3 - Especialidade de Administração, da Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete do Senador Jefferson Peres, com efeitos financeiros a partir de 28 de maio de 2001, mantendo-o lotado no mesmo Órgão.

Senado Federal, em 4 de junho de 2001.

Assinatura manuscrita de Agaciel da Silva Maia, com uma letra inicial 'A' grande e decorativa, seguida por 'gaciel' e 'da Silva Maia'.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral



PODER LEGISLATIVO  
SENADO FEDERAL

**ATO DO DIRETOR-GERAL  
Nº 1050, DE 2001**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 008088/01-2,

**R E S O L V E** exonerar, na forma do disposto no Art. 35, Inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MÁRCIO PAES DA SILVA LACERDA**, matrícula n.º 30969, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Carlos Bezerra a partir de 1º de junho de 2001.

Senado Federal, em 4 de junho de 2001.

Assinatura manuscrita de Agaciel da Silva Maia, em tinta preta, sobre uma linha horizontal.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral



**PODER LEGISLATIVO  
SENADO FEDERAL**

**ATO DO DIRETOR-GERAL  
Nº 1051, DE 2001**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08088/01-2

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ARLINDO TEIXEIRA JÚNIOR** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Carlos Bezerra.

Senado Federal, em 4 de junho de 2001.

Assinatura manuscrita de Agaciel da Silva Maia, com uma letra inicial 'A' grande e estilizada.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral



**PODER LEGISLATIVO  
SENADO FEDERAL**

**ATO DO DIRETOR-GERAL  
Nº 1052, DE 2001**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 007515/01-4,

RESOLVE dispensar o servidor DOLAIR JULIÃO DA SILVA, matrícula 4255, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 - Especialidade de Segurança, da Função Comissionada de Assistente de Atividade Policial, Símbolo FC-5, da Subsecretaria de Segurança Legislativa, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador José Coelho, com efeitos financeiros a partir de 15 de março de 2001.

Senado Federal, em 4 de junho de 2001.

Assinatura manuscrita de Agaciel da Silva Maia, com uma letra inicial 'A' muito grande e decorativa.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral



**PODER LEGISLATIVO  
SENADO FEDERAL**

**ATO DO DIRETOR-GERAL  
Nº 1053, DE 2001**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08012/01-6,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **PAULO AFONSO TEIXEIRA MACHADO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Lindbergh Cury.

Senado Federal, em 4 de junho de 2001.

Assinatura manuscrita de Agaciel da Silva Maia, apresentando uma grafia cursiva e fluida.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral